

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GENILSON JOSÉ DA SILVA

O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: uma análise
acerca da concepção docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de
Alcantil PB.

João Pessoa - PB

2018

GENILSON JOSÉ DA SILVA

O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: uma análise
acerca da concepção docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de
Alcantil PB.

Dissertação apresentada à Universidade
Federal da Paraíba, como parte das exigências
do programa de pós-graduação em educação
para obtenção do título de mestre.
Área de concentração: Processo de ensino
aprendizagem.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças de Almeida Baptista

João Pessoa - PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Genilson Jose da.

O ensino de empreendedorismo na educação pública: uma análise acerca da concepção docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de Alcantil PB. / Genilson Jose da Silva. - João Pessoa, 2018.
120 f. : il.

Orientação: Maria das Graças Almeida Baptista.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/Educação.

1. Ensino de empreendedorismo. 2. Educação empreendedora. 3. Formação de sujeitos. 4. Trabalho docente. I. Baptista, Maria das Graças Almeida. II. Título.

UFPB/BC

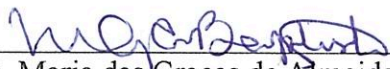
GENILSON JOSÉ DA SILVA

O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: uma análise
acerca da concepção docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de
Alcantil PB.

Dissertação apresentada à Universidade
Federal da Paraíba, como parte das exigências
do programa de pós-graduação em educação
para obtenção do título de mestre.
Área de concentração: Processo de ensino
aprendizagem.

Resultado: APROVADO.
João Pessoa, 27 de maio de 2018.

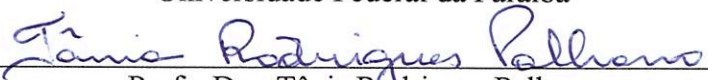
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria das Graças de Almeida Baptista
Orientadora (Presidente da Banca)
Universidade Federal da Paraíba



Profa. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes
Membro da Banca (Avaliador Externo)
Universidade Federal da Paraíba



Profa. Dra. Tânia Rodrigues Palhano
Membro da Banca (Avaliador Interno)
Universidade Federal da Paraíba

Á minha mãe Vera Lúcia de Albuquerque Silva e ao meu pai José Luís da Silva que apesar da distância, estiveram muito próximos nos meus pensamentos, e me deram forças e motivação para persistir na busca dos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora e professora, Maria das Graças de Almeida Baptista, pelo apoio e encorajamento e, diante dos desafios, com dedicação buscamos juntos os caminhos e as possibilidades para a elaboração dessa dissertação.

Às professoras Ana Paula, Pontes e Tânia Palhano e ao professor Jorge Ermida, membros da banca de avaliação, pelas considerações, qualificação e pelas contribuições atribuídas à conclusão desse trabalho.

Aos meus professores e professoras no Programa de Pós-Graduação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Francisco Pegado, Tânia Palhano, Rogéria Gaudêncio, Antônio Novaes, Elisa Gonsalves e Roberto Veras, pelas contribuições e experiências compartilhadas, as quais me foram honrosamente significativas.

A minha amada esposa, Valdinélia Virgulino, pelo companheirismo, cumplicidade e motivação.

Aos meus colegas de Curso e, em especial, Ercules Diniz e Maria Aparecida pelos momentos de aprendizagem e diálogos suscitados ao longo desse percurso acadêmico.

RESUMO

A presente dissertação analisa a inserção do empreendedorismo nos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública no município de Alcantil na Paraíba. Ao longo dessa investigação traçamos um percurso acerca da materialidade histórica dessa temática que tem suas bases teóricas ancoradas na Economia e na Sociologia Clássica dos séculos XVII e XVIII, nos pressupostos do neoliberalismo, nas políticas públicas para a educação delineadas pelas Nações Unidas no Brasil, nos fundamentos da teoria do capital humano, na educação tecnicista e nas concepções de ensino reprodutivista com destaques às últimas décadas do século XX. Tivemos como objetivo geral, compreender as concepções docentes acerca do ensino de empreendedorismo na educação fundamental pública. Em relação à metodologia, definimos como caminho epistemológico, o materialismo histórico para apreender o fenômeno, empreendedorismo inter-relacionado com a prática educacional e determinado pelos condicionantes econômico-políticos. Em relação ao método de abordagem e de análise definimos a dialética materialista como o caminho para a construção do concreto pensado, a partir do concreto real, o qual consistiu em três movimentos mediado pelas categorias analíticas e empíricas, o primeiro, uma reflexão nos fundamentos históricos e filosóficos acerca do empreendedorismo, o segundo, a concepção docente acerca do ensino de empreendedorismo, e o terceiro, a relação da educação empreendedora com o trabalho docente e com a escolarização de sujeitos. Nas considerações finais, assinalamos que o ensino de empreendedorismo se desdobra na educação pública mediante parceria entre os setores público e privado, e se constitui como um modelo de gestão empresarial que assegura à dinâmica reprodutivista do capital por meio da metodologia de ensino da educação empreendedora que estimula a aquisição de competências e habilidades no processo de ensino-aprendizagem. No tocante as concepções docentes, observamos que há uma valorização dos conteúdos de ensino do empreendedorismo em razão de sua flexibilidade e interdisciplinaridade. As docentes definem a metodologia de ensino da educação empreendedora como uma prática inovadora, dinâmica e com resultados imediatos focada na criação de planos de negócios e para a inserção no mercado de trabalho, no entanto, não apontaram as contradições na relação entre a teoria e a prática, e nem os fundamentos que reproduzem essa lógica de ensino produtivista, excludente e balizada nos aspectos meritocráticos. Portanto, essa análise denuncia as ramificações do paradigma neoliberal na educação pública e exige um aprofundamento acerca dessa temática em âmbito nacional e educacional para compreendermos a articulação entre o processo de trabalho docente e a formação de sujeitos na educação pública, tendo em vista que a escola não deve reproduzir um modelo de gestão empresarial porque a sua essência não é o mercado econômico e financeiro, mas a formação sociocultural e política de sujeitos fundada em sua prática social.

Palavras-chave: Ensino de empreendedorismo. Educação empreendedora. Formação de sujeitos. Trabalho docente.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes the insertion of entrepreneurship in the initial years of Elementary School in the public network in the municipality of Alcantil in Paraíba. Throughout this investigation we trace a course about the historical materiality of this theme that has its theoretical bases anchored in the Economy and Classical Sociology of the 17th and 18th centuries, in the presuppositions of neoliberalism, in the public policies for education delineated by the United Nations in Brazil, in the foundations of the human capital theory, in the technical education and in the conceptions of reproductive education with highlights to the last decades of the twentieth century. We had as general objective to understand the teaching conceptions about the teaching of entrepreneurship in public basic education. Regarding methodology, we define as epistemological path, historical materialism to apprehend the phenomenon, entrepreneurship interrelated with educational practice and determined by the economic-political determinants. In relation to the method of approach and analysis we define the materialist dialectic as the way to construct the concrete thought, from the real concrete, which consisted of three movements mediated by the analytical and empirical categories, the first, a reflection on the historical foundations and philosophical questions about entrepreneurship, the second, the teaching conception about the teaching of entrepreneurship, and the third, the relation of entrepreneurial education with the teaching work and with the schooling of subjects. In the final considerations, we point out that entrepreneurship education unfolds in public education through a partnership between the public and private sectors and constitutes a business management model that ensures the reproductive dynamics of capital through the methodology of entrepreneurship education teaching that stimulates the acquisition of skills and abilities in the teaching-learning process. Regarding the teaching conceptions, we observe that there is an appreciation of the teaching contents of entrepreneurship because of their flexibility and interdisciplinarity. Teachers define the teaching methodology of entrepreneurship education as an innovative, dynamic practice with immediate results focused on the creation of business plans and for insertion in the labor market. However, they did not point out the contradictions in the relation between theory and practice, nor the foundations that reproduce this logic of productivist teaching, excluding and validated in meritocratic aspects. Therefore, this analysis denounces the ramifications of the neoliberal paradigm in public education and requires a deepening on this theme at the national and educational level to understand the articulation between the teaching work process and the training of subjects in public education, considering that the school should not reproduce a model of business management because its essence is not the economic and financial market, but the sociocultural and political formation of subjects based on their social practice.

Key-words: Teaching of entrepreneurship. Entrepreneurial education. Training of subjects. Teaching work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceituação do empreendedorismo	26
Quadro 2 - Plano nacional de educação empreendedora.....	49
Quadro 3 - Distribuição das docentes entrevistadas por temática	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEBRAE	Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
ECIT	Escolas Cidadã Integral Técnica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEM	Fórum Econômico Mundial
FJE	Formação de Jovens Empreendedores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JEPP	Jovens Empreendedores primeiros Passos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MEI	Microempreendedor Individual
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEE	Plano Nacional de Educação Empreendedora
PSPE	Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A MATERIALIDADE HISTÓRICA DO EMPREENDEDORISMO	25
2.1	As bases teóricas do empreendedorismo	27
2.2	Os fundamentos constitutivos do empreendedorismo na educação	33
2.3	Os pilares de sustentação material e ideológica do empreendedorismo na educação	35
2.3.1	O neoliberalismo	35
2.3.2	A ideologia.....	40
3	O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	44
3.1	A transição de um modelo de gestão empresarial para a educação pública	44
3.2	As bases de uma nova tendência pedagógica para a educação brasileira	53
3.3	Os marcos políticos legais do empreendedorismo na educação.....	58
4	O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA PARAÍBA.....	66
4.1	O município de Alcantil	67
4.2	A educação empreendedora	70
4.2.1	A reprodução do processo de ensino	73
4.2.2	O empresariamento dos sujeitos em formação	78
4.2.3	A empregabilidade para inserção no mercado de trabalho	89
5	AS CONCEPÇÕES DOCENTES ACERCA DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO EMPREENDEDORISMO.....	95
5.1	Do aprender a fazer para a educação empreendedora.....	95
5.2	As contradições acerca do ensino de empreendedorismo no trabalho docente	100
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS.....	109
	APÊNDICE A – Entrevista não estruturada	
	ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	

1 INTRODUÇÃO

A formação do sistema educacional público brasileiro em seus níveis e modalidades de ensino, foi constituído em uma dualidade estrutural de privilégios e exclusão, no qual o acesso e a permanência de sujeitos na escola significou historicamente, a reprodução de critérios meritocráticos, políticos e pedagógicos que seguiram aos ditames do modo de produção capitalista, vinculados à lógica econômica desde os cânones da educação jesuítica, estendendo-se à concepção produtivista nas últimas décadas do século XX, e mais recentemente aos desdobramentos do ensino de empreendedorismo que vêm se capitalizando em várias instâncias da sociedade, em especial na rede pública de ensino.

A materialidade histórica desta temática, particularmente ao empreendedorismo, nos remete aos seus fundamentos que se encontram na economia e na sociologia clássica dos séculos XVII e XVIII. No entanto, faremos o aprofundamento desse percurso nos capítulos adiante, e nesta fase introdutória, iremos aos primeiros passos da educação formal brasileira que se iniciam com a chegada dos jesuítas em 1549, denominado na literatura como primeiro período¹. Esse momento está associado a um processo de aculturação instituído em dois aspectos, de um lado pelas práticas, técnicas, símbolos e valores que eram transmitidos às novas gerações, e de outro, ao ato de tomar de conta, cuidar, disciplinar, ensinar comportamentos, conhecimentos e modos de operar. Logo, o processo de formação e escolarização de sujeitos tinha como propósito conservar a hegemonia da igreja católica, promover a instrução cristã e o convencimento da população nativa.

O segundo período, 1759 a 1932, fase transitória do século XIX ao século XX, caracterizou-se pela coexistência de um modelo de ensino com vestígios da educação jesuítica e fundamentado pela razão racionalista pautada na afirmação das novas ideias decorrentes do Iluminismo, o qual tinha como escopo mobilizar o poder da razão para reformar a sociedade mediante as aspirações econômicas, sociais e culturais.

Por essa razão, o domínio do poder político e econômico, assim como das ideias, organização dos sistemas de ensino, formação e escolarização de sujeitos, passou a ser atributo do estado brasileiro gerenciado por uma minoria dominante, como os donos de terra e os senhores de engenho, detentores dos bens culturais e materiais daquela época.

¹ Saviani, ao tratar da história da educação brasileira, no livro *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Classifica a educação em quatro períodos históricos, 1549 a 1759 (Educação Jesuítica), 1759 a 1932 (coexistência da Educação Religiosa e da Pedagogia Tradicional), 1932 a 1969 (Educação Tecniciста) e 1969 a 2001 (concepção pedagógica produtivista), portanto ao longo do trabalho faremos referência a esses períodos.

O desdobramento da educação nesse intercurso, constituiu-se mediante a reprodução de estratégias, métodos e técnicas didático-pedagógicas, cuja finalidade, consistia em organizar um sistema nacional de ensino denominado de “instrução pública” para atender as exigências da crescente mão de obra e dos avanços implementados pela revolução industrial, que se aproximava lançando as bases para a ascensão da burguesia detentora dos meios industrializados, do capital bancário e financeiro, constituído majoritariamente por empresários no ramo da produção e da comercialização, em especial nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que estavam aquecidos pela economia da cafeicultura.

O terceiro período, 1932 a 1969, define-se pelas correlações de forças entre o Estado e a Igreja Católica. De um lado, um projeto de reconstrução social conduzido por católicos e reformadores partidários para atender o progresso e o crescimento econômico, e de outro, um manifesto representado pela elite intelectual com posições ideológicas distintas que defendiam um projeto de política educacional, trata-se, portanto, de uma reivindicação que buscava atender a camada mais popular, refletindo a desigualdade social, a política clientelista, a omissão do Estado, o desemprego, a pobreza, o autoritarismo e a negação do direito a educação pública, que por sua vez ameaçava os grupos dominantes e a elite burguesa.

Com a modernidade industrial se aproximando, e o surgimento das novas relações de produção e do crescimento populacional nos centros urbanos, erguia-se a necessidade de compreender a educação vinculada ao processo de formação de sujeitos para o trabalho. É nesta perspectiva que se constitui um modelo de ensino dualista, um direcionado para a burguesia que detinham os meios materiais e ideológicos, e outro para a massa popular como pré-requisito para aquisição de talentos e habilidades, no qual o capitalismo, “engendraria a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta” (ROMANNELLI, 1998, p. 59).

O quarto período 1969 a 2001, ocorreu os avanços mais efervescentes na educação brasileira, os quais se projetaram a partir da década de 1960, com a articulação da educação tecnicista ao processo de industrialização do país, legitimando a escolarização como alternativa à ascensão social e ao desenvolvimento das capacidades, aptidões e competências produtivas de sujeitos. De certo, os fundamentos nesse período, tanto da educação tecnicista, como da concepção produtivista, ancoraram-se nos “ditames do taylorismo-fordismo” que buscou transportar para as escolas, os mecanismos de controle vigente nas fábricas, e no ideário neoliberal, cujos princípios defendiam “flexibilizar e diversificar a organização das escolas e o trabalho pedagógico”, secundarizar o papel do estado, o equilíbrio fiscal, a desregulação dos

mercados para abertura das economias nacionais e internacionais, as privatizações dos serviços públicos e o fortalecimento do setor privado, como analisam Lombardi, Saviani e Sanfelice (2005, p.23).

Por essa razão, a sistematização da educação brasileira organizou-se conforme o modo de produção capitalista. Assim instrumentalizou e racionalizou o conhecimento, o trabalho docente e a escolarização de sujeitos, com vistas à aplicação de um modelo de ensino pautado em uma formação técnica profissional, a qual se contrapõe aos valores da formação e emancipação humana. Logo, a educação básica nos aspectos teórico-práticos, didático e metodológicos sustentou-se em um modelo de ensino que privilegiou a hegemonia material e ideológica da classe dirigente, assim como subordinou ao seu interesse, o controle social e educacional, conduzindo esse processo mediante as exigências laborais e suas correlações entre produção e conhecimento.

Dessa maneira, o processo de ensino e a escolarização estiveram sempre atrelados a uma finalidade pedagógica para cumprir os objetivos almejados por uma classe dominante em cada período histórico, configurando modelos de educação, tendências, concepções, projetos e vinculação de ideias que constituíram ao longo desse percurso, um sistema de ensino que ora fortaleceu o Estado e a organização doutrinária da igreja católica, ora instruiu a massa popular dando-lhes as ferramentas básicas de comunicação escrita e verbal.

Partindo desses pressupostos, nos propomos a investigar o ensino de empreendedorismo² na educação básica pública, com destaque especial aos anos iniciais do Ensino Fundamental, no município de Alcantil na Paraíba, que no final do ano de 2016, mediante parceria entre a secretaria de educação e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)³, o município inseriu o empreendedorismo na sua estrutura de ensino enquanto atividade extracurricular, por um período aproximado de seis meses. Nessa ocasião, os professores e as professoras receberam formações em educação empreendedora para desenvolver a metodologia em sala de aulas juntos aos alunos e as alunas.

Essa temática, a princípio ganhou relevância nas relações econômicas e políticas, e a partir dos anos 2000, expande-se na educação como um projeto moderno, ativo, ousado e transformador, no entanto carrega em seu arcabouço, os fundamentos do neoliberalismo e de

² Essa temática é defendida no livro, Sociedade da informação no Brasil, para justificar a inserção dos países periféricos na sociedade internacional e no sistema econômico mundial, mediante os avanços das tecnologias da informação e comunicação e sua inter-relação com a educação.

³ SEBRAE é uma das instituições integrante do sistema “S” de ensino, a qual tem como objetivo primário na educação, a qualificação, a formação profissional e técnica de sujeitos, tanto em fase de escolarização ao longo da educação básica, como em cursos profissionalizantes e superiores.

um modelo de desenvolvimento econômico tecnicista, que se configura em uma relação de valor agregado entre a formação, a escolarização de sujeitos e o mercado de trabalho.

A esse respeito, cabe ressaltar que o conceito acerca do empreendedorismo tem apresentado definições polissêmicas na literatura, assim como não há consenso nas publicações acadêmicas. Aliás ganhou ressignificação na economia e na sociologia clássica, desde as primeiras ideias apresentadas pelo economista franco-irlandês, Richard Cantillon (1680-1734), em seguida por Jean Baptiste Say (1767-1832) economista francês. Também por Max Weber (1864-1920) jurista, economista e sociólogo alemão, e por Joseph Schumpeter (1883-1950) economista e cientista político austríaco.

No entanto aprofundaremos essa análise nos capítulos adiante, e nesse momento julgamos relevante adiantarmos a análise elaborada por Leite e Melo (2008, p. 37-38) que destacam quatro perspectivas teóricas, a partir dos estudos do sociólogo americano Howard Aldrich acerca do empreendedorismo, a primeira, refere-se a “a capitalização e crescimento dos negócios como foco dos estudos”, contrapondo-se as formas “tradicionais” de pequenos negócios que se satisfazem com baixo crescimento. A segunda, refere-se as “empresas já estabelecidas”, e baseia-se nas ideias de Schumpeter sobre o conceito de inovação que leva a criação de novos produtos e novos mercados. A terceira, refere-se à “habilidade dos indivíduos” para detectar oportunidades em novos negócios. E por último, “define o empreendedorismo pela formação de novas organizações e pelos comportamentos e atividades para isso acontecer”, ou melhor, o empreendedor é o agente que assume os riscos para fundar as organizações empresariais.

Dito isso, cabe mencionarmos ainda a análise de Silva (2015, p. 62-76) ao tratar das ideias centrais para definir o empreendedorismo, destaca três abordagens, a primeira de base econômica, “o empreendedorismo é visto como fenômeno de fomento aos processos de desenvolvimento e crescimento econômico”, a segunda abordagem de base comportamental, “destaca os atributos humanos e psicológicos que podem ser identificados nas pessoas empreendedoras”, os quais valorizam a criatividade, a intuição e a motivação para desempenhar a iniciativa empresarial, e a terceira de cunho social e cultural, ancora-se nas ideias de Marx Weber que defende a “racionalidade” como atributo essencial ao empreendedor para alavancar o processo de produção, a comercialização e o aumento da produtividade.

Com isso, observamos diferentes concepções e definições acerca do conceito de empreendedorismo, ora se foca no âmbito empresarial e econômico, ora permeia o contexto social, cultural e educacional. Porém, é partir dessas indefinições e publicização na educação pública que iremos projetar nossa investigação. Com o propósito de evidenciarmos seus

fundamentos e suas configurações no processo de ensino, e por essa razão, cabe questionarmos: O que é o ensino de empreendedorismo e como tem se desdobrado na educação pública?

Para nos mantermos norteados durante essa investigação, defendemos enquanto hipótese que a disseminação do empreendedorismo na educação pública, em particular no município de Alcantil, se expressa na transição de uma modalidade de gestão que se deslocou do âmbito das relações empresariais para o contexto educacional, levando em sua estrutura funcional os parâmetros de organização de uma empresa privada para serem trabalhados no processo de ensino. E essa justificativa, está presumida nos princípios do neoliberalismo e nas definições políticas instituídas pelas Nações Unidas, especificamente as advindas do Banco Mundial que enquadra a educação em uma lógica mercantilizada, ofertando de um lado créditos aos grupos empresariais privados, e de outro lado, estabelece as recomendações para a formação de sujeitos baseada na aquisição de habilidades e de competências.

Esses desdobramentos para escolarização de sujeitos, promovidos pelo empreendedorismo, constituem uma relação social que reproduz a ideologia dominante, legitima o modo de produção capitalista e, conseqüentemente, desarma as forças da educação, da história, da filosofia, da política e da arte. Apesar de que, essas relações aparentemente se mostram unívocas, sinalizam o movimento hegemônico decorrente das correlações de forças entre as classes ao longo dos períodos históricos, e, portanto, são essenciais para compreendermos a dinâmica do objeto estudado.

Esse trabalho terá importância relevante para o processo de ensino e de aprendizagem na educação pública, visto que serão analisados os fundamentos teóricos e didático metodológicos que substanciam o empreendedorismo no contexto escolar, e por conseguinte no processo de ensino, cujos espaços estão sendo preenchidos por uma política educacional pautada em uma visão empresarial, e alicerçada em um modelo de ensino técnico reprodutivista, com foco no desempenho de aptidões vocacionais exigidas pelo mercado de trabalho, como analisa Melo (2000, p. 178) no cenário educacional contemporâneo, “a empregabilidade e o empreendedorismo são construções da burguesia e retratam um processo histórico característico do capitalismo”.

Em relação à metodologia, definimos como caminho epistemológico, o materialismo dialético para apreender o fenômeno (empreendedorismo) em seu trajeto histórico e inter-relacionado com outros fenômenos, no qual, a relação⁴ dos homens e das mulheres com o

4 Compreende as relações de sujeitos (homens e mulheres, enquanto ser social e histórico) estabelecidas ao longo da história humana, portanto são indivíduos reais e em ação com as condições materiais de existência, tanto as já encontradas, como as que serão engendradas na sua prática social.

mundo, com a prática social, com a história e com o processo de formação de sujeitos é mediada pela educação, e essa dinâmica concebe-se na luta de classes engendrada no “contexto econômico, político, social, educacional e cultural” (GAMBOA, 1998, p. 124).

Para isso, definimos a abordagem qualitativa pela sua amplitude e rigor na construção do conhecimento, não a contrapondo ao enfoque quantitativo, mas quando necessário, utilizamo-las de modo inter-relacionado. Essa escolha justifica-se pela preocupação em compreendermos a natureza do fenômeno empreendedorismo no processo de ensino, em sua totalidade, como menciona Richardson et al. (1999, p. 80);

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Considerando esse enfoque, as contradições que emergem da prática docente e do processo de formação e da escolarização de sujeitos estão em permanente interação, de forma que essas dimensões não existem isoladamente. A propósito, seguindo o princípio da conexão universal, os fenômenos estão interligados e são determinados mutuamente, e para compreendermos esse processo na sociedade e no universo do trabalho humano, devemos considerar a contradição como um todo articulado que, na compreensão de Triviños (1987, p. 69), constitui “a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos [...] é a forma universal do ser”.

Por sua vez, o modo de compreender a prática docente e o processo de ensino-aprendizagem como uma produção social, é uma possibilidade que oscila entre a aparência e a essência, e, portanto exige um caminho epistemológico, que na compreensão de Vázquez (1977, p. 143) deve ser examinado à luz da práxis filosófica, definida como “atividade prática material que ao transformar a realidade, marca as condições possíveis da passagem da teoria à prática”, assegurando a íntima unicidade entre estas dimensões.

Assim, o homem, nem é pura ideia, nem é só matéria, mas sim uma síntese de ideia e matéria mediada pelo trabalho que apenas pode existir, a partir da transformação da realidade, e por essa razão, o materialismo dialético concebe o homem como a síntese da prévia-ideação com a realidade material, na qual as dimensões, ideal e material dos atos humanos estão integradas, “possibilitando tanto conhecer a importância das ideias para a história, quanto a sua impotência quando não encontram as condições históricas necessárias para que sejam

traduzidas em prática, (para que sejam objetivadas) por atos humanos concretos” (LESSA; TONET, 2011, p. 43).

Dessa forma, o materialismo histórico e dialético enquanto epistemologia de análise do determinismo econômico, político, social e cultural, engendrado pelas relações entre os meios de produção e as forças produtivas na sociedade capitalista, possibilita estudar o fenômeno empreendedorismo na educação, destacando sua historicidade e implicações no processo de ensino, assim como investigar os seus elementos constitutivos projetados na prática docente e nas etapas da formação e da escolarização de sujeito.

No tocante ao método de abordagem, a dialética materialista, definida como o caminho para a construção do concreto pensado a partir do concreto real, no qual as contradições e as transformações da realidade são essencialmente a totalidade do conhecimento e da prática social. Portanto, a atividade humana é a totalização que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada, ou seja, o conhecimento é um processo interligado a um conjunto com várias dimensões, cuja compreensão está no todo, e não nas partes isoladas, "a realidade é mais rica do que o conhecimento que temos dela" e a "totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem" (KONDER, 2012, p. 36-37).

A dialética nesse sentido, expressa o método de análise da realidade para compreendermos as atividades humanas e os princípios que norteiam o movimento da história, inter-relacionado ao processo da pesquisa, consiste em três movimentos importantes mediados pelas categorias analíticas e empíricas; o primeiro, uma reflexão acerca da concepção de empreendedorismo nos aspectos teóricos, o segundo, a concepção docente acerca do ensino de empreendedorismo, e o terceiro, retrata a relação da educação empreendedora com o trabalho docente, a formação e a escolarização de sujeitos nos anos iniciais do ensino fundamental.

Quanto à assimilação das informações, a pesquisa teve como técnica, a observação participante e a entrevista não estruturada, ambas desenvolvidas junto a 5 (cinco) docentes que ministraram aulas, do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, em 5 (cinco) escolas públicas no Município de Alcantil na Paraíba. A escolha desse município deve-se ao fato de ter sido desenvolvido junto aos professores, uma formação nos moldes da educação empreendedora mediante parcerias entre o Sebrae da Paraíba e a secretaria de educação.

As informações obtidas junto às docentes, foram analisadas através do processo hermenêutico crítico, definido como método de análise, compreensão e interpretação histórica, da linguagem, das palavras e do discurso, buscando as contradições e a transformação a partir do questionamento e dos determinantes econômicos, políticos, sociais e históricos (GAMBOA, 1998, p. 34-35).

É importante ressaltar que, analisar as contradições no modo de produção capitalista, através da hermenêutica crítica, exige um esforço epistemológico a partir da concepção dialética materialista da história, de modo que, a construção do conhecimento acerca do objeto estudado (o ensino de empreendedorismo na concepção docente) seguiu de um todo caótico (realidade empírica) para uma realidade concreta (pensada sistematicamente) por meio da mediação entre o sujeito e o objeto, ou seja, o eu pesquisador e o pesquisado (docentes) em uma relação de construção de conhecimentos que demonstra as implicações desse fenômeno investigado na prática docente.

No entanto, isso não implica conceber que o concreto pensado seja o ponto de chegada analítico da investigação, porém está sendo o ponto de partida de nosso estudo, uma vez ao elaborarmos a análise dos seus pressupostos teóricos e metodológicos, encontramos seus elementos constitutivos e agora estamos fazendo o percurso metodológico inverso, reconstruindo essa totalidade como uma síntese de múltiplas determinações. Para isso, a filosofia contribuiu tanto na dimensão hermenêutica (interpretativa), como também assumiu a função crítica ao discutir acerca das contradições e dos paradoxos da prática educacional. Para melhor explicitar esse percurso analítico, a abordagem hermenêutica crítica, depois de esquematizar os conteúdos explicitados no referencial teórico e metodológico e de interpretá-los, “a partir dessas referências, são abordados criticamente os resultados do processo interpretativo, procurando outro nível de pressupostos, os gnosiológicos e os ontológicos” (GAMBOA, 2012, p. 40).

A escolha dos primeiros anos do Ensino Fundamental deve-se, ao meu interesse enquanto pesquisador e pedagogo, em que venho atuando nessa etapa da educação, desde as experiências promovidas durante a disciplina de Estágio Supervisionado, na Graduação em Pedagogia. O que favorece ao longo dessa caminhada diversos questionamentos acerca do trabalho docente e do processo de ensino, e por isso, essas inquietações me motivaram a analisar as concepções dessa prática pedagógica (educação empreendedora) no processo de ensino.

Definimos como objetivo geral, compreender as concepções docentes acerca do ensino de empreendedorismo na educação fundamental pública, nos anos iniciais, no município de Alcantil na Paraíba. Como objetivos específicos; investigar os elementos constitutivos do empreendedorismo no processo de ensino; identificar as contradições teórico-práticas do empreendedorismo na prática docente; destacar as implicações da educação empreendedora no trabalho docente e caracterizar a metodologia de ensino da educação empreendedora utilizada pelas docentes para desenvolver as atividades pedagógicas.

Desse modo, delineamos enquanto categorias empíricas que definem a caracterização e a concepção do ensino de empreendedorismo, a reprodução, o empresariamento e a empregabilidade, as quais perpassam o processo de ensino e a escolarização. A escolha dessas categorias justifica-se por conservarem os conceitos básicos que refletem os aspectos gerais e essenciais do real e de suas inter-relações, no caso, com os elementos constitutivos do empreendedorismo. Além do mais, essas categorias correspondem às condições concretas de cada tempo e lugar, não possuem um fim em si e constituem os instrumentos metodológicos de análise e compreensão de uma realidade social concreta, que por sua vez ganha sentido quando assumida pelos grupos e agentes que participam da prática educacional.

Essas categorias empíricas foram analisadas a partir das categorias analíticas, a educação, o trabalho e a ideologia, estas “retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto estudado nos seus aspectos gerais e específicos”, assim, expressamos que as relações dos homens e das mulheres entre si, mediadas por estas categorias foram construídas através do desenvolvimento do conhecimento e da prática social, como ressalta Minayo (1996, p. 94).

Nesse estudo, observa-se que a primeira categoria analítica, a educação, vive atualmente um agudo contraste conceitual, centrado na individualidade de sujeitos pensados a partir das relações econômicas, cujas definições estão reproduzindo a hegemonia de uma classe, a classe dominante. No entanto, essa análise não nos implica concebê-la enquanto tal, mas sim, pensarmos nas suas unidades ontológicas e objetivas, no sentido marxiano, que nos possibilita compreender a realidade e abarcar as atividades humanas na sua essência.

Por isso, em uma sociedade capitalista, deve-se conceber a educação na sua totalidade histórica e social, considerando as determinações ascendidas da luta de classes, às quais se constituíram no âmbito educacional, através da correlação de forças política e ideológica. A educação deve ainda “transpor uma nova compreensão do mundo às novas gerações em forma de práticas sociais” que, ora represente a produção social no sentido amplo, ora exija dos sujeitos em formação determinados conhecimentos que os permitam assimilar as relações sociais em suas formas de dominação e exploração, como analisa Cury (1986, p. 53-54).

Desta forma, cabe-nos questionar se o papel da educação é situar os elementos constitutivos da competitividade e da reestruturação produtiva, cujas ideias dominantes preservam a realidade garantindo sua soberania, conforme observado ao longo dos períodos históricos da educação pública brasileira, ou deve justificar-se, enquanto prática social, que vai se definindo nos múltiplos espaços da sociedade, compreendida como elemento “constituído e constituinte crucial da luta hegemônica” (FRIGOTTO, 2010, p. 23).

Assim, a educação, se compreendida de um lado, no plano das determinações e das relações sociais, apresenta-se como um espaço de disputa articulado pelas concepções teórico-práticas e, de outro lado, pelos processos de sistematização didático e metodológico dos conteúdos de ensino que compõem as disciplinas curriculares. Essa relação deve possibilitar, tanto o acesso das novas gerações aos conhecimentos produzidos historicamente e que foram sistematizados e validados diante o rigor científico, como também desenvolver as potencialidades humanas mediante suas relações de classes e suas necessidades constituídas na prática social.

A segunda categoria analítica, o trabalho, é apresentada como fundante do ser social, uma vez que, ao transformar a realidade, os homens e as mulheres criam uma nova história e uma nova realidade mediante a aprendizagem desta ação, a qual constitui uma unidade dialética e uma relação que os diferenciam do reino animal, e os definem enquanto sujeitos históricos e objetivados por meio do trabalho, assim a “mediação entre homem e natureza, e dessa interação deriva todo o processo de formação humana” (MARX, 2004, p. 14).

É nesse sentido que, o trabalho perfaz todo o universo da natureza humana. Está na base das manifestações prático-social, porque é através dele que o homem cria as condições essenciais para sua existência. No entanto, vale ressaltar que o conceito de trabalho, tal como pensado por Marx, concebe-se em uma contradição histórica e social decorrente da luta de classes, portanto, ao passo que o trabalho liberta, humaniza e emancipa, também aliena, explora e enriquece os capitalistas com a produção de excedentes, com também, pauperiza as massas de trabalhadores e trabalhadoras através da expropriação da sua força de trabalho engendrada nas relações de produção.

Com efeito, é por meio do trabalho em sua totalidade que o homem se objetiva e deve compreender a realidade e superar as contradições históricas, marcada pelo processo de alienação que segundo Meszaros (1981, p. 16-17) é consequência da prática social mediada pelas relações entre produção e forças produtivas, determinantes políticos e econômicos, e por isso, o “homem está alienado da natureza, de si mesmo (própria atividade) de seu ser genérico (como membro da espécie humana) e dos demais homens”.

Por essa razão, é fundamental na prática docente compreendermos o trabalho humano levando em consideração os pressupostos acima, visto que se tratam de sujeitos em processo formadores e em formação dentro de um contexto educacional, com determinantes econômicos, políticos e filosóficos que são definidos pelo modo de produção capitalista, cujas relações predominantes transformam "o ser genérico" do homem, em um ser alheio a ele mesmo e aos demais sujeitos, ao retirar deste trabalhador, o produto (ação docente) os deixa sem perceber

a sua essência humana transformadora, libertadora e emancipatória integrada na força de trabalho.

A terceira categoria analítica, a ideologia, é definida no dicionário Houaiss (2009) como um “sistema de ideias sustentadas por um grupo social, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos”, ainda compreende o “conjunto de convicções filosóficas, sociais e políticas”.

A palavra ideologia apareceu pela primeira vez na proposta do filósofo francês Iluminista Destutt de Tracy (1754-1836), mais precisamente em 1808. Esse autor pretendeu pensar novas formulações no âmbito das ciências naturais, e para isso, invocou o termo ideologia no sentido amplo de estado de consciência, como fenômenos naturais que exprimiam a relação entre o homem, como organismo vivo e o seu meio natural de vida, pelo qual possibilitava o conhecimento da natureza humana, ao perguntar de onde provinham nossas ideias e como se desenvolviam.

Não obstante, cabe ressaltar que essa definição na filosofia possui significados diferentes, embora tenha equivalência com o termo, idealismo, sendo inclusive mencionados como sinônimos, apesar de que, o idealismo se caracteriza como uma corrente filosófica que historicamente reconheceu a verdade das ideias na dimensão da realidade, em particular com o desenvolvimento da sociedade e dos meios de produção, nos períodos da revolução industrial em 1760, da revolução francesa em 1789 e da ideologia alemã. Esta última constituída por dois paradigmas filosóficos, os idealistas que defendiam a legitimidade do papel ativo e decisivo das ideias na consciência e na história humana, como um movimento das ideias e ideias em movimento, “na prática política, os idealistas tendiam a superestimar a importância da luta ideológica e a desprezar os atos práticos de transformação da realidade” (LESSA; TONET, 2011, p. 42).

O segundo paradigma, composto pelos materialistas, nos remetem ao materialismo francês do século XVIII, em que a ideologia era uma ciência natural, na qual o homem adquiria a percepção do real pelas ideias, tendo como método de análise a observação e decomposição dos fatos sem cair nas especulações. Propondo desta maneira que o efeito das ações voluntárias dos indivíduos provia das necessidades materiais e seriam reconhecidos pela ciência da natureza.

No entanto, foi a partir desse paradoxo que Marx e Engels atribuíram um novo conceito e uma nova carga semântica à palavra ideologia. Estes dois filósofos alemães, defenderam que a história dos homens é distorcida da história real, concreta firmada na prática social, e nesses

aspectos, primeiro, não separaram a produção das ideias das condições sociais e históricas, e segundo, referenciam-na de um modo geral, ou seja, a ideologia do modo de produção burguesa são as ideias dominantes em cada época, “a classe que é a força material dominante da sociedade, é ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante, a classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe ao mesmo tempo dos meios de produção espiritual” (MARX; ENGELS, 1996, p. 72).

Para esses autores, a ideologia pode ser compreendida como uma representação ideal de interesses materiais que não os reconhece como tais, e por isso desconhecem os seus condicionantes históricos que se apresentam na própria história, a qual expressa uma falsa consciência, o que não implica dizer que seja uma consciência errada, mas sim por apresentar a realidade em uma visão parcial e unilateral, configurada sem as articulações e representações históricas objetivas.

Para Gramsci (1981, p. 16), a ideologia é “o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”, e por essa razão, está atrelada aos determinantes políticos, econômicos e sociais de modo isolado, está contraditoriamente articulado na formação e transformação da sociedade, o que implica dizer que na sociedade capitalista, o modo de produção é que modifica as ideias e a prática social. Embora estas dimensões sejam dependentes entre si no desenvolvimento tanto das classes dominantes, como das classes populares, elas podem ser um instrumento de dominação que agem através do convencimento para alienação da consciência humana e para fantasiar a realidade.

Diante dos diversos sentidos atribuídos à concepção de ideologia, especialmente na filosofia e suas conotações na educação, nos detemos à compreensão expressa em Marx e em Gramsci que se firmam nas bases das relações sociais, ou seja, na realidade concreta e objetiva em que se constitui o modo de produção e a estrutura produtiva da sociedade burguesa, e isso implica afirmar que, a base material da sociedade é que cria as ideologias, e não a ideologia que institui o concreto da realidade social.

Os capítulos adiante foram desenvolvidos mediante a lógica do método dialético, tese, antítese e síntese, de forma que na Introdução apresentamos o ponto do qual partimos. Nos capítulos seguintes buscamos situar os elementos constitutivos da nossa problemática, e no quinto e último capítulo, apresentamos uma nova compreensão, enfim, uma nova síntese sobre o objeto apresentado inicialmente.

Além dessa Introdução, no segundo capítulo, A Materialidade Histórica do Empreendedorismo, apontamos as bases teóricas do empreendedorismo na economia e na

sociologia clássica dos séculos XVII e XVIII, em (CANTILLON, 2002), (WEBER, 1983, 1999, 2004) e (SCHUMPETER, 1961, 1964, 1982). Em seguida analisamos os elementos constitutivos do empreendedorismo e sua inserção na educação, em particular no setor público de ensino, que também absorveu os fundamentos teóricos e metodológicos dessa temática por intermédio dos ideólogos (LEO FRAIMAN, 2009, 2013, 2011), (FERNANDO DOLABELA, 2006, 2009, 2015), e (ROSE LOPES, 2010, 2017) cujas defesas manifestam as necessidades produtivas do capital para cada ramo de atividade. Apontamos ainda que, as bases do empreendedorismo também estão ancoradas nos princípios do neoliberalismo e nas iniciativas das agências internacionais que delineiam o rumo das políticas públicas para a educação brasileira em seus níveis e modalidades de ensino.

No terceiro capítulo, O Ensino de Empreendedorismo na Educação Brasileira, analisamos seus desdobramentos a partir das décadas de 1960, 1970 e 1980, com a educação tecnicista, a concepção pedagógica produtivista, a teoria do capital humano e os acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e as agências internacionais de fomento para o desenvolvimento do ensino. Em seguida, nas configurações traçadas após os anos 2000, destacamos que, mediante estas relações que foram estabelecidas entre o Brasil e as Nações Unidas, o empreendedorismo se estendeu para os anos iniciais da educação básica pública, adentrando o processo de ensino-aprendizagem através de práticas pedagógicas vinculadas à gestão de empresas, e deste campo, migrou de forma transitória de um modelo de gestão empresarial privado para a educação pública, caracterizando uma nova tendência na educação para as próximas décadas do século XXI.

No quarto capítulo, O Ensino de Empreendedorismo na Paraíba, analisamos os elementos constitutivos, as ferramentas pedagógicas e os desdobramentos políticos e pedagógicos desta temática no processo de ensino. Destacamos ainda as concepções docentes acerca das categorias: reprodução, empresariamento e empregabilidade e suas implicações no trabalho pedagógico e na formação escolar de sujeitos na rede municipal de ensino em Alcantil.

No quinto capítulo, As Concepções Docentes acerca dos Elementos Constitutivos do Empreendedorismo, definimos que esses fundamentos têm respaldo da ideologia dominante e estão alicerçados nos princípios do neoliberalismo. Reafirmamos que a educação empreendedora, sistematiza o ensino de empreendedorismo e constitui-se enquanto metodologia com objetivos delineados em três categorias chaves, a reprodução dos conteúdos, o empresariamento dos sujeitos em formação e a empregabilidade para inserção no mercado de trabalho. Reafirmamos ainda que essa dinâmica resgata os princípios da pedagogia tecnicista e das concepções pedagógicas reprodutivistas, e propõe estimular as competências e as

habilidades dos indivíduos para agregar valor à sua formação, articulando o processo de aprendizagem ao campo produtivo. Por fim, percebe-se que as docentes definem essa prática, como inovadora e capaz de apresentar resultados imediatos na relação entre ensino-aprendizagem, assim como reproduzem os conteúdos sem perceberem suas contradições e implicações teóricas e práticas no trabalho educativo.

2 A MATERIALIDADE HISTÓRICA DO EMPREENDEDORISMO

O conceito de empreendedorismo na literatura apresenta-se como uma temática enigmática que perpassa diversas áreas das ciências, especificamente as ciências humanas e sociais. No entanto vale ressaltar que suas bases políticas e ideológicas estão ancoradas na economia e na sociologia clássica dos séculos XVII e XVIII. E neste aspecto, mais precisamente na economia política clássica, com destaque aos estudos das relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens e produtos na sociedade capitalista, a qual se constituía nessa época por meio do intercâmbio entre burgueses, proletários e latifundiários.

A economia clássica e política representaram o alicerce fundamental do empreendedorismo que se ramificou e se desenvolveu mediante a expansão industrial e empresarial, por isso cabe destacar que, os avanços científicos e tecnológicos ocorridos a partir do século XX, impulsionaram o empreendedorismo não só no âmbito da economia política e da administração empresarial, mas também, em diversas áreas, sobretudo a Sociologia e a Psicologia comportamentalista, as quais deram-lhe suporte teórico, científico, e posteriormente se inclinaram para os estudos comportamental e motivacional dos indivíduos no contexto das relações entre aprendizagem escolar e no desempenho de competências orientadas ao campo de trabalho.

Esse desdobramento nos permite afirmar que, o empreendedorismo empresarial vinculou-se diretamente as atividades econômicas e, portanto, ao campo prático da gestão de empresas, já o empreendedorismo de cunho social expandiu-se para o contexto acadêmico e educacional. No entanto, essas duas abordagens, caminham juntas, partilham dos mesmos fundamentos e objetivos, e perpassam à literatura, às políticas públicas nas áreas das ciências sociais e humanas e são publicadas nos meios de comunicação de forma indefinida, ou seja, uma compreensão caótica e abstrata dos conceitos de origem.

Essa análise, contudo, será aprofundada nos subcapítulos seguintes. Aqui, focamos as concepções teóricas e práticas que constituíram o movimento histórico desse fenômeno, partindo de uma dimensão maior para as partes específicas, considerando os aspectos históricos filosóficos e políticos econômicos que serviram de bases para os desdobramentos dessa temática no campo educacional, como podemos observar no quadro 1, que nos auxiliará na compreensão acerca do conceito de empreendedorismo.

Quadro 1 - Conceituação do empreendedorismo

Abordagem	Definição	Autores
Economia clássica	Diferencia o empresário capitalista que age pelos princípios do lucro e ajuste sobre as mercadorias, do empreendedor (indivíduo que assume riscos).	Richard Cantillon (2002)
Economia clássica	Enfatiza o empreendedorismo como fator de produção ao lado da terra, do trabalho e do capital.	Jean Baptiste Say (1983)
Economia clássica	O empreendedorismo está vinculado ao desenvolvimento socioeconômico. E o empreendedor, é o empresário com criatividade capaz de fazer sucesso com as inovações, provocar mudanças e gerar riquezas.	Joseph Schumpeter (1961, 1964, 1982)
Sociologia Clássica	O empreendedorismo está pautado na capacidade de ação que combina o conhecimento da história, da economia e da sociologia para fortalecer o perfil ideal dos sujeitos. O empreendedor é o sujeito que tem criatividade, imaginação, inspiração e dedicação apaixonada no exercício que desempenha.	Max Weber (1983)
Educação brasileira	O empreendedorismo expressa a construção do “bem-estar” e o desenvolvimento social. É um valor sociocultural inerente ao ser humano que se desenvolve através da capacidade dos indivíduos de sonhar e transformar os seus sonhos em realidade.	Fernando Dolabela (2006, 2009, 2015)
	O empreendedorismo promove a formação profissional dos indivíduos para construção do seu projeto de vida, no qual a educação desenvolve as capacidades e as competências empreendedoras, como o (autoconhecimento, a inteligência emocional, criatividade e etc.).	Leo Fraiman (2009, 2013, 2011)
	O empreendedorismo desenvolver o potencial empreendedor dos alunos e lhes prepara para um mercado de trabalho mais competitivo.	Rose Lopes (2010, 2017)

Fonte: Elaborado a partir das fontes citadas no próprio quadro.

No quadro 1 observamos que, o empreendedorismo tem origem na economia clássica em Cantillon, Baptiste e Schumpeter, e designa a relação entre o empresário e os seus meios de produção para o desenvolvimento da economia. Em seguida, Weber como expoente da sociologia clássica, associa o empreendedorismo ao conhecimento histórico e aos comportamentos dos indivíduos em suas relações culturais e sociais, que neste caso se estabelecem a partir da definição do modo de produção capitalista. Na educação brasileira, destacam-se Dolabela, Fraiman e Lopes. Esses autores, possuem em particular uma empatia no campo educacional tanto das instituições escolares da rede privada, como também no sistema de escolas públicas, pois adaptaram o empreendedorismo para a educação, criaram os métodos e as técnicas para ser trabalhado no processo de ensino-aprendizagem, e o definem enquanto uma dimensão chave para a formação de sujeitos, não só empreendedores, mas também indivíduos qualificados para o mercado de trabalho.

A escolha desses três últimos autores, Fraiman, Dolabela e Lopes, entre outros que escreveram acerca dessa temática, justificam-se primeiro, pela vinculação desenvolvida entre o ensino de empreendedorismo e a educação básica e superior no Brasil, atuando inclusive como professores de instituições de ensino superior, palestrantes e prestando serviços de consultoria educacional. Segundo por desenvolverem metodologias de ensino, com estratégias e métodos para serem trabalhadas em atividades pedagógicas com os alunos e as alunas em sala de aulas, independente dos níveis e modalidades da educação. Terceiro, pressupõem o empreendedorismo como uma alternativa salvaguarda ao desenvolvimento humano, econômico, ao mercado de trabalho e para as inovações das instituições empresariais.

2.1 As bases teóricas do empreendedorismo

Como mencionado anteriormente, o empreendedorismo surgiu na economia clássica no século XVII, com Richard Cantillon (1680-1734), economista Franco Irlandês que deixou uma vasta contribuição sobre economia empresarial. Em seus escritos, especificamente em Ensaio sobre a natureza do comércio em geral, é mencionado com frequência à palavra *entrepreneur*⁵ que, apesar de ser confundida na tradução para o português, como empresário, não assume necessariamente tal significado.

5 O termo *entrepreneur* foi traduzido para o português com o sentido de “empresário”, mas vem recebendo novos significados, como o de “empreendedor”, que ganhou o sentido de “empresário bem sucedido” ou com qualidades especiais.

Embora essa definição seja reforçada pela origem do verbo (empreender) que, segundo o dicionário Houaiss (2009) é definido como “propor-se, tentar (ação, laboriosa e difícil) pôr em execução”, dependendo da área e abordagem, o conceito nos remete a uma concepção idealista, ou seja, o empreendedor é aquele que coloca em prática um projeto inovador, arrojado, com a intenção de êxito financeiro, simbólico, ideológico, político, social etc.

Dessa forma, o empreendedorismo tem fomentado uma nova discussão acerca da gestão empresarial e de suas relações com a dinâmica do mercado de trabalho contemporâneo, consonante inclusive com os aspectos do planejamento empresarial, com a organização e a racionalização técnica das atividades laborais, com a formação para os setores de recursos humanos e como oportunidades de emprego nos setores do comércio, da indústria e de serviços. Sendo concebido nestes aspectos como alternativa para geração emprego e renda em curto e longo prazo.

O escopo de expansão do empreendedorismo, ultrapassa as relações empresariais e se adapta ao setor educacional através de um discurso ideológico pragmático que vem ganhando importância crescente em estudos e pesquisas, não só na capacitação de cidadãos mais participativos, como também na aceleração do crescimento econômico dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, especialmente os que apresentam um cenário de desemprego crescente. Por isso se define como uma ferramenta de desenvolvimento socioeconômico para resolver a crise do desemprego e da informalidade.

É importante ressaltar que no Brasil, a Lei nº. 123/2006, mais conhecida como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, forneceu o arcabouço legal necessário para o incentivo ao empreendedorismo, pois assumiu a função de suporte técnico fundamental, servindo como base de orientação para o desenvolvimento de atividades no comércio, na indústria e nos serviços, atingindo inclusive percentuais significativos nesses segmentos. No entanto, em 2008, essa lei foi alterada pela Lei complementar (LC 128/2008), a qual instituiu a categoria de Microempreendedor Individual-MEI, traçando dessa forma, os parâmetros legais para os trabalhadores informais e as pessoas jurídicas de pequeno porte se adequarem as novas regras tributária, previdenciária e trabalhista, em outros termos, entendemos que essa foi uma estratégia do Governo Federal para reduzir a informalidade no âmbito da federação brasileira.

O termo empreendedorismo se delineou no contexto mercantil. Apesar de sua origem partir do idioma francês, o qual deriva do termo, *entrepreneur*, que significa empreendedor, aquele que empreende a criação por conta própria em seu benefício, assumindo riscos, como defendia Cantillon (2002), ao conceber que, a “sociedade divide-se em duas classes, os recebedores de salários fixos e os recebedores de renda não fixa”, os empreendedores não se

adaptam a nenhuma dessas classes, visto que, ganhavam rendas incertas a partir da compra de produtos (agrícolas) por um preço determinado e revendiam por valores desconhecidos até então.

No entanto, esses empreendedores apesar dos riscos imprevisíveis que corriam com a comercialização dos seus produtos, tinham alcance em longo prazo das preferências de seus consumidores, fato relevante que os diferenciavam do empresário capitalista, que fornecia apenas o capital e acreditava nos princípios da economia clássica, sob a qual o desenvolvimento econômico e social ocorria mediante o lucro e os ajustes sobre as mercadorias.

Max Weber (1864-1920), jurista e economista alemão, considerado como um dos principais fundadores da sociologia clássica, ao distinguir a figura do empreendedor do burguês que age orientado pelo lucro sinaliza que, o empreendedor é portador de uma ética, diferente e por vezes oposta as ações econômicas, pautada na capacidade de ação que combina o conhecimento da história, da economia e da sociologia para fortalecer o seu perfil ideal e, portanto é mensageiro de interesses, vontades e intencionalidades que constituem uma postura pragmática, reformista e com objetivos de criar e desenvolver projetos para melhoria da sociedade.

O empreendedorismo e suas conotações, embora apareçam em obras relevantes de Weber, como em *Economia e Sociedade* (1999), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2004) é no livro *Ciência e Política: Duas vocações* (1983), que a sua concepção é tratada com mais profundidade, especificamente na relação entre trabalho, ciência e paixão, onde este sociólogo do século XIX, sintetizou que a vocação dos indivíduos para a ciência decorre da racionalização da sociedade moderna constituída pelo pluralismo de valores.

Dessa forma, o trabalho e a paixão são aspectos fundamentais para o surgimento das melhores ideias, e o empreendedor nesta concepção, caracteriza-se como sujeito que tem criatividade, imaginação, inspiração e dedicação apaixonada no exercício que desempenha frente ao processo de modernização industrial, política e científica;

Um comerciante ou um grande industrial que não tenham “imaginação comercial”, isto é, que não tenham inspiração, que não tenham intuições geniais, não passarão nunca de homens que teriam feito melhor se houvessem permanecido na condição de funcionários ou de técnicos: jamais criarão formas novas de organização [...] que o empreendedor moderno se empenha em resolver (WEBER, 1983, p. 26-27).

Podemos constatar que, os aspectos elementares ao empreendedorismo concebido por Weber são pensados frente às exigências do progresso capitalista e da revolução industrial, os

quais impuseram rápidas transformações na estrutura social, na racionalidade científica, nas organizações políticas, econômicas e sociais. E neste aspecto a ciência assumiu o papel fundamental de possibilitar aos indivíduos o domínio técnico do conhecimento para a execução das atividades.

Joseph Schumpeter (1883-1950), economista e cientista político austríaco, reforçando o pensamento de Weber, em seu livro *História da Análise Econômica*, definiu que o empreendedor, é o “empresário com criatividade capaz de fazer sucesso com as inovações no sistema econômico, tendo como objetivo, gerar lucro”. Na sua concepção, as inovações promovidas pelos empreendedores além de criarem novos produtos, seriam imitadas por outros empreendedores que investiriam recursos para produzir, gerar empregos e alavancar a prosperidade econômica, seriam por razão, esses empreendedores as pessoas que tomam as decisões de direção da vida econômica (SCHUMPETER, 1964, p. 177).

Em sua obra, *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico* (1982), ao tratar do fenômeno para o desenvolvimento econômico, o autor apresenta a figura do empreendedor como um empresário inovador, que se atribui da ação empreendedora para promover o desenvolvimento capitalista mediado pelas ferramentas tecnológicas.

No entanto, é na obra *Capitalismo, socialismo e democracia* que Schumpeter desenvolve o conceito acerca do processo da destruição criadora, destacando que a inovação tem lugar firme na economia de mercado, uma vez que os novos produtos destroem tanto as empresas desatualizadas, como os antigos modelos de negócios, e, por isso a inovação do empresário protagonizado pelo empreendedor, é a força motriz do crescimento econômico que vai representar toda a sua versatilidade e habilidades técnicas para produzir, reunir recursos financeiros, organizar a gestão e vender os produtos da sua empresa,

A função do empresário é reformar ou revolucionar o sistema de produção através do uso de uma invenção ou, de maneira mais geral, de uma nova possibilidade tecnológica para a produção de uma nova mercadoria ou fabricação de uma antiga em forma moderna, através da abertura de novas fontes de suprimento de materiais, novos canais de distribuição, reorganização da indústria, e assim por diante (1961, p. 166).

Por essa interpretação, entendemos que a dinâmica de crescimento e de desenvolvimento socioeconômico do capitalismo, está vinculada diretamente ao empreendedorismo como ponto de partida, o qual constitui uma identidade social e coletiva, com características diferenciadas por um conjunto de valores que representam as instituições,

a cultura, os hábitos e a tradição do capitalismo moderno, ou seja, a atitude de empreender nesta perspectiva, associa-se à compreensão de que, as condições que transformam um determinado setor, um ramo ou uma atividade econômica, são impulsionadas pela liderança do empresário inovador, mediante um conjunto de articulações e combinações dos meios produtivos para atingir o crescimento almejado.

Podemos mencionar a partir desses pressupostos que, o empreendedorismo delinea-se em dois eixos teóricos nas ciências sociais e nas ciências humanas. O primeiro, de cunho econômico empresarial, tem suas bases de origem na economia clássica, define os indivíduos (empreendedores) pela sua autonomia, criatividade, visão de futuro, aposta na empregabilidade e na possibilidade de ser gestor de seu próprio negócio frente à conjuntura econômica capitalista. Já o segundo, com destaque nas últimas décadas, ramifica-se a partir dos pressupostos teóricos e práticos da sociologia clássica, com direcionamento tanto para a gestão empresarial de negócios em qualquer domínio comercial, como também, para o processo de formação e escolarização de sujeitos para inserção no mercado de trabalho, ou seja, a educação torna-se neste sentido, o elemento chave para desenvolver novo saberes e competências demandadas pelo modo de produção capitalista.

Por meio dessas duas abordagens, o empreendedorismo vem adquirindo dimensões imensuráveis no processo de ensino, iniciando desde os anos iniciais da educação básica, as instâncias superiores, através de propostas pedagógicas vinculando a educação ao processo de orientação profissional para o mercado de trabalho. E neste âmbito, vale destacar seus principais precursores na educação brasileira. A citar, iniciaremos com Leo Fraiman, brasileiro, psicoterapeuta com especialidade em psicologia educacional e desenvolvimento humano. Possui uma coleção de livros didáticos, lançados respectivamente em (2009, 2011 e 2013) com foco em empreendedorismo educacional, orientação profissional e consultoria, os quais compõem um conjunto de metodologias didático pedagógico para serem trabalhadas em sala de aula como conteúdo curricular, desde o 1º ano do Ensino Fundamental, ao 3º ano do Ensino Médio.

Na sua concepção, o mercado de trabalho está em constante mudança e as carreiras (perfil do trabalhador) também precisam se ajustar a essa nova demanda, por meio da soma de oportunidades criadas pelas pessoas empreendedoras, e para isso não existe a profissão do futuro, e sim, o profissional com capacidades de atrair oportunidades, credibilidade, visibilidade e sustentabilidade. Segundo seus pressupostos, é essencial na educação, cultivar o valor profissional dando atenção especial para a formação das competências profissionais, como a empregabilidade que se refere ao valor que um profissional tem no mercado de trabalho, e a

trabalhabilidade para definir a capacidades que um indivíduo tem para conseguir oportunidades de trabalho por meio de empregos formais, prestação de serviços ou o seu próprio negócio. Nesta relação, a educação deve motivar os indivíduos a serem empreendedores ou ter espírito empreendedor, levando em consideração as predisposições genéticas que poderão ser desenvolvidas por meio de treinamento implementados na educação. Por conseguinte, o empreendedor é definido como aquele indivíduo que aprende a ler a realidade a partir de diversos ângulos;

Vislumbra as tendências e pensa em formas de investir em oportunidades novas no mercado de trabalho. É olhar o supermercado, uma loja, um restaurante ou um consultório sempre pensando como melhorar o atendimento, os serviços, os produtos, as embalagens e a comunicação, isso implica cultivar um olhar que viaje na imaginação e pense o que ninguém se atreveu antes a pensar (FRAIMAN, 2009, p. 98-100).

Em seguida, vale destacar Fernando Dolabela, que também compartilha deste entendimento. Autor de vários livros, consultor e palestrante sobre empreendedorismo e educação empreendedora. Ganhou notoriedade nessa temática com a publicação dos livros, O segredo de Luísa (2006). Quero construir a minha história (2009). e Empreendedorismo sem fronteiras: um excelente caminho (2015). Nessa literatura é abordado os métodos e as técnicas para a pedagogia empreendedora na educação infantil, educação básica e superior, tanto no âmbito das escolas particulares, como também nas escolas públicas brasileiras.

Na sua concepção, o empreendedorismo na educação básica e universitária expressa a construção do bem-estar da coletividade, o qual tem como prioridade o desenvolvimento social, o combate à miséria, e se situa como um meio de geração e distribuição de renda e riquezas acessíveis a todos. Defende que o empreendedorismo “contemple toda e qualquer atividade humana, seja incluído na pesquisa, no governo, no terceiro setor, nas artes, em qualquer lugar. O empreendedor é definido pela forma de ser, e não pela maneira de fazer” (DOLABELA, 2006, p. 16).

E por último, Rose Lopes, possui Mestrado e Doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), entre os anos 1999-2004. Na sua trajetória acadêmica vem coordenando e organizando atividades de pesquisas com foco no ensino de empreendedorismo na educação básica e superior. Destacou-se no contexto brasileiro e internacional com as publicações dos livros, Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas (2010), e Ensino de empreendedorismo no Brasil: panorama, tendências e melhores práticas (2017). Segundo essa autora, a educação deve desenvolver o “potencial empreendedor dos alunos para

lhes preparar ao mercado de trabalho mais competitivo e para suas próprias iniciativas”. Para isso, os educadores precisam conhecer as abordagens e as metodologias da educação empreendedora, assim como estimular as competências empreendedoras por meio do ensino de empreendedorismo (LOPES, 2017, p. 21).

2.2 Os fundamentos constitutivos do empreendedorismo na educação

Nas últimas décadas, observa-se que o empreendedorismo tem se acentuado em duas perspectivas, a primeira, como um caminho alternativo para os indivíduos desempregados serem realocados ao mercado produtivo frente à crise econômica, e nesta acepção, se apoia no processo de formação e de escolarização para justificar o argumento de que, é a “salvaguarda” do sistema econômico. A segunda, baseia-se no incentivo para a instituição de novos empreendimentos comerciais e venda de produtos e serviços, a qual legitima o argumento de que, a abertura de novas empresas irá gerar mais empregos e aquecer a produtividade econômica gerando rendas e sustentabilidade para a população.

Essas abordagens são as que vêm ganhando proporções em várias áreas das ciências humanas e sociais como observado anteriormente. No entanto, no Brasil sua inserção foi reforçada mais precisamente após os anos 2000, com os incentivos do sistema “S”⁶, cujas ações se propagaram na educação seguindo uma tendência global moderna, ou seja, de valorização do processo de formação e escolarização de sujeitos vinculados ao setor produtivo (indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas) com ênfase na empregabilidade e formação técnica profissionalizante.

Esse processo de expansão do empreendedorismo nas ciências sociais, recebeu amparo também dos princípios da teoria do comportamentalismo (Behaviorismo), cuja representação teórica é remetida a John Broadus Watson (1878-1958), Ivan Pavlov (1849-1936) e Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), nos aspectos da adaptação e apreensão de comportamentos, como vontade de realizar sonhos, busca pela satisfação pessoal e financeira, aperfeiçoamento constante, sentimento positivo e liderança em equipe. São aspectos que deslocam para o indivíduo “a responsabilidade pela construção de sua carreira dentro e fora das corporações, dependendo das iniciativas individuais para fazer acontecer o sucesso ou o fracasso na sua carreira”, como analisa Melo (2010, p. 81).

⁶ Nome convencionado a um conjunto de nove instituições, entre elas e mais especificamente que estão vinculadas a educação, destacam-se o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

O empreendedorismo constitui-se dessa forma, no âmbito empresarial, partilhando dos mesmos princípios e funcionamentos do modo de produção capitalista, ou seja, fundamenta-se na ideologia do neoliberalismo para reforçar o modelo de formação, nos aspectos da flexibilidade, da eficiência, da adaptação ao ambiente e da responsabilização aos indivíduos pela criação de um projeto de sucesso, com retorno e garantias financeiras. No âmbito da educação, e especialmente no sistema público de ensino, concebe-se a escola como uma organização social que deve buscar resultado durante a formação dos indivíduos, e o “processo de ensino-aprendizagem tem como finalidade moldar os educandos conforme o perfil e filosofia das empresas, assim como garantir uma formação escolar polivalente e multifuncional” como analisa Wolf (2014, p. 50-52).

Segundo essa análise de Melo e de Wolf, esses pressupostos modulam os sujeitos durante o processo de formação escolar para serem subjugados pelas oscilações econômicas, pelo desemprego estrutural e pelo crescimento financeiro, econômico e industrial. Fato que os levam a arriscar a abertura de pequenos negócios, de se lançarem no mercado de trabalho competitivo e de buscarem alternativas, mesmo diante do despreparo e de pouca afinidade com o ramo de atuação, o que em algumas circunstâncias são redirecionados ao fracasso.

É importante mencionarmos que o termo sustentabilidade é associado ao empreendedorismo recorrentemente. No entanto, tal expressão demanda tanto o equilíbrio entre o empreendedorismo, a educação e o meio ambiente, como também não se refere especificamente a manutenção dos recursos naturais, e sim, representa as características de um negócio sustentável, que alcance longevidade, tenha destaque na cadeia produtiva, consiga reinventar-se com base em novos modelos de negócio, mantenha diversidade e novas formas de gerar riqueza e renda, e que seja capaz de se adaptar com facilidade aos paradigmas de mercado.

Estas abstrações nos indicam que, não é por meio do empreendedorismo que encontramos respostas ao desemprego, à pobreza e à precarização do trabalho em suas mais distintas formas. Pois acreditamos que mediante o diálogo estabelecido acerca dessa temática, o empreendedorismo, seja no âmbito empresarial, seja no âmbito educacional, reproduz o processo das relações sociais e de trabalho, em sincronia com as necessidades produtivas, específicas a cada ramo de atividade econômica e, portanto, constitui-se como a “pedra de toque” do mercado capitalista, sobre a qual o empreendedor movimentar-se na ilusão de que, o seu sucesso e o seu fiasco são correlações inerente e dependentes da sua “força de vontade” e do seu “espírito empreendedor”, ou seja, a internalização da autocensura, em que o sucesso e

o fracasso são responsabilidades individuais e que dependem necessariamente dos esforços empregados em cada atividade.

Compreendemos por meio dessa análise que o empreendedorismo é uma abstração isolada da realidade humana e articulada nas relações econômicas e sociais. A sua materialidade é resultante da prática social estabelecida pelo intercâmbio entre os homens e as mulheres, e por essa razão, o homem constrói materialmente a sociedade, como também lança as suas bases para que se construam como indivíduos, porém “não são eles que fazem cada momento histórico, mas sim, a reprodução da sociedade capitalista que os reproduzem em suas individualidades” (LESSA; TONET, 2011, p. 17).

2.3 Os pilares de sustentação material e ideológica do empreendedorismo na educação

No Brasil, o final do século XIX e o início do século XX foram marcados com a consolidação do poder da burguesia, a expansão da urbanização e da industrialização, o que suscitou expectativas acerca da uma mão de obra qualificada com mudanças no processo de reestruturação produtiva, ou seja, um novo modelo de acumulação de capital se instituiu pela transição do agrário-exportador ao modelo industrial e bancário.

Não obstante, essa tendência tem origem em meados do século XVIII, com o liberalismo clássico e econômico nos países da Europa, que defendiam a liberdade individual, o direito à propriedade privada e a livre concorrência. Apesar de que, é após a segunda guerra mundial que o neoliberalismo surge a partir dos pressupostos teóricos da teoria liberal, nos países de capitalismo moderno (industrial, financeiro e bancário) enquanto uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado no Estado, salvaguardando que o mercado é a única instituição capaz de coordenar os problemas sociais de natureza política e econômica.

2.3.1 O neoliberalismo

O conceito de neoliberalismo destacou-se na economia política nos anos de 1980, apesar de ter se ramificado a partir de outros termos, monetarismo e neoconservadorismo, emergiu também da disputa entre acadêmicos liberais europeus que tentavam criar uma alternativa política econômica com base no liberalismo clássico, cuja defesa pautava-se na liberdade individual e limitada ao poder do estado, e na economia planificada em que a produção é planejada por especialistas e os meios de produção são propriedade do Estado.

No Brasil, o neoliberalismo lançou suas bases em meados do século XX, e ganhou ânimo nos anos de 1990, propriamente nas propostas políticas e econômicas dos governos Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, reduzindo substancialmente o papel do Estado, e concedendo abertura ao capital estrangeiro mediante parcerias com os organismos internacionais, que posteriormente deram partida para as privatizações, a redução do quadro de funcionários públicos, a terceirização e tantos outros aspectos que provocariam impactos imediatos nas relações de trabalho e nas políticas educacionais, as quais instituíram, “a criação de um mercado de trabalho urbano adequado às exigências do novo modelo de acumulação” mediado pela presença ativa do Estado (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 1998, p. 218).

Dessa forma, a educação brasileira nos seus aspectos políticos e pedagógicos está particularmente encorada no paradigma neoliberal, nas orientações definidas pelo Banco Mundial e nos relatórios publicados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁷. Em colaboração ainda com a Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI, cujas propostas estão projetadas no livro *Educação: um tesouro a descobrir*, que será discutido nos capítulos seguintes.

Para ser mais específico, é importante mencionar que a Organização das Nações Unidas-ONU, ou como divulgada nos meios de comunicação, Nações Unidas é uma instituição intergovernamental criada em 1945, logo após a segunda guerra mundial. Tem como objetivos resguardar a segurança e a paz mundial, promover os direitos humanos, assessorar o desenvolvimento econômico, o progresso social, proteger o meio ambiente e prestar ajuda humanitária.

Atualmente, essa instituição multilateral constitui-se com mais de 190 Países-membros e seis órgãos diretos, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Direitos Humanos, o Secretariado e o Tribunal Internacional de Justiça. E os órgãos complementares como a UNESCO, o Banco Mundial, (agência especializada independente, porém com caráter de financiamento), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e tantos outros que não serão citados, por entendermos que os já elencados apresentam pertinência ao nosso objeto de estudo.

É nesse contexto político e econômico competitivo, dinâmico e em nível mundial que se estruturou a educação no Brasil em final do século XX, baseada em um cenário sem fronteiras, em que as relações se interligam nos aspectos material e ideológico. Pressupomos

⁷ A UNESCO foi criada em 1945. Estabeleceu-se no Brasil em 1964, e iniciou as atividades em 1972, tendo como prioridades a defesa de uma educação de qualidade para todos e a promoção do desenvolvimento humano e social.

que o empreendedorismo na educação brasileira, ganhou dimensão nessas relações marcadas pela flexibilidade na economia e também no campo do desemprego, da precarização e da informalização que contribuíram para expansão em outras áreas de atividades associadas, especialmente aos meios de subsistência.

E neste caso, buscamos então sua historicidade, a citar, o Brasil é signatário das orientações estabelecidas pela ONU, desde 1947, mediante parceria de colaboração em que a agenda global é trazida para o âmbito nacional e em contrapartida, as práticas brasileiras são divulgadas ao contexto mundial, que inclusive por intermédio desta vinculação, em 1950, o UNICEF, a OIT e a UNESCO começaram a desenvolver seus trabalhos de acordo com as demandas apresentadas no território brasileiro.

O Brasil então signatário desse compromisso, abarcou o desafio de compartilhar suas experiências políticas, econômicas e culturais com outros países, assim como produzir conhecimentos e promover o desenvolvimento econômico e sustentável mediante os objetivos e metas estabelecidas. Estes reflexos podem ser observados no documento publicado pela UNESCO, referente aos anos de 2013 a 2015. Nessa parceria é reforçado e sinalizado um norteamento para o empreendedorismo, ao tratar dos objetivos números 5 e 6 para a educação, destacam “políticas públicas consolidadas em prol da eficiência do sistema educacional brasileiro, [...] esferas: municipal, estadual e federal”. E “educação técnica e vocacional (ou profissional) fortalecida e articulada com o Ensino Fundamental e Médio” (UNESCO, 2013, p. 14).

Percebe-se então uma ação neoliberal tendenciosa, direcionada ao sistema educacional brasileiro nos aspectos da eficiência, da funcionalidade da educação e da formação vocacional, ou seja, a vinculação do processo de formação e escolarização de sujeitos ao desenvolvimento econômico produtivo, cujas iniciativas articularam as competências técnicas e profissionais dos sujeitos para mercado de trabalho.

Adiante observa-se que estas orientações da UNESCO, atendem as expectativas das Nações Unidas para a “Agenda de 2030”, cujo documento em seu objetivo e meta número 4.4, ao tratar da educação inclusiva, equitativa de qualidade e da aprendizagem ao longo da vida para todas as modalidades de ensino, destaca entre seus requisitos o empreendedorismo, “até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (UNESCO, 2016, p. 17).

Nesta perspectiva, o documento constitui na percepção de seus interlocutores, as principais orientações para o mercado de trabalho e defende a necessidade dos países,

investirem por meios da educação na aquisição de habilidades e competências dos sujeitos, especificamente entre os jovens, diante dos avanços tecnológicos e das mudanças constantes relacionadas às novas funções que exigem do trabalhador cada vez mais qualificações certificadas.

No contexto de um mercado de trabalho que muda rapidamente; do desemprego cada vez maior, principalmente entre jovens; do envelhecimento da força de trabalho em alguns países; da migração; e de avanços tecnológicos, todos os países têm enfrentado a necessidade de desenvolver os conhecimentos, as habilidades e as competências das pessoas para um trabalho decente, o empreendedorismo e a vida. Em muitos países, políticas de educação e qualificação precisam lidar também com as necessidades em rápida mudança que jovens e adultos têm de melhorar suas habilidades e aprender outras novas (ibid. 2016, p. 16).

Diante do exposto, é possível observar que as bases do empreendedorismo estão apoiadas nos parâmetros definidos pelas Nações Unidas, especialmente a das agências supracitadas, em que as propostas são organizadas mediante um conjunto de ações para servirem de referência e delinearem entre tantos aspectos, o rumo das políticas públicas para a educação brasileira em seus níveis e modalidade de ensino. Entretanto, apesar da assistência e inter-relação destes organismos na promoção da educação, ciência e cultura no Brasil, uma reflexão atenciosa nos possibilita compreender que essa intencionalidade no cenário educacional, constituem os interesses de uma ideologia dominante, e certamente um paradigma encomendado, tendo em vista que fortaleceu o arsenal político e econômico do neoliberalismo, articulando tanto as políticas advindas do Banco Mundial, como também as iniciativas da UNESCO, OIT e UNICEF. Já em relação ao Banco Mundial vale frisar que, a rigor suas propostas são de cima para baixo, objetivam a sustentabilidade econômica e a mercantilização da educação, nos aspectos da rentabilidade, financeirização e da formação de sujeitos em uma lógica de aquisição de competências e habilidades profissionais exigidas pelo mercado produtivo.

Portanto, os horizontes estabelecidos nas propostas para a educação se desdobraram como ferramenta propulsora do empreendedorismo, tanto nos aspectos teóricos, como também nos objetivos que fomentaram, de um lado, a sedução pelo sucesso, vantagens, riqueza, liberdade, autonomia e independência, que por sua vez, forçaram os indivíduos a assumir a culpabilidade das instabilidades no modo de produção econômico. E por outro lado, instituiu-se um discurso que prega a igualdade de oportunidades para todos, no qual os indivíduos capacitados geram riqueza, produtividade e crescimento econômico. Mas se esta afirmativa

estiver certa, não existiria exclusão dos indivíduos aos principais meios de aprendizagem e ascensão social, não haveria pobreza, exploração e índices crescentes na desigualdade social. Logo o empreendedorismo contribuiu para essa realidade produtiva, porque representa uma classe que cria os meios de produção, fato que sucumbe a classe subordinada a adquirir as habilidades manuais e aprender a se submeter às normas, “ao lado desse processo de mercantilização da educação, há uma forte pressão para que as escolas e as universidades se voltem para as necessidades estreitas da indústria e do comércio” (SILVA, 1997, p. 24).

Isso implica afirmar que o empreendedorismo na educação, caracterizou-se em uma trajetória neoliberal, pois atendeu os critérios empresariais, pressupondo a reestruturação das instituições educacionais em uma dimensão neoliberal, conforme a produtividade e eficiência técnica. A exemplo as avaliações de desempenhos aos docentes e discentes, as premiações como recompensa das metas alcançadas e a melhoria do rendimento escolar vinculado às atividades didáticas e pedagógicas.

Considerado ainda que os sujeitos em formação, crianças, adolescentes, jovens e adultos são responsabilizados pelo fracasso e pelo sucesso, e esta autocensura seja no âmbito educacional, seja nas relações de trabalho e produção, é corroborada pela concepção da educação empreendedora que ao promover o mérito individual, a flexibilidade, a competição e a produtividade, revela também as contrariedades entre oportunidades, igualdades e justiça social. E nestes aspectos, a educação quando se pauta em um modelo de aprendizagem que exalta a competitividade, a produtividade técnica e os resultados quantitativos, ignora também as possibilidades de desenvolvimento socioeducativo e político de seus educandos e educadores, cujo sentido não possui finalidades e nem relação com o meio no qual estão inseridos (LERENA, 1991, p. 123);

Em um contexto que separa o pensamento do fazer, a teoria da prática, o cérebro e a mão, o estudo e o trabalho, o ensino e a produção, [...] constitui uma manifestação da estrutura do poder. Nessa sociedade, o sistema escolar faz parte dos instrumentos ideológicos que tem como função impor as concepções e os padrões de vida socialmente necessários para preservar a posição das classes dominantes.

A esse respeito, podemos entender que as bases conceituais acerca do empreendedorismo estão fundamentadas nas definições neoliberais, e portanto, não fogem dessa realidade social marcada pela divisão de classes, a qual legitima a produtividade do sujeito como uma “mercadoria”, tanto ao longo do processo de formação educacional, como para desempenharem determinadas atividades técnicas no trabalho, fato que caracteriza a

reprodução das relações econômicas e conseqüentemente, uma possível estruturação da educação, já que sua função social e política foi desnorteadas de suas finalidades. E essa divisão de classes impossibilita uma compreensão didática e pedagógica da formação humana, a qual está sendo definida e sistematizada conforme o modo de produção capitalista, “ao adquirir novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, com ele, modificam as relações econômicas, relações necessárias àquele modo de produção determinado” (MARX, 1985, p. 207).

2.3.2 A ideologia

A ideologia constituída nos fundamentos do empreendedorismo, justifica a reprodução de ideias dominantes, as quais dão suporte tanto à prática docente, como também ao processo de ensino e escolarização de sujeitos mediante um conjunto de ferramentas pedagógicas de aprendizagem, sintetizadas na metodologia da educação empreendedora. Por isso, um dos traços elementares a ideologia consiste na forma de tomar as ideias desvinculadas da realidade, da história e da prática social, pois, os conhecimentos e os saberes nesse contexto são transmitidos de forma especializada e unilateral, ou seja, garantem a reprodução de um sistema de ensino que menospreza habitualmente a importância da construção de conhecimentos relacionados à historicidade política, a cultural e à prática social dos homens e mulheres, em função da dinâmica empresarial, assim como mantém os sujeitos ajustados aos princípios da profissionalização técnica instrumental e das atividades de ensino, que são programadas por etapas, obedecendo aos objetivos e determinações de conceitos baseados em critérios meritocráticos.

A concepção de ideologia acerca do empreendedorismo perpassa diversas dimensões, estão articuladas ao arcabouço teórico, à prática docente, à aprendizagem escolar, ao mercado de trabalho e à criação de negócios. No entanto, nesses aspectos a relação entre a teoria e prática assume posições subordinadas, ou seja, ora a teoria sobre a prática, ora a prática desvinculada dos fundamentos teóricos, e por isso, entendemos que tal correlação no processo de ensino individualiza e acirra a divisão e a competitividade, tanto no processo de formação dos educandos, como também nas relações posteriores exercidas pelos educandos e educandas no contexto do mercado de trabalho.

Acerca dessa percepção, podemos sinalizar que a formação de sujeitos enquanto parte constituinte do processo de ensino, não deve empenhar-se diretamente na construção teórica e técnica para o trabalho, visto que, os sujeitos produzem as condições práticas de sua existência

em uma sociedade dividida em classes, sob a qual o trabalho está fracionado entre trabalho manual e mental, e a escola é concebida como uma “estrutura de formação a um determinado tipo de homem”, que geralmente atende aos requisitos da classe dominante (MANACORDA, 2010, p. 129-130);

É fato sabido que a escola, qualquer que seja o aspecto e conteúdo que assuma, permanece o lugar da formação das jovens gerações pertencentes à classe dominante, e que as classes subalternas a ignoram. As crianças e jovens pertencentes a essas classes não têm um lugar estabelecido para a sua formação, ainda que isso não signifique, [...] que não se formem. Na realidade, formam-se, mas sim na aprendizagem prática.

Essa compreensão não implica afirmar que o processo de formação de sujeitos ministrado nas instituições escolares públicas, deva estar desvinculado do mundo do trabalho, até porque levamos em consideração os pressupostos marxianos, sob os quais a escola tem função elementar na conciliação entre a ciência e o trabalho humano, sendo este, a essência do homem na sua relação com a natureza e com a prática social.

Essa análise nos alerta acerca do processo formativo de sujeitos na educação pública que está sendo mediado pela ideologia da educação empreendedora, a qual estrutura-se em uma dimensão que, de um lado, situa a competitividade e a produtividade e, de outro lado, a responsabilidade social para o individual, impondo-lhe ainda conhecimento acerca da gestão empresarial e a profissionalização técnica como alternativa de subsistência, inserida em um cenário que não promove “políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, mais indivíduos que devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis”, (FRIGOTTO, 2013, p. 15).

Comprendemos também que as transformações na estrutura produtiva e as mudanças tecnológicas da informação e comunicação, representam uma ideologia dominante e estão forçando o sistema educacional a delinear uma base de formação profissional, instrumentalista e pragmática aos sujeitos, desde os anos iniciais de escolarização, com propósitos de adequar o perfil dos alunos e das alunas ao mercado de trabalho, caso que evidencia uma “desqualificação do trabalho escolar desviando sua função e reforçando a divisão social do trabalho”, assim como a relação entre a teoria e a prática, a organização e a execução do trabalho pedagógico que tem desencadeado como consequência, o fracasso da escola pública (FRIGOTTO, 1999, p. 172-173).

Essa preocupação em buscar a relação entre a ideologia constituída no empreendedorismo e suas representações na educação, guardam uma discussão que gira em torno do universo ideal e a realidade concreta da prática educacional, em que os interesses dos ideólogos não são percebidos em sua essência, mas por meios das aparências e abstrações. Essa realidade tende a ser naturalizada juntamente com a história, a cultura e as contradições desencadeadas nesse processo.

Dessa forma, os ideólogos que formularam as concepções acerca do empreendedorismo, sistematizaram uma metodologia de ensino e a defendem como alternativa inovadora. Pretendem ainda por meio dessa prática impulsionar o desenvolvimento econômico, aumentar a produtividade nas relações de trabalho e reduzir o desemprego. No entanto, esses autores “recorrem cada vez mais ao arsenal de ideias contidas em propostas conservadoras”, e por isso tomam a frente de um jogo histórico de interesses políticos e econômicos (PAULO NETTO, 2006. p. 14).

A esse respeito, Meszaros (2011, p. 914), compreende que os ideólogos, aqueles que formulam as ideias, são vítimas da própria ideologia, visto que projetam politicamente as ideias dominantes na sociedade capitalista e não dão conta da crise do capital e das suas correlações sociopolíticas e econômica, os ideólogos do “capitalismo avançado se perdem quando precisam explicar a obstinada persistência do conflito social, e ao projetarem o mercado como um mecanismo espontâneo socialmente neutro”.

Freire (1996, p. 19) também faz importantes considerações a respeito da ideologia, especificamente na análise acerca das ideias do neoliberalismo. Definindo que sua principal característica é a ocultação da verdade dos fatos, incumbidas das ideias que distorcem a realidade e torna os indivíduos vítimas do discurso fatalista, negando inclusive sua própria existência como sujeito histórico e político, “a ideologia fatalista, imobilizante que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar quase natural.

Essa explanação pontua que a ideologia constituída pelas ideias dominantes, representa um conjunto de normas separadas das condições materiais, visto que de um lado, não estão pisando no mesmo terreno que possibilita as condições de existências dos sujeitos, e de outro lado, está distanciada da produção material, das relações de trabalho e das forças produtivas, por isso a ideologia na sociedade capitalista é contraditória, separada da ação e da prática social, e tem como finalidade, criar uma história naturalizada e ilusória, cuja crença simboliza o

progresso, a liberdade, a felicidade, traduz a ideia de sociedade do sucesso material e da harmonia universal, no entanto nega a história humana na sua essência.

Dessa forma, a ideologia dominante é sistematizada, conexa e articulada aos influxos da educação, por isso se impõe com tamanha dimensão, tal como tem se desdobrado o empreendedorismo na educação. No entanto, esse não é o caminho que desejamos para o processo de ensino e a escolarização de sujeitos, pois devemos reconhecer e instigar a consciência de classe dos professores, enquanto trabalhadores militantes da sua prática pedagógica, tendo como mediação as relações políticas, econômicas e sociais vivenciadas pelos educandos e educandas na sua prática social, que possibilite inclusive, combater a ideologia burguesa e educar as massas populares, assim como, seja capaz de promover a criação de grupos de intelectuais que defendam a mesma concepção do mundo.

3 O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A princípio podemos afirmar que o empreendedorismo na educação brasileira ganhou dimensões mais precisamente a partir dos anos 1990. No entanto, seus pressupostos se delinearam nas configurações da pedagogia tecnicista predominante nas décadas de 1970 e 1980, e da concepção pedagógica reprodutivista, ambas pressupõem a vinculação da educação ao desenvolvimento industrial e econômico no âmbito do modo de produção capitalista. Essa fase transitória da pedagogia tecnicista para o Brasil foi marcada com o acordo MEC-Usaid⁸ e as reformas do ensino na década de 1960. Nesse caso, os fundamentos do empreendedorismo se desdobram por meio dessas configurações, as quais atribuíram ao processo educacional mediante as reformas, recursos pedagógicos e administrativos para a formação de sujeitos dentro dos parâmetros da ordem capitalista.

Em relação à concepção de educação produtivista, Saviani (2013a, p. 430) analisa que essa abordagem teve “predomínio na educação brasileira no iniciou na década de 1960”, e manteve-se como pano de fundo para a teoria do capital humano⁹, já que iniciava uma etapa na educação, transpondo as relações de trabalho ao contexto escolar, por meio da exploração das aptidões e da formação de habilidades técnicas profissionais, que foram introduzidas no Ensino Médio e nos cursos de curta duração, os quais vincularam as ferramentas tecnológicas ao processo de ensino com o objetivo de valorizar o planejamento operacional e estimular a produtividade no contexto escolar.

3.1 A transição de um modelo de gestão empresarial para a educação pública

A princípio, pensamos que o termo transposição atendia o significado que queríamos expressar na interpretação desse subcapítulo, ao afirmarmos que existia um deslocamento de um modelo de gestão empresarial particular inserido no contexto da educação pública. No entanto, ao analisarmos a carga semântica e sinonímia entre os termos transposição e transição, optamos pelo segundo, pois compreendemos que este especifica de modo mais coerente, a passagem de um modelo de gestão característico ao setor econômico produtivo, ao campo educacional sem perder sua eficácia funcional, ou seja, o deslocamento de um conceito das

8 Implementado pela Lei nº 5.540/68. O acordo firma a parceria entre o Ministério da Educação (MEC) no Brasil e a United States Agency for International Development (USAID).

9 Compreende as formulações de Theodore Schultz (1902-1998) que difundiram-se a princípio na economia, nas finanças e no planejamento da educação. Contudo adquiriu força ao ser incorporada no âmbito das atividades humanas, preconizando a vinculação da educação aos princípios da eficiência e da produtividade.

ciências sociais para as ciências humanas que conserva a lógica produtivista dos mecanismos de gerenciamento dos negócios e dos recursos humanos.

Com essa observação, o ensino de empreendedorismo na educação brasileira, configurou-se na sua fase incipiente na década de 1960, com evidência nos anos 1990, recebendo suporte ideológico e administrativo ao longo desse período da pedagogia tecnicista e da teoria do capital humano, que inclusive receberam influências marcantes através das políticas públicas decorrentes dos acordos bilaterais, estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos e a parceria de cooperação técnica com as Nações Unidas.

Por conseguinte, vale destacar que essas estratégias tomaram dimensão também na legislação educacional nas décadas entre 1990 e 2000, com destaque direcionado ao Ensino Médio e aos cursos técnicos profissionalizantes. Os aspectos teóricos metodológicos e didático pedagógico, serão discutidos mais adiante. Nesse momento nos concentramos na forma como o empreendedorismo se materializou enquanto modelo de gestão pedagógica na educação pública. É importante sinalizar que o momento político e econômico que passa o Brasil, precisamente nas últimas décadas, caracterizado por um crescimento do desemprego e instabilidade na economia decorrente de crises financeiras, favorece aos avanços do empreendedorismo como alternativa salvaguarda, em dois aspectos. O primeiro, encaminha-se para a criação de novos negócios no âmbito da prestação de serviços, produtos e tecnologias da informação e comunicação. E o segundo, pelo resgate dos princípios da teoria do capital humano que legitima a profissionalização técnica e aligeirada, por meio da metodologia da educação empreendedora, a qual fornece as ferramentas individuais necessárias para os sujeitos desempenharem as atividades de trabalho na cadeia produtiva.

No entanto, essa discussão de cunho capitalista, não implica acreditar que o Brasil entrará em um superávit em relação à geração de empregos e renda por meio do empreendedorismo, visto que, no modo de produção capitalista, as relações de trabalho transcorrem pelo processo de exploração e concentração de capital, sob a manipulação das grandes corporações e, portanto, as boas ideias e os modelos de negócios exemplares, também são expropriados de seus inventores e logo transformados em corporações que passam a funcionar mediante os parâmetros do capital.

A essa análise, Pinto (2007, p. 41-42) ressalta que a reestruturação produtiva se expandiu nos meios de produção e nas relações de trabalho, através da sistematização técnico científica e informacional, e da flexibilização da função estatal sob orientações neoliberais, em países periféricos capitalista, e nesse caso do Brasil, na década de 1980. Como consequência segmentou a classe trabalhadora em dois grupos, “os trabalhadores mais escolarizados, dos

quais se exige maior participação e polivalência”, [...] e os trabalhadores contratados temporariamente ou por tempo parcial, os subcontratados como “terceiros”, os vinculados à economia informal”.

O segundo grupo, parece que compõem as bases atuais do empreendedorismo, uma vez que a maioria integra diversas categorias de trabalhadores, especialmente os que possuem como meio de subsistência a econômica informal, contudo, são os que estão mais vulneráveis à precarização do trabalho em relação às normas legais e à proteção sindical, pois caracterizam-se como autônomos.

A partir desse desdobramento, é importante destacar que o empreendedorismo tanto no contexto das relações empresariais, como também na educação, não promove a geração de empregos e o desenvolvimento da economia, aliás, baseia-se na formação de sujeitos para serem tanto líderes empresariais, como também funcionários exemplares, empenhados, e proativos, os quais serão ingressados no mercado de trabalho, mesmo em condições informais para provocar a competitividade, seja em uma relação de compra e venda de produtos, seja em uma relação de compra e venda da mão de obra.

Para Kuenzer (2005, p. 79) ao analisar a função do Estado na promoção da educação e suas relações com o trabalho, define que “o novo tipo de produção racionalizada demanda um novo tipo de homem, capaz de ajustar-se aos novos métodos da produção”, fato em que a educação articula novas competências, novos modos de viver, pensar e sentir e que serão adequados aos métodos de trabalho. No seu entendimento, as relações sociais e a escola educam o trabalhador para a divisão social, sendo a escola, o espaço de acesso ao conhecimento teórico distanciado da prática social, e correspondente por sua vez, a cultura da classe dominante que expressa e reproduz através dos conteúdos e dos métodos de ensino, as formas de organização e gestão que contribuem para a aquisição de competências exigidas pelo processo de valorização do capital.

Essa análise retrata as bases teóricas e científicas do taylorismo e do fordismo, que tinham como finalidade atender a demanda da educação dos trabalhadores e seus dirigentes, tendo em vista que a divisão social e técnica do trabalho, configurava-se a partir da segmentação entre as ações intelectuais e instrumentais, as quais demarcava a posição social de classes. No entanto, com as mudanças entre os meios de produção e as forças de trabalho, afastando-se do paradigma de organização dos trabalhadores concentrados em unidade de fábricas, para um regime de acumulação flexível e trabalho informal, surgem as bases do processo de reestruturação produtiva.

A partir dessa análise, percebemos que o empreendedorismo tem ligações significativas na transição do sistema de organização do trabalho e da racionalidade técnica industrial desenvolvida no modelo de produção do taylorismo e do fordismo para o regime de acumulação do capital flexível. O fato é que nesse percurso, algumas mudanças foram suscitadas na relação entre a formação de sujeitos e o mercado de trabalho que acompanhou a lógica de funcionamento capitalista, entre elas, a empregabilidade, como mecanismo para amenizar a desigualdade estrutural no mercado e reforçar a política neoliberal que previa a “redução do desemprego, a dinamização dos mercados de trabalho, a redução dos encargos patronais pelas flexibilização trabalhista e a formação profissional permanente” (GENTILI, 2005, p. 52).

Essas mudanças, segundo Kuenzer (2005, p. 92) constituem o cerne da reestruturação produtiva e caracterizam-se em dois conceitos, o primeiro, do ponto de vista do mercado como processo de “exclusão includente”. Nesta, são criadas as estratégias para excluir o trabalhador do mercado formal, onde eram resguardados de certa forma os seus direitos e a proteção sindical, para outra dimensão em que são criadas alternativas de inclusão ao trabalho, porém sob condições precárias, ou seja, os trabalhadores são desempregados e reintegrados com salários mais baixos, vínculo empregatício direto com empresas terceirizadas, e em alguns casos, os trabalhadores começam a prestar serviços informais. Em relação ao segundo conceito, a “inclusão excludente” observa-se que ele está ligado diretamente à educação, na qual são criadas as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar, contudo não correspondem aos padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas e intelectual, capazes de superar as contradições do capitalismo.

Observa-se, portanto, que a partir da reestruturação produtiva no setor econômico e seus desdobramentos na educação, após os anos 2000, o empreendedorismo foi lançado na educação, como tendência pedagógica, e delineou-se não apenas no Ensino Médio e Técnico, mas também se expandiu aos anos iniciais do Ensino Fundamental que, vêm recebendo orientações pedagógicas com práticas vinculadas à administração de negócios, à economia e ao planejamento de *marketing* e gestão de empresas, cujo propósito é apreender os caminhos para abertura de novos empreendimentos, ou seja, apreender a criar e a manter o funcionamento de uma empresa independente de porte estrutural.

Nesses aspectos, a educação pública ao aceitar tal proposta, assumiu também a função de qualificar os sujeitos em formação para gerir o próprio negócio, criar as estratégias de negociação entre os fornecedores e a logística e direcionar a escolarização para as aptidões vocacionadas a determinadas funções, mediante um conjunto de hábitos e comportamentos que são adquiridos ao longo do processo de ensino-aprendizagem. E o objetivo desse processo

educativo seria educar o empreendedor, a partir de um conjunto de habilidades como: autonomia, cooperação, trabalho em equipe, motivação e visão de futuro, os quais dependerão do seu talento e propensão pessoal para se obter êxito. E, portanto, estes princípios constituem a lógica das relações entre educação, trabalho e capital, e integram a sociedade produtivista, preparada intelectual e moralmente para reproduzir o modo de produção capitalista.

Esse é o caminho que a educação pública no Brasil tem acatado, sob os ditames da produção burguesa, dependente de acordos internacionais e das parcerias com empresas privadas, com predisposição para a formação de sujeitos alicerçados na inovação e na aquisição de conhecimentos e habilidades para o mercado de trabalho. E nesta perspectiva, o ensino de empreendedorismo sustenta-se em uma dimensão pautada pela ideologia neoliberal que legitima a culpabilização do indivíduo ora pelo sucesso, ora pelo fracasso na vida e nas relações de trabalho, e na outra dimensão, pelas relações entre educação, trabalho e capital, nos quais ocorrem os estímulos à empregabilidade dos trabalhadores, através do aprendizado de competências profissionais vinculadas às tecnologias da informação e comunicação, à percepção empresarial e organizacional no cenário econômico e à inserção no âmbito das relações de produção.

Em relação aos aspectos didáticos e metodológicos do ensino de empreendedorismo, podemos destacar que estes ganharam dimensão na educação pública brasileira por intermédio do Sebrae, o qual tanto na Paraíba, como em nível nacional, mantém um programa denominado, Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), que funciona em forma de parceria com as secretarias municipais de educação pública, e no ensino superior por meio de editais, como esquematizado no quadro 2.

O quadro 2, traz um panorama estruturando a educação empreendedora na educação básica. Consideramos relevante essa abordagem macro, apesar de nosso objetivo concentrar-se nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o que também não implica dizer que analisaremos um fragmento isolado em determinado município, no caso, Alcantil na Paraíba. Partimos de uma dimensão maior para a menor e vice-versa, sem desprezar o caráter de um todo inter-relacionado, tendo em vista que, se trata de uma proposta para a educação empreendedora em um cenário amplo, ou seja, com abrangência no contexto nacional e direcionado para a educação básica e superior, pública e particular em seus diversos níveis de ensino.

Quadro 2 - Plano nacional de educação empreendedora

Projetos	Modalidade Educacional	Ano escolar	Temática	Tempo em horas/aula	
				Atividades discentes	Formação docente
Jovens Empreendedores Primeiros Passos - JEPP	Ensino Fundamental	1º	O Mundo das ervas aromáticas	20-30	40
		2º	Temperos naturais	20-30	40
		3º	Oficina de brinquedos ecológicos	20-30	40
		4º	Locadora de produtos	20-30	40
		5º	Sabores e cores	20-30	40
		6º	Eco papelaria	20-30	40
		7º	Artesanato sustentável	20-30	40
		8º	Empreendedorismo social	20-30	40
		9º	Novas ideias, grandes negócios	20-30	40
Formação de Jovens Empreendedores - FJE	Ensino Médio	1º, 2º e 3º	Disciplina empreendedorismo	60	40
Despertar	Ensino Médio	1º, 2º e 3º	Disciplina empreendedorismo	80	40
Crescendo e Empreendendo	Ensino Médio	1º, 2º e 3º	Disciplina empreendedorismo	12	16
Pronatec empreendedor	Educação profissional	Cursos técnicos e profissionalizantes	Disciplina empreendedorismo	24-52	32 EAD*
Disciplina de Empreendedorismo	Ensino Superior	Graduações	Disciplina empreendedorismo	60	24
Empreendedorismo em dois Tempos	Ensino Superior	Graduações	Palestras	2	2
Desafio Universitário Empreendedor	Ensino Superior	Graduações	Competição Nacional	Relativa	Relativa
Empreendedorismo Social e negócios de impacto social	Ensino Superior	Graduações	Extensão universitária	160	24

Fonte: Adaptado do site: www.pnee.sebrae.com.br.

Legenda: *EAD (Ensino à Distância).

Dessa forma, é possível identificar que o ensino de empreendedorismo nessa fase inicial da educação pública, é composto por um conjunto de conteúdos de ensino específicos que são desenvolvidos nas atividades pedagógicas presenciais, em cada ano escolar, e que compreendem entre 20-30 horas/aulas de atividades com os alunos e as alunas no processo de ensino-aprendizagem.

Para o Ensino Médio, a nomenclatura (atividades) deixa de existir e se materializa em conteúdos pedagógicos, ou de modo específico, matéria de ensino. Também são presenciais e denominadas de (empreendedorismo). O projeto divide-se em três versões com temáticas diferenciadas que compreendem entre 12-80 horas de aulas para cada ano escolar.

Para a Educação Profissional e os Cursos Técnicos Profissionalizantes, o ensino de empreendedorismo se desdobra também em matérias de ensino, no entanto passam para modalidade à distância e compreendem entre 24-52 horas aulas de atividades desenvolvidas com os alunos (as).

Para a Educação Superior, o empreendedorismo se desdobra em disciplinas de ensino com carga horária de 60 horas aulas. Há atividades complementares como palestras de 2 horas de duração, competições nacionais por meios de Jogos *on line* simulando os mecanismos funcionais de uma empresa, bate papos acerca de negócios e atividades individualizadas, ou em equipes, que ao final concorrem à premiação tanto os professores, como também os alunos. E ainda a extensão universitária que gira em torno de 160 horas aulas.

Em relação à formação docente, as atividades formativas se dividem em presenciais e semipresenciais, sendo 40 horas para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Na Educação Profissional essa carga horária recebe uma leve redução para 32 horas, inclusive na modalidade à distância, e na Educação Superior cai para 24 horas. Diante essa sistematização, há uma ênfase no ensino de empreendedorismo, no que tange à carga horária de atividades, tanto dos alunos (as), como também para a formação dos (as) docentes no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Com efeito, o PNEE constitui um conjunto de projetos e subprojetos para cada nível e modalidade de educação, com repercussões inestimáveis. Sua abrangência apenas nos anos de 2014 a 2016, segundo informações no *site* do Sebrae (2017) contemplou atividades com 2.408.302 estudantes, 51.919 professores, e firmou parcerias com cerca de três mil instituições de ensino distribuídas no contexto brasileiro.

Ao longo desse percurso, é importante ressaltar que o termo empreendedorismo em educação, vem assumindo conotações sinonímicas, como educação empreendedora e educação corporativa, essas definições, porém, carregam características e finalidades em comum que

foram defendidas pelos seus precursores, cujas raízes emanam da economia e da sociologia clássica e assentam-se sobre dois eixos fundamentais, de um lado, a escolarização e a empregabilidade de sujeitos para o mercado de trabalho e, do outro lado, a formação de indivíduos para a gestão empresarial.

Esse esboço é apenas uma dimensão da narrativa que retrata os pressupostos ideológicos e didáticos acerca do empreendedorismo, os quais se manifestam na aparência com grau de interpretação relativa, o que exige um esforço histórico e filosófico mais rigoroso para compreendermos sua imersão na prática social e desdobramento no processo de ensino e formação de sujeitos.

Segundo Wolf (2014, p. 51), o empreendedorismo possui dois esteios elementares ao capitalismo. O primeiro, definido como a “pedagogia empresarial”, aplica as doutrinas e princípios de funcionamento do modo de produção capitalista para a educação, fundamenta-se na ideologia do neoliberalismo e concebe a escola como uma instituição que deve buscar resultados por meio do processo de ensino, tendo em vista as necessidades de uma mão de obra compatível com o mercado;

Dada à preocupação com a formação de uma mão de obra afinada aos moldes da acumulação capitalista é que esta ‘pedagogia’ vai encontrar acolhimento no interior de empresas, indústrias e demais organizações e no contexto contemporâneo, procura acompanhar incessantemente a constante evolução do mundo do trabalho, caracterizado pelo trabalho assalariado.

O segundo esteio, definido como a “pedagogia empreendedora”, fundamenta-se na formação de indivíduos responsáveis pelo seu destino no mundo e no âmbito do trabalho, pois possui um amplo alcance ideológico no contexto da escolarização, estimula a formação de sujeitos para serem empresários de si mediante a aprendizagem, exalta o espírito empreendedor (criatividade, domínio de técnicas, autoconfiança e disposição para o trabalho) e, por último, fomenta a aprendizagem multifuncional.

Essa análise elaborada por Wolf, retrata uma interpretação semelhante aos conceitos atribuídos aos quatros pilares para a educação no século XXI, os quais serviram de base para o relatório publicado pela Unesco em 2006. Neste documento, é destacado que a educação empreendedora, constitui uma prática de ensino inovadora e busca desenvolver a formação de atitudes comportamentais e habilidades pautadas no ‘aprender a fazer’. Em seguida, o relatório faz uma crítica ao sistema de ensino tradicional que, segundo os autores, não responde mais as mudanças implicadas pelo mundo moderno e suas tecnologias da informação e comunicação,

assim como as novas formas de trabalho que exigem um indivíduo autônomo e dotado de múltiplas competências.

Wolf pressupõe que a pedagogia empresarial e a pedagogia empreendedora, reforça o paradigma de organização social capitalista nos aspectos da flexibilidade, adaptação ao ambiente e responsabilização individual. Isto porque perante os requisitos atribuídos aos indivíduos na relação entre a formação escolar e o mercado de trabalho, impõem-se padrões de comportamentos técnicos e laborais que constituem a tendência de um mercado globalizado, em que o trabalhador deve subsistir por si mesmo, ou seja, realizar um trabalho autônomo, fundado em contratos temporários e relações provisórias que não acarrete vínculos empregatícios, contudo gere riqueza para o capital.

Essa naturalização do social defendida nos pressupostos teóricos e metodológicos do empreendedorismo, segundo Kuenzer (2002, p. 59) representa a “sedução pelo ideário do capitalismo, [...] o qual naturaliza as relações sociais e de trabalho, disciplina e persuade os sujeitos, e no interior destas correlações produtivas dissimula as diversas formas de exploração”. Isso porque aparentemente, apresenta princípios que exigem uma especialização técnica em determinadas áreas frente à fragmentação e a mecanização da função, presumindo inclusive a liberdade, a autonomia e a criatividade de sujeitos no processo de aprendizagem, contudo nega a própria estrutura funcional que permanece padronizada, ou seja, reproduz os meios sem transformar a realidade.

Desse modo, a educação empreendedora na escola vem sendo interpretada como uma nova prática pedagógica e, por conseguinte, novas formas de aprendizagem. A esse respeito cabe um esclarecimento, tendo em vista que, ao passo que a educação empreendedora é defendida como uma pedagogia inovadora, ela reproduz a desigualdade social, estimula o surgimento de empresários mais competitivos e estabelece parâmetros de profissionalização técnica mediante a aquisição de habilidades e de competências no processo de aprendizagem escolar.

Observa-se ainda que o empreendedorismo na educação, é uma temática pouco discutida e investigada de um ponto de vista epistemológico, e por essa razão precisa ser questionado para compreendermos como está sendo sistematizado suas bases de conteúdos pela educação empreendedora, a qual diante de nossas análises, tem exercido a função de uma prática em ação e a serviço da classe dominante, visto que sua relação não se vincula apenas nos aspectos políticos, econômicos, mas perpassam as estruturas sociais e se fortalecem na educação, legitimando através da ideologia o processo de formação de futuros empresários, atendendo assim as expectativas do mercado produtivo.

Frigotto (1999, p. 9) ao analisar o surgimento de novas categorias de conhecimento, denominando-as de “qualidade total, formação flexível, formação de competências e empregabilidade”, conclui que esse processo efetiva a metamorfose do conceito de capital humano, em relação aos aspectos da formação de sujeitos, cujas bases científicas se apoiam na apropriação de habilidades cognitivas (educação abstrata e polivalente) e traços psicossociais como as atitudes e os valores.

O processo educativo mediado pela educação empreendedora, como uma categoria de conhecimento, produz e reproduz as relações sociais, com destaque tanto para as múltiplas habilidades, como também para a qualificação humana e a empregabilidade de sujeitos, em uma sistematização didática que atrofia os conhecimentos e os saberes produzido no contexto educacional, bem como menospreza a importância do educador na construção de conhecimento e no planejamento do processo de ensino-aprendizagem.

Melo (2010, p. 189) compreende que o processo de escolarização de sujeitos configurado nesses parâmetros, incentiva a criação de novos empreendimentos e a criação de habilidades que instigam a competitividade da economia tanto local, como também no âmbito das ramificações nacionais e internacionais, e neste aspecto “desloca para o indivíduo a responsabilidade pela construção de seu projeto de vida, dependendo das iniciativas e condições individuais para fazer acontecer o sucesso e a realização profissional”.

Por isso, é possível afirmar que a educação pública, ao ceder o espaço pedagógico para o empreendedorismo, está legitimando a qualificação dos educandos, com vistas a impulsionar o desenvolvimento econômico, e o trabalho do professor, não se trata apenas de pensar o processo educacional, mas tornar-se especialista em desenvolver projetos operacionais, programados a um conjunto de saberes e problemas que constituem, os fundamentos da racionalidade técnica e da reestruturação produtiva, cuja finalidade deve assegurar o máximo de eficiência no processo de ensino-aprendizagem.

3.2 As bases de uma nova tendência pedagógica para a educação brasileira

Por que o ensino de empreendedorismo se consolida como uma tendência pedagógica na educação? A razão para este fato está justamente na sua indefinição e mutabilidade, que assim como no capitalismo, assume tais pressupostos, e por isso se ajusta com facilidade às novas transformações das relações entre educação, trabalho e capital, bem como acompanha os avanços das tecnologias da informação e comunicação e da ciência em suas diversas categorias. Assim, a indefinição se mantém primeiro porque, não assume ou se restringe a uma determinada

funcionalidade, e sim engloba o universo humano, e segundo, a sua flexibilidade acompanha as evoluções do capital industrial, financeiro e bancário, e com estes as relações engendradas na prática social.

Além desses questionamentos, outro fator que nos ajuda a compreender a expansão do ensino de empreendedorismo no Brasil, é que em 2000, foi iniciado cenário educacional, os primeiros incentivos à gestão de negócios, bem como a oportunidade de novos postos de trabalhos, formais e informais e estímulo a empregabilidade mediante aprendizado e desenvolvimento de novas habilidades e competências profissionais, vinculadas tanto a educação básica em seus níveis e modalidades de ensino, como também às tecnologias da informação e comunicação, especialmente com o lançamento do livro neste mesmo ano, (Sociedade da informação no Brasil) mais conhecido como (livro verde), publicado em parceria pelos Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério da Educação (MEC) sob coordenação de Tadao Takahashi.

Nessa obra, o ensino de empreendedorismo é concebido como a “pedra de toque” para a inovação e o desenvolvimento do capital intelectual, visto que as pessoas vivem a sociedade da informação, em que o cenário econômico converte o conhecimento em vantagens competitivas e diferenciadas, e por essa razão, destaca que os setores público e privado precisam difundir o empreendedorismo nos currículos, em forma de conteúdos pedagógicos, desde a educação técnica ao Ensino Médio e Ensino Fundamental;

Adotar medidas visando à difusão da cultura do empreendedorismo no País, incluindo disciplinas em currículos dos cursos técnicos e de Ensino Médio e Fundamental que permitam aos alunos aprender fundamentos sobre a criação e gestão de negócios” (TAKAHASHI, 2000, p. 28).

Cabe mencionar também, a influência que os organismos multilaterais vinculados as Nações Unidas, especialmente a OCDE e a Unesco no Brasil, exercem nas políticas públicas para a educação brasileira. Vale destacar que os princípios que nortearam a educação empreendedora encontram-se expressos no livro, Educação: um tesouro a descobrir, encomendado por esta segunda instituição sob a coordenação de Jacques Delors. No quarto capítulo é destacado, os quatro pilares para a educação do futuro: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Com ressalvas notáveis ao pilar, aprender a fazer, como uma prática inovadora que deve ser trabalhada no processo de ensino-aprendizagem.

Nas recomendações do livro destacadas por Delors, ele define que os pilares armazenam as informações que são a base de competências para o futuro, e nesse contexto a educação deve transmitir os saberes e saber fazer adaptados à civilização cognitiva, bem como estabelecer novas relações entre política educativa e política de desenvolvimento, estimular iniciativas para o trabalho e o espírito empreendedor;

Aprender a conhecer e aprender a fazer são, em larga medida, indissociáveis. Mas a segunda aprendizagem está mais estreitamente ligada à questão da formação profissional: como ensinar o aluno a pôr em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro quando não se pode prever qual será a sua evolução (DELORS, 2006, p. 93).

Observa-se, então, que esses pilares para a educação, editados sob a forma de livro, ficaram conhecidos como (o Relatório Delors). Após sua primeira divulgação 1999, vem sendo objeto de debates, análises e interpretações. E apesar de inseparáveis, os conceitos pressupõem características específicas no que diz respeito a formação profissional e aos conhecimentos e saberes para o trabalho do futuro.

É importante mencionarmos que após a publicação desse documento, diversas conferências para a educação foram norteadas a partir de seus pressupostos. Desde então a OCDE e a Unesco, vêm incentivando a inserção do empreendedorismo na educação como disciplina curricular tanto em países europeus, como também na América Latina e no Caribe, por meio do Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (PRELAC)¹⁰, cujo nome deu origem a uma revista com a mesma nomenclatura.

Silva e Cária (2015, p. 4) em um artigo publicado na revista Prelac, argumentam que a Unesco tem apresentado “proposições de políticas educativas que contemplam a educação para o empreendedorismo como estratégia para enfrentar a questão da empregabilidade”. Pois os princípios que têm norteado essa temática são resultantes das conferências anuais promovidas pelo Fórum Econômico Mundial (FEM)¹¹, que ocorre anualmente em Davos, Suíça, mais conhecida como Conferência de Davos, discute recorrentemente o tema empreendedorismo como uma ferramenta importante no cenário econômico, e foi através desses debates com líderes do FEM que a Unesco em 2002, apresentou um novo pilar para a educação, o aprender a empreender, o qual viria a se somar aos demais pilares propostos por Jacques Delors.

10 O PRELAC decorre de acordos entre os Ministérios da Educação dos países da América Latina e do Caribe sobre a situação da educação e suas projeções em cada região. Tem como função criar estratégias e acompanhar o cumprimento das metas do programa "Educação para Todos".

11 O FEM é uma organização não governamental que reúne os principais líderes empresariais, políticos, intelectuais e jornalistas selecionados para discutir as questões econômicas e financeiras em âmbito mundial.

A esse respeito, a Revista PRELAC, edição de agosto de 2004, faz referência ao quinto pilar, o aprender a empreender, como um mecanismo adicional ao pilar, aprender a fazer, os quais, uma vez unificados, possibilita enfrentar os problemas sociais e econômicos da atualidade e facilitar o delineamento das metas definidas pelo Programa articulado pela Unesco denominado de Educação para Todos (UNESCO, 2004, p. 9).

Essa mesma revista, na edição de fevereiro de 2006, retoma quinto pilar atribuindo-lhe um caráter de “formação de atitude proativa e inovadora”, definindo-o como uma extensão dos pilares anteriores que juntos, carregam os conceitos de aprendizagem para o século XXI, os quais devem capacitar as pessoas a construírem seu projeto de vida, orientar a ação das instituições educativas e servirem de guia para os conteúdos da educação (UNESCO, 2006, p. 143).

Observa-se que, esses pressupostos acerca do empreendedorismo vêm se firmando em um debate multinacional como um modelo de desenvolvimento empresarial, e a educação empreendedora, uma modalidade de ensino que sucede as tendências liberais anteriores, como a concepção de ensino Tradicional, a Renovada, a Renovada não-diretiva e a Tecnicista, com destaque acentuado para esta última concepção que resgata os princípios neoliberais, produtivistas e competitivos. Isso implica reconhecer que o empreendedorismo se delineia a partir das novas configurações da sociedade moderna, coroada inclusive com os avanços tecnológicos e digitais no âmbito das relações de trabalho, educação, produção, comunicação, informação etc.

Essa discussão indica que a educação empreendedora enquanto metodologia para formação de indivíduos, está baseada nos conceitos dos pilares para a educação do século XXI. Os quais seguem seus idealizadores, constituem o ponto chave para desenvolver as habilidades de liderança e os novos saberes e competências exigidos pelo modo de produção capitalista, uma vez que se articulam não só a dimensão da empregabilidade, mas também ao contexto da gestão de negócios (empresariamento) na compra e venda de produtos e serviços.

Dessa forma, o contexto educacional brasileiro tem se configurado seguindo essa tendência, cujos indícios destacam a implementação de recursos e ferramentas digitais subsidiando o material didático, a prática docente e os meios pedagógicos utilizados no processo de ensino, e neste aspecto, novos conceitos vão se desenrolando, como é o caso do empreendedorismo estudantil que não se restringe à educação básica, e sinaliza proporções no Ensino Superior direcionando as atividades pedagógicas para a criação de projetos, planos de negócios e alternativas para alavancar uma fonte de renda.

O que indica também que, a educação empreendedora está se expandindo no ensino público em ritmo acelerado para atender o imediatismo do capitalismo e dos organismos multilaterais, e, portanto, essa justificativa requer um esforço para compreendermos que se trata de um desafio abrangente, primeiro, porque se tornou uma ação globalizada em vários países, especificamente na América do Norte, tendo os Estados Unidos a frente, na Europa com Portugal, Finlândia e Islândia. E segundo, a educação empreendedora é uma modalidade de educação já presente na educação básica e no ensino superior no Brasil, tanto na esfera particular como pública.

A esse respeito, basta observarmos a ascensão do movimento dessa temática na educação brasileira nos últimos anos, a exemplo mais específico o caso de São Paulo, estado que aprovou em agosto de 2017, por meio da Lei estadual nº. 15.693/2015, o Plano Estadual de Educação Empreendedora (PEEE), inclusive com metas e objetivos a serem trabalhados no Ensino Médio e nas escolas técnicas, e posteriormente estendido ao Ensino Fundamental. Esse documento, cuja elaboração transcorre desde 2015, prevê a formação de professores (as) e alunos (as) em educação empreendedora através da secretaria de educação. O objetivo da proposta é nortear o ensino de mais de 3,7 milhões de estudantes das 5 mil unidades escolares vinculadas a rede estadual, bem como subsidiar a definição de um parâmetro direcionado à formação de professores, as metodologias de ensino, aos materiais didáticos e as parcerias.

O Plano consiste ainda em um conjunto de diretrizes, definições, conceitos, objetivos, metas e habilidades que devem ser desenvolvidas com os alunos e as alunas em sala de aula. Tem como objetivo disseminar a cultura empreendedora, despertar e fortalecer o espírito empreendedor na prática dos estudantes, pois os conhecimentos, as habilidades e as atitudes empreendedoras, são “capazes de transformar ideias em soluções inovadoras, que poderão gerar benefícios e prosperidade para si e para sociedade” de modo a decidir sobre o futuro profissional e da localidade em que está inserido” (ESTADO DE SÃO PAULO, 2017).

Portanto, observa-se ao longo desse diálogo que a educação empreendedora se ancora nos fundamentos do empreendedorismo, e têm suas bases sob a direção do neoliberalismo como principal artífice para o desenvolvimento econômico e o empoderamento dos sujeitos, ou seja, chamar a responsabilidade de seu futuro para si, fazendo com que assumam a ideia do “eu posso”, “eu consigo”, “eu sou capaz”, de gerar riqueza, ganhar dinheiro nesta ideia, eu vou ser empresário de mim mesmo. No entanto esses aspectos estão voltados para a monetarização da prévia-ideação, de um projeto pensado e executado em função da rentabilidade, reprodução e acumulação de capital.

3.3 Os marcos políticos legais do empreendedorismo na educação

O empreendedorismo, no âmbito econômico, político e educacional apresenta uma carga semântica obscura, porém com ferramentas eficientes que se desdobram em função da produtividade e da relação de valor econômico entre a formação dos indivíduos e sua inserção no mercado de trabalho. Apesar de que, essa relação baseia-se estritamente na ótica das histórias de sucesso, isto é, nas referências relatadas por empresários que conseguiram alavancar os seus rendimentos por meio do empreendedorismo. Essa percepção tem demonstrado evidências nas últimas décadas, especialmente nas políticas públicas educacionais ditadas pelas regras do modo de produção burguesa, inclusive com foco na inovação da educação, na aquisição de conhecimentos, no desenvolvimento de atitudes e habilidades para o mercado de trabalho.

Por isso, podemos sinalizar que essa relação na educação brasileira se configura como um projeto moderno, no entanto ancorado nas políticas de desenvolvimento articuladas pelas instituições multilaterais, nos fundamentos da teoria do capital humano e nas concepções da educação tecnicista e reprodutivista com relevâncias entre as décadas de 1960 a 2000.

No contexto político da educação, os princípios didáticos e metodológicos do empreendedorismo foram difundidos no Brasil pelo Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), instituído em 1972, e vinculado ao Governo Federal. Em 1990, essa nomenclatura passa a ser denominado de Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), desvinculando-se da administração pública e tornando-se então, um serviço social autônomo e sem fins lucrativos, tal como o conhecemos hoje. Já na esfera acadêmica, o empreendedorismo surge como disciplina pedagógica em 1981, e era ministrado no curso de Especialização em Administração na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, e direcionava-se para a criação de novos negócios. Em 1984, nesta mesma instituição, expande-se para a graduação em Administração, cuja disciplina conduzia a “formação de empreendedores para os novos negócios”, como analisa Wolf (2014, p. 81-82).

Desse período adiante, a expansão dessa temática vem instigando a mercantilização da educação, a qualificação dos educandos pelas competências profissionais, a prática docente amparada nos princípios da racionalidade técnica instrumental e a contribuição da instituição escolar na reprodução de uma realidade produtiva. Por essa razão, é mister que esses aspectos sejam investigados e aprofundados não apenas no processo da prática educacional, mas também nos documentos oficiais que norteiam a educação básica, visto que representam a força das ideias dominantes expressa nas políticas educacionais.

Antes de iniciarmos este percurso nos documentos oficiais, ressaltamos que os projetos de lei aprovados e em tramitação nas instâncias jurídica, Federal, Estadual e Municipal acerca do empreendedorismo, condicionam uma consistente vinculação com as disposições da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, mais conhecida no âmbito empresarial como a Lei Geral. Na sua essência, configura não apenas os mecanismos de funcionamento e sistematização empresarial no Brasil, mas também baliza os índices tributários para arrecadação de impostos, abertura e fechamento de empreendimentos, estímulo às exportações, incentivo a cooperação e acesso à linha de créditos. De fato, a Lei geral constitui uma base de referência nacional para os estados e os municípios criarem seus mecanismos legais que disciplinam as relações tributárias, fiscais, financeira e trabalhistas no contexto das micros e pequenas empresas, e desta forma sua política de desenvolvimento econômico e produtivo ocorrem de acordo com a realidade local, porém obedecendo aos parâmetros nacionais.

As relações estabelecidas mediante a lei Geral, se desdobram nos estados e nos municípios através de ações políticas direcionadas ao setor produtivo, e neste aspecto, é aqui que reside a forte inter-relação entre o empreendedorismo e a educação, visto que, cada região estabelece parcerias com as instituições públicas e privadas com objetivo de impulsionar o desenvolvimento local, como é o caso do Sebrae Paraíba e o Município de Alcantil, que firmaram parceria com a secretaria de educação com o objetivo de promover uma política de crescimento socioeconômico.

A esse respeito, cabe destacar que o Sebrae é a principal instituição no Brasil que tanto difunde o conceito de empreendedorismo, como também articula as orientações legais, e neste caso especificamente, a Lei Geral entre o setor produtivo e à educação. E por isso, defende a valorização do empreendedorismo para despertar as vocações empresariais dos indivíduos mediante a criação de programas juntos às prefeituras, bem como a capacitação de professores em educação empreendedora e criação de metodologia para serem trabalhadas nos conteúdos de ensino.

Essa instituição vinculada ao empresariado brasileiro, assume no contexto nacional a função de interpretar as estratégias legais e implementar os mecanismos técnicos e racionais do funcionamento empresarial junto a gestão dos municípios. Entre os seus mecanismos de articulação política, podemos mencionar o manual orientativo, denominado de Guia do Prefeito Empreendedor, cuja primeira edição foi elaborada em 2007, quando entrou em vigor a Lei Geral, e posteriormente publicado outras versões em 2010, 2013 e 2018. Esse documento é um incentivo para a propagação da educação empreendedora no setor público e particular, pois

menção que os municípios devem “promover parcerias entre as instituições públicas e privadas para o desenvolvimento da cultura empreendedora e desperta as vocações empresariais” (SEBRAE, 2013, p. 60-61).

A constituição desse documento, é também, um desenrolar do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor (PSPE), o qual premia os gestores que implantaram projetos com resultados direcionados ao desenvolvimento de pequenos negócios e à modernização da gestão pública. O projeto tem como objetivo homenagear os prefeitos que desenvolveram temáticas nas seguintes categorias; políticas públicas para o desenvolvimento dos pequenos negócios, cooperação intermunicipal para o desenvolvimento econômico, pequenos negócios no campo, empreendedorismo nas escolas, inovação e sustentabilidade, desburocratização da rede simples e apoio ao Microempreendedor Individual (MEI).

Dessa forma, o ensino de empreendedorismo na educação pública foi impulsionado pelas orientações desse documento. Suas dimensões se manifestam primeiro, na organização curricular do Ensino Fundamental, que assume inclusive um caráter interdisciplinar e se confunde com os conteúdos de ensino da educação regular, e segundo, se desdobra com mais evidências didáticas na fase final da educação básica, especialmente na educação profissional técnica de nível médio e nos cursos técnicos profissionalizantes.

Em relação aos marcos legais, observamos a priori que, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 9.394/96, ao tratar do Ensino Médio, expressa uma preocupação na formação de sujeitos amparada em conhecimentos voltados para a cidadania, a ética, o pensamento crítico e o desenvolvimento da autonomia intelectual, bem como uma formação para o trabalho, apesar de ser um documento referência para a educação em seus níveis e modalidades de ensino, inclusive elaborado a partir de um debate estendido ao longo de uma década precedente a sua aprovação, com participação dos movimentos sociais e representantes de vários seguimentos acadêmicos do Brasil.

Isso não implica dizer que as definições do empreendedorismo foram norteadas pela LDB, mas as relações estabelecidas nos eixos temáticos, educação, trabalho, ciência e tecnologias que perpassam o Ensino Médio e se condensam na educação profissional, sinalizam um interesse imediatista e pragmático que de certa forma, limita-se à empregabilidade dos sujeitos. No artigo 27, ao tratar dos conteúdos curriculares para a educação básica define que estes devem obedecer, o inciso III, “orientação para o trabalho”, e no artigo 39, refere-se à educação profissional destacando que, “a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996).

Cabe ainda ressaltar que, esses elementos por si só, não estão relacionados diretamente ao empreendedorismo, mas a partir da estruturação curricular definidas por tais instrumentos, em que se dão a formação de sujeitos e sua inserção no mercado produtivo. Deu margem para que uma política de fomento aos alunos e as alunas egressos do Ensino Médio e da Educação Técnica Profissional, atendam as expectativas do sistema de produção, mediante suas habilidades e competências adquiridas no processo de escolarização.

Já o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, não expressa diretamente elementos que constituem o empreendedorismo, contudo abre um precedente relevante na Meta 6. “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (BRASIL, 2014).

E nesse aspecto, cabe uma observação, pois não estamos generalizando que as escolas públicas, especialmente que atendem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio integrado, estão se adaptando a estas exigências, desenvolvendo atividades pedagógicas em horários opostos ao expediente dos educandos, e lhes oferecendo inclusive conteúdos de ensino voltados para inserção no mercado de trabalho e para o empreendedorismo. Estamos sim, sinalizando um precedente para o ensino de empreendedorismo que vai depender da proposta pedagógica da escola e do município onde está situada, como é o caso das Escolas Cidadã Integral Técnica (ECIT), no estado da Paraíba, com destaque ao município de João Pessoa.

Em relação ao Ensino Médio de tempo integral e as escolas integral técnicas, é importante destacarmos que, apesar de ocuparem o mesmo contexto na educação básica pública, se distinguem nos aspectos da formação humana, uma vez que, o primeiro compreende a formação sociocultural dos sujeitos em suas múltiplas dimensões, cognitivas, social, ética, física, estética, afetiva etc. Já as escolas integral técnicas, possuem suas particularidades porque ampliaram a estrutura curricular incorporando novos conteúdos no processo de ensino e articulando-os a uma formação profissional que se direciona às atividades produtivas, e neste caso específico, o ensino de empreendedorismo tem ganhado espaços no currículo escolar com a implementação de conteúdos voltados para a gestão de negócios e formação para o trabalho.

As Diretrizes para a Educação Básica, ao se referir à organização curricular no Ensino Médio assinala alguns princípios e finalidades, no artigo 26, inciso II, a preparação básica para o trabalho “tomado este como princípio educativo, e para a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de enfrentar novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 2010, p. 39).

No que tange a educação profissional técnica de nível médio, esse documento enfatiza que o processo de reorganização do trabalho demanda a revisão do currículo da educação básica como um todo, e exige do trabalhador o espírito empreendedor.

As mudanças sociais e a revolução científica e tecnológica, bem como o processo de reorganização do trabalho demandam uma completa revisão dos currículos, tanto da educação básica como um todo, quanto, particularmente, da educação profissional, uma vez que é exigido dos trabalhadores, em doses cada vez mais crescentes, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, (ibid. 2010, p. 209).

Apesar desse documento referir-se à formação para o trabalho como princípio educativo, isso nos remete a esclarecer que esse conceito não tem necessariamente seus fundamentos baseado no pensamento de Gramsci, particularmente nos Cadernos do Cárceres, volume II, em ele trata dos intelectuais e o princípio educativo (2001, p. 43). O significado definido por Gramsci, concebe o trabalho como uma “atividade teórico prática do homem que cria os primeiros elementos de intuição do mundo”, os quais o liberta de toda magia ou bruxaria e “fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica e dialética do mundo”. Para esse filósofo marxista, a formação escolar de sujeitos constitui-se na relação entre o trabalho, a sociedade, o Estado, a ciência, a técnica e a concepção do mundo.

Os documentos acima não mencionaram diretamente os elementos que constituem o empreendedorismo, no entanto, nas entrelinhas, é possível identificar essa relação nos pressupostos que vinculam o processo de formação, à escolarização e à educação profissional de sujeitos para o mercado de trabalho. Ademais a proposta de ensino integrado, abre espaço para o desenvolvimento de atividades no Ensino Fundamental e Ensino Médio complementando os conteúdos da estrutura curricular, que por sinal estão sendo inclinados para as configurações desenroladas no setor produtivos e nas exigências do capital.

Por essa razão, observa-se que o Ensino Médio, vive um momento de expansão caracterizado pela qualificação técnica profissional, a qual se manifesta como um reflexo do Ensino Fundamental. Essa proposta sutilmente lançada na estrutura curricular, tem como objetivo definir a identidade dessa modalidade de ensino, com projetos inovadores e possíveis alternativas de crescimento social e econômico consonante com as mudanças e versatilidades do mercado de trabalho, já que demarca uma fase transitória da educação básica para o ensino superior.

Todavia, este foi um esboço norteador para nos aproximarmos do Ensino Fundamental, visto que é nesta fase da educação que iremos aprofundar nossa investigação. Consideramos importante compreendermos o marco transitório nesse intercurso, no qual são apresentados na organização curricular, as primeiras concepções acerca da relação entre educação escolar, mercado de trabalho, formação de valores, atitudes e comportamentos.

Assim, cabe destacar o Projeto de lei Complementar (PLS) nº 772/2015, em tramitação no Senado Federal, de autoria do senador José Agripino (DEM-RN), que objetiva alterar a Lei nº 9.394/1996, para incluir o tema “empreendedorismo no currículo da educação básica” no Ensino Fundamental e no Ensino Médio como tema transversal. Na concepção de Agripino, a educação para o empreendedorismo não tem a pretensão de tornar todas as crianças (empresárias), mas criar uma mentalidade empreendedora para a vida, o que serviria também para o setor público e o mundo artístico, em que essa iniciativa irá vincular a educação ao processo de inovação, conectando os “conhecimentos técnicos e científicos ao mundo do trabalho e da produção” (BRASIL, 2015).

A definição de empreendedorismo nesse documento apresenta-se como um mecanismo capaz de ampliar a oferta de empregos, renda e promover benefícios para o setor público. Todavia, os pressupostos desta matéria compartilham interesses dos empresários que defendem transformar a educação em um negócio lucrativo, e por isso que, a recorrência dessa temática atende um projeto, cujos fundamentos estão direcionados aos horizontes corporativos, e suas finalidades relacionam-se ao processo de inovação e competitividade do mercado econômico e financeiro. Por isso, caso essa afirmativa seja verdadeira, tão logo, os sujeitos destas relações estarão submetidos aos critérios que disciplinam a organização do modo de produção capitalista.

Sendo assim, é importante ressaltar que o ensino de empreendedorismo tem se expandido não apenas mediante as parcerias estabelecidas entre as secretarias de educação e o Sebrae, mas também legitimado por meio da aprovação de documentos oficiais em alguns estados, como é o caso de São Paulo, do Paraná e do Mato Grosso do Sul, mediante a aprovação de Projetos de Lei de incentivo a essa temática, e em algumas circunstâncias no âmbito das secretarias municipal e estadual. A exemplo da Lei nº 4.978 de 7 de fevereiro de 2017, de autoria do deputado Marcio Fernandes, PMDB, da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, que institui o “Programa Estadual de Incentivo ao Jovem Empreendedor”, a ser desenvolvido em escolas públicas e privadas do estado.

Na concepção de Fernandes, o empreendedorismo nas escolas permite explorar a criatividade dos jovens e promover a entrada no mercado de novos produtos e serviços. A

iniciativa do parlamentar mato-grossense, promove uma tendência atribuída à educação empreendedora que tem ganhado espaços no âmbito nacional, direcionada para o Ensino Médio e técnico, e na esfera estadual e municipal orientada para o Ensino Fundamental. Estes pressupostos se justificam pelo fato das escolas nessa modalidade de ensino, possuírem uma massa de jovens prestes a ocuparem os setores produtivos, e portanto pressupõe-se que a educação deve promover a formação para o mercado de trabalho e para a geração de novos empregos e negócios, como dispõem os objetivos do projeto, “estimular a criação e gestão de micro e pequenas empresas, fomentar a atividade econômica, estimular a identificação de oportunidades de mercado, orientar o ensino e acompanhar as novas tendências tecnológicas (ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, 2017).

Seguindo essa lógica, o Estado de Santa Catarina saiu na frente em termos de legislação para legitimar o ensino de empreendedorismo nas escolas públicas, inclusive com abrangência em toda a rede de ensino, cuja incumbência, a Secretaria Municipal de Educação assumiu a função de coordenar e orientar a formação dos professores para desenvolver essa temática. Com a aprovação da Lei nº 3.273, de 13 de novembro de 2017, que institui o ensino de empreendedorismo a ser ministrado tanto na forma de conteúdo transversal, como também, na modalidade de projeto extracurricular em que as temáticas se subdividem nos seguintes eixos destacados no artigo 5º, incisos de I a VIII;

I - Noções de empreendedorismo, plano de negócios e empreendedorismo rural (optativo de acordo com a demanda); II - identificação de oportunidades, preparação para o mercado de trabalho e primeiro emprego; III - construção de competências profissionais, habilidades sociais e marketing pessoal; IV - motivação para superação de obstáculos, estímulo à criatividade formando alunos autônomos, éticos e responsáveis; V - construção de conhecimentos em economia familiar; VI - orientação vocacional e planejamento de carreira; VII - orientação e educação financeira; VIII - ampliação da relação aluno/escola e comunidade (SANTA CATARINA, 2017, p. 188).

No Estado da Paraíba, o empreendedorismo tem suas bases expressas no âmbito da educação estadual e municipal. A princípio, partiremos com o projeto de Lei nº. 1229/2017, que institui a Política estadual de fomento ao empreendedorismo de negros e negras no Estado da Paraíba de autoria do deputado Estadual Jutay Meneses do PRB/PB. O projeto objetiva “criar condições para aumentar a inclusão, a produtividade e o desenvolvimento sustentável de empreendimentos liderados por negros” (PARAÍBA, 2017).

Na concepção de Meneses, o empreendedorismo reduz o desemprego e aumenta a produtividade econômica, assim como promove o empoderamento, a autonomia e a capacidade

de contribuir com o desenvolvimento local. No entanto, essa definição de empreendedorismo se enquadra no âmbito empresarial, visto que, os desdobramentos do projeto sinalizam critérios específicos de incentivo para a abertura e gerenciamento de empreendimentos comerciais.

Em seguida, se destaca no Estado da Paraíba, as Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual. De acordo com o documento, as escolas na modalidade de ensino integral, devem promover a disciplina empreendedorismo, tendo como eixo estruturante a formação para o trabalho nas seguintes áreas do conhecimento;

1ª Gestão de Negócios, (cursos de cozinha, vendas e administração); 2ª Produção Cultural e Design (cursos de design e móveis); 3ª Informação e Comunicação (cursos de informática, manutenção e suporte); 4ª Produção Industrial (curso têxtil); 5ª Recursos Naturais (curso, agronegócio, mineração e aquicultura); 6ª Controle e Processos Industriais (curso de mecânica); 7ª Produção Alimentícia (curso, processamento de pescados) (PARAÍBA, 2017, p. 91-93).

Todos os Cursos mencionados constituem uma carga horária de duas aulas semanais, somando um total de 82 horas/aula ao ano, que são direcionadas tanto ao ensino regular, quanto ao Ciclo VI, da Educação de Jovens e Adultos que equivale aos 1º e 2º anos do Ensino Médio regular. Ressaltamos ainda que a disciplina de Empreendedorismo é comum a todas as escolas que constituem essa modalidade, e, portanto, se complementa a partir do 2º ano do Ensino Médio integral, no eixo de formação para o trabalho de forma paralela no expediente oposto aos estudos que compõem os componentes curriculares.

Observa-se então que, esses componentes curriculares desenvolvidos nas escolas, atendem as exigências da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a qual integra uma matriz de formação para o trabalho, dividida em quatro disciplinas, Ética Profissional e Relações Interpessoais, Segurança e Higiene do Trabalho, empreendedorismo e Iniciação a Pesquisa Científica.

Em João Pessoa, destaca-se o Projeto de Lei nº 13.162, 22 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a “implantação de ciclo de palestra permanentes de empreendedorismo aos alunos da rede pública municipal”. Segundo as orientações do projeto, as palestras serão direcionadas para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e devem estimular o desenvolvimento do comportamento empreendedor e do protagonismo juvenil (JOÃO PESSOA, 2016).

4 O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA PARAÍBA

O ensino de empreendedorismo vem ampliando sua inserção na Paraíba desde 2014, especificamente nas áreas, social, empresarial, digital e educacional. Essa última se desdobra na estrutura curricular da educação pública, nos anos iniciais, na forma de atividades interdisciplinares e projetos extracurriculares. No Ensino Fundamental, no Ensino Médio, nos Cursos Técnicos e Profissionalizantes e na educação superior na forma de disciplina pedagógica.

A distribuição dessa temática foi observada no quadro 2, em que se organiza um programa para cada modalidade de ensino seguindo às disposições do PNEE. E essa sistematização pode ser compreendida da seguinte forma, para o ensino fundamental, destaca-se o Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), para o ensino médio, os programas, Formação de Jovens Empreendedores (FJE), o Despertar, e o Crescendo e Empreendendo. Para os cursos técnicos profissionalizantes destaca-se o Pronatec Empreendedor. E por último, para o ensino superior, destacam-se o Empreendedorismo em Dois Tempos, o Desafio Universitário Empreendedor e a Disciplina de Empreendedorismo.

No entanto, iremos nos dedicar especificamente ao JEPP, pois compreendemos que esse programa constitui o nosso principal foco de investigação. Criado em 2005 pelo Sebrae, o projeto teve início no Estado de São Paulo e propagou-se no contexto nacional brasileiro, com o objetivo de disseminar a cultura empreendedora e estimular o empreendedorismo por meio da educação. A sua proposta é direcionada para todos os Estados da Federação brasileira, e enquanto subprojeto, contempla o ensino fundamental, ou seja, do 1º ao 9º ano.

Para sua adesão pelo setor público, as secretarias municipais e estaduais de educação estabelecem parcerias com as unidades do Sebrae representada em cada estado ou município. Na Paraíba, sua proposta pedagógica delinea-se na educação desde 2014, e direciona-se tanto para a formação de professores, que são orientados pelo Sebrae para trabalhar o ensino de empreendedorismo em sua prática de sala de aula, como também para a escolarização de sujeitos através do material didático e das atividades pedagógicas desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

O JEPP promovido pelo Sebrae Paraíba, especificamente no município de Alcantil, constitui um elemento chave para o ensino de empreendedorismo, pois visa ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas instituições públicas de ensino, por meio da oferta de conteúdos pedagógicos, com o propósito de consolidar a cultura empreendedora na educação. O programa a formação para os alunos em duas frentes principais que serão tratadas

nos capítulos adiante, sendo a primeira o desenvolvimento de competências empreendedoras, e a segunda, a possibilidade de inserção sustentada no mundo do trabalho.

4.1 O Município de Alcantil

O município de Alcantil, localizado na região do semiárido da Paraíba, distante aproximadamente 150 quilômetros de João Pessoa, faz divisão geográfica com os municípios de Taquaritinga (PE) e Riacho de Santo Antônio PB. Com a população concentrada em mais 60% na zona rural, soma um total de 5.329 habitantes. Tem como principal fonte de subsistência o setor agropecuário e a indústria de transformação, essa última voltada para o corte, a costura e a fabricação de roupas, segundo o Censo Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Em 2016, esse município firmou parceria com o Sebrae PB, através da Secretaria de Educação, com o intuito de difundir o ensino de empreendedorismo em todas as escolas públicas municipais, na ocasião, 24 docentes participaram da formação em educação empreendedora, receberam material didático, orientações e cronogramas das atividades para serem desenvolvidas com seus respectivos alunos e alunas em sala de aula. O principal objetivo foi fomentar a cultura empreendedora por meios de estratégias metodológicas de ensino e aprendizagem no contexto da educação, justificando que essa proposta constituiria uma alternativa inovadora, capaz de estimular as competências de aprendizagem no processo de ensino e aproximar o cotidiano escolar ao mundo dos negócios e aos setores de trabalho.

O município de Alcantil no ano de 2017, soma um total de oito escolas públicas de ensino fundamental, anos iniciais, distribuída em toda a rede de educação municipal, incluindo a zona urbana e a zona rural. Sendo que desse total, selecionamos três escolas da zona urbana e duas escolas da zona rural. Esse critério restringiu-se apenas a cinco escolas, em razão das demais atenderem as turmas multisseriadas, em que são formadas por alunos e alunas com diferentes idades e níveis de aprendizagem.

Neste mesmo ano, estas escolas tiveram 1.085 alunos (as) matriculados, 37 professores e professoras, ministrando aulas para esse contingente de educandos. Vale ressaltar que desse total de docentes, apenas 21 participaram do programa de formação em educação empreendedora promovido pelo Sebrae, dos quais, selecionamos uma docente em cada instituição escolar, somando um total de cinco professoras, que corresponde a cada ano escolar, ou seja, do 1º ao 5º ano.

Mencionamos ainda que adotamos os seguintes critérios de seleção: ter participado do processo de formação em educação empreendedora, está ministrando aulas no ensino fundamental, anos iniciais, selecionar uma docente de cada instituição para cada ano escolar, e escolher um ano escolar aleatório, já que todas as professoras são polivalentes e possuem experiências do 1º ao 5º ano, conforme distribuímos no quadro 3.

Quadro 3 - Distribuição das docentes entrevistadas por temática

Docentes*	Ano escolar	Temáticas	Encontros**	Idade [experiência]	Formação
I	1º	O Mundo das ervas aromáticas	13	49 [20]	Psicopedagogia
II	2º	Temperos naturais	12	48 [20]	Pedagogia
III	3º	Oficina de brinquedos ecológicos	13	37 [14]	Pedagogia, Especialização Psicopedagogia
IV	4º	Locadora de produtos	11	38 [20]	História, Pedagogia
V	5º	Sabores e cores	12	46 [22]	Pedagogia

Fonte: Adaptado de SEBRAE-PB, 2012.

Legenda: * Todos do sexo feminino; **A carga horária para cada encontro foi entre 20 e 30 horas.

Nesse quadro 3, observa-se que as docentes foram distribuídas de acordo com as temáticas e os anos escolares em que ministram aulas ao longo do tempo no magistério. De acordo com essa organização, cada docente iria elaborar suas aulas conforme a temática definida para o seu ano escolar. Em relação ao desenvolvimento dessas atividades, complementamos que estas corresponderiam entre dois a três meses, compreendendo uma carga horária entre 20 e 30 horas aulas, sendo duas aulas semanais preparadas sob as orientações metodológicas da educação empreendedora. No tocante a formação e a experiência das docentes, percebemos que a maioria possui licenciatura em Pedagogia, e apenas uma com graduação em Psicopedagogia. Têm acima de 35 anos de idade, e mais de 17 anos de experiência com a educação pública, especialmente o Ensino Fundamental, anos iniciais e a educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em relação ao material didático, observamos que o Sebrae é a instituição autora que elabora e reproduz os cadernos e livros de acordo com a quantidade de docentes e alunos envolvidos no projeto, e os recursos pedagógicos para manuseio, como tinta, lápis, recipientes,

álcool, algodão etc. são fornecidos pela Secretaria de Educação, e a matéria prima, como os objetos, ervas, brinquedos, jogos e utensílios domésticos foram doados pelos (as) e alunos (as).

As temáticas arroladas nesse quadro constituem a esquematização da educação empreendedora, cuja proposta tem como foco elaborar ao longo das atividades pedagógicas a simulação de uma empresa e suas ferramentas funcionais como: tabela de preços com custo de compra e venda dos produtos, propaganda, convites, divulgação em cartazes, pesquisa de satisfação, nome da loja, etc. Em seguida, para a culminância desse projeto, haveria uma mobilização de todas as escolas públicas e seus respectivos professores e alunos em uma feira denominada, Feira do Empreendedor, na qual os produtos são expostos e vendidos para as pessoas participantes, como os próprios professores e alunos além dos pais e familiares residentes nas proximidades do município. Os recursos financeiros obtidos na comercialização dos produtos são distribuídos entre os alunos e destinados aos eventos comemorativos promovidos na escola.

Observa-se que a partir desse acordo, a educação empreendedora implementou o processo de escolarização de sujeitos, dividindo-o em cinco temáticas: ervas aromáticas, temperos naturais, brinquedos, produtos eletrônicos e sabores e cores. A priori, esse questionamento aponta que essas temáticas são distintas dos conteúdos pedagógicos que compõem a estrutura curricular, assim como se afastam, de certa forma dos principais meios de atividades de trabalho que constituem a realidade local, que é concentrada na agricultura, no artesanato de corte e costura e na fabricação de vestuário. Com esse questionamento, não queremos ainda desmontar que a educação empreendedora se distancia da prática social dos educandos, mas sinalizar que esse conjunto de ações estão voltados para um sistema de produção e rentabilidade do capital.

Nos subcapítulos adiante, analisaremos os eixos que dão sustentação a essa educação empreendedora, como a reprodução, o empresariamento e a empregabilidade que se delineiam no processo de ensino-aprendizagem, consolidando enquanto prática pedagógica, as ferramentas de estímulos à formação empresarial e à aquisição de competências e habilidades dos educandos, direcionando as atividades didáticas e à criação de meios de comercialização, compra e venda de produtos, elaboração de planos de negócios e aprendizagem voltada ao emprego.

4.2 A educação empreendedora

A educação empreendedora é uma metodologia de ensino fundamentada nos princípios do empreendedorismo. Tem como função, adaptar os conceitos de gestão empresarial a serem desenvolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Sua inserção na educação enquanto prática pedagógica ganhou destaque com a publicação da primeira edição, em 1996, do relatório (Educação um tesouro a descobrir) de Jacques Delors para a UNESCO, encomendado pela Comissão Internacional para a educação no século XXI. Nesse documento, são desenvolvidos os conceitos teóricos e práticos acerca dos quatros pelares para a aprendizagem “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser” (DELORS, 2006).

A priori, podemos definir que a educação empreendedora nestes últimos anos, concorre ao catálogo das práticas pedagógicas inovadoras, entre elas, o ensino híbrido que compreende a aprendizagem presencial e virtual utilizado nas escolas de educação básica dos Estados Unidos, e a sala de aula invertida, também conhecida como classe invertida, compreende o prévio estudo dos conteúdos pedagógicos pelos alunos em seu domicílio, mediante recursos tecnológicos como textos, vídeos, áudios e *games*. Suas bases surgiram nos Estados Unidos na década de 1990, e mais recentemente, evidenciou-se enquanto método de ensino nas escolas da Finlândia, Singapura, Holanda e Canadá. Ambas metodologias, apesar de pouco conhecidas na literatura, foram desenvolvidas por Bergmann e Sams¹² (2013).

Acerca dessas pedagogias inovadoras, cabe mencionarmos que essas práticas de ensino têm adentrado no cenário educacional brasileiro na forma de “pacotes de educação”, que em alguns casos, são comprados e/ou copiados de outros países por ecoarem a exclusividade e a inovação do mundo globalizado. Por isso representam um caráter produtivista, valorizando a formação dos sujeitos em suas partes individualizadas e em função de ganhos financeiros de acordo com os requisitos desenvolvimentista da conjuntura econômica.

Pontuamos que no contexto brasileiro, a educação empreendedora ganhou notoriedade. Primeiro com as articulações mediadas pelo Sebrae, e segundo, pelos ideólogos simpatizantes com essa temática, mais precisamente nos escritos de Dolabela, Fraiman e Lopes. Esses autores, através de suas produções bibliográficas e dos materiais didáticos publicados e vendidos, defendem a educação empreendedora como uma prática inovadora na educação para desenvolver as habilidades cognitivas e socioemocionais, focadas tanto nos estímulos para a resolução de problemas e criação de projetos vinculados aos negócios empresariais, como

12 Jonathan Bergmann e Aaron Sams são professores facilitadores na área de tecnologia na Escola Joseph Sears, Illinois, Estados Unidos.

também para o desenvolvimento da autonomia, da criatividade, do trabalho em equipe, da gestão de tempo etc.

Isso implica conceber que a formação de sujeitos mediante esses pressupostos, exige mais produtividade na apreensão de conteúdos pelos alunos, como também os responsabilizam pelos seus fracassos e sucessos. Esta autocensura é corroborada pela concepção meritocrática de que, a inserção seletiva dos indivíduos no sistema educacional promove em termos econômicos, sociais e culturais o progresso da sociedade, no entanto, tal compreensão condiciona os sujeitos escolares a valorizarem o mérito individual, a competição e a produtividade, como uma atividade compulsiva, externa e descuidada com o processo de aprendizagem.

A proposta didática e pedagógica da educação empreendedora, está funcionando pelos critérios meritocráticos, ou seja, aqueles indivíduos que têm mais méritos, (os mais trabalhadores, mais dedicados, mais bem-dotados intelectualmente) são beneméritos a recompensa, promoção, ganho, lucro, proveito e merecimento, portanto, ter mérito especialmente no âmbito escolar, implica recompensar o trabalho docente e a aprendizagem dos alunos para legitimar suas capacidades cognitivas e comportamentais.

No entanto, nessa definição posta em evidência acerca da educação empreendedora e sua metodologia de ensino, há uma face que vai além das aparências, que está resguardada pela lógica produtivista e econômica de acumulação de capital, pois supostamente, garante aos mais esforçados as melhores posições na escala social, e por isso, há elementos na ideologia que argumentam, “só não é empresário”, ou “estão empregados” aqueles indivíduos que não se esforçaram o suficiente, porque “liberdade”, certamente tiveram.

É essa liberdade que reproduz uma ideologia neoliberal, em que os sujeitos em formação escolar são até capazes de pensar alto. Quanto a sua motivação, estas sucumbem nos índices de evasão escolar, na desistência, na reprovação e ingressam apenas aos cursos técnicos e profissionalizantes, exceto, quando vencem todas as barreiras e conseguem qualificar a aprovação para o ensino médio, assim como tem acesso as funções com baixas remunerações e precárias.

A educação empreendedora se diferencia da educação regular pública, tanto na estrutura curricular, como também nos conteúdos que são ministrados, os quais legitima um conjunto de valores que marcam a posição socioeconômica dos indivíduos na sociedade, certificando a sua prática social como um processo de hierarquização e justiça social em que a divisão de classes perpassa o processo de ensino-aprendizagem, em níveis e modalidade de forma naturaliza, pautada na quantidade de conhecimentos, e não na qualidade.

Com isso, a educação empreendedora organiza-se de um lado, como uma ferramenta de ordenação social, possibilitando ascensão a uma minoria de sujeitos supostamente talentosos e com capacidades produtivas (mão de obra) para o mercado, e de outro lado, como uma ideologia representada por um conjunto de valores morais que postulam as posições dos indivíduos na sociedade, os quais valorizam a adaptação dos sujeitos conforme os parâmetros econômicos, éticos, políticos e sociais estabelecidos por uma classe que controla a reprodução das ideias e o processo econômico.

Nesta divisão de classes direcionado à formação educacional, a educação empreendedora constitui um desenrolar do modo de produção capitalista, e por isso, pressupomos que essa prática gera uma tensão tanto no trabalho docente, como também no processo de ensino-aprendizagem, além de promover a hierarquização das relações de trabalho, o individualismo, o acirramento e a competitividade no processo de ascensão social dos indivíduos em formação.

Mediante esses questionamentos, vale destacar a análise de Duarte (2003, p. 6) que tece uma crítica denominando essas práticas pedagógicas de “pedagogia das competências”. Para esse autor, essas concepções representam a pedagogia burguesa e são defendidas pelos intelectuais de classes dominantes, bem como expressam os modismos educacionais ligados ideologicamente ao neoliberalismo.

Desse modo, as definições que se desdobram nessa concepção reforçam a competitividade no processo de ensino-aprendizagem, seguindo os parâmetros de funcionamento da meritocracia, uma vez que são recompensados aqueles indivíduos que apresentarem os melhores resultados, e por essa razão, a ascensão social dos sujeitos depende “unicamente do esforço, da capacidade, da iniciativa, da administração racional dos seus recursos. No mundo escolar a não-aprendizagem, a evasão, a repetência são problemas individuais. Trata-se da falta de esforço, da ‘não-aptidão’ da falta de vocação” (FRIGOTTO, 1999, p. 67).

A educação quando se pauta em um modelo de aprendizagem que exalta a produtividade e a competitividade para recompensar os esforços, os resultados quantitativos dos sujeitos em formação e o trabalho docente, ignora as possibilidades de desenvolvimento socioeducativo e político de seus educandos e educadores, assim como descuida do processo de construção histórica do conhecimento onde os sujeitos estão inseridos.

4.2.1 A reprodução do processo de ensino

A reprodução manifesta-se além das relações entre burgueses e proletários, por meio da luta de classes e se estende com características marcantes ao sistema educacional público brasileiro, o qual conserva em sua base, desde os cânones da educação jesuítica, as concepções reprodutivistas de ensino, com destaque para as nas últimas décadas, vinculando-as entre o desenvolvimento do capital industrial e econômico e a função conservadora da educação escolar.

Essa categoria representa o desenrolar do processo educacional que legitimou tanto a institucionalização dos conhecimentos dominantes, como também o controle do Estado na promoção da educação pública, e por meio dessa relação que não deixa de ser contraditória, foi viabilizado ao empreendedorismo. Consolida-se, portanto, como uma modalidade de gestão de ensino assegurada pelo movimento do capital. Suas ações repercutem no processo pedagógico, orientando de um lado, o trabalho docente em função da produtividade, e de outro lado, a naturalização para que as relações estabelecidas entre teoria e prática na formação de sujeitos ocorram de modo consensual.

Em termos práticos, expressamos que essa categoria reproduz uma modalidade de educação, a educação empreendedora, que está descuidada tanto com a formação integral dos sujeitos, ao passo que condiciona o foco de aprendizagem em objetivos imediatistas e pragmáticos, como também, determina que as atividades pedagógicas sejam desenvolvidas conforme os pressupostos teórico do empreendedorismo.

Observamos que, para a educação empreendedora, a aprendizagem ocorre por meio de atividades práticas, com ênfase no aprender fazendo, nas leituras e escritas que são organizadas sistematicamente, de modo que os alunos demonstrem habilidades em alguma área voltada para a gestão de negócios, ou para alguma profissão, pela qual os mais ativos, espertos e estratégicos, possam se sobressair aos demais, e com os resultados positivos estes são compensados por suas habilidades cognitivas e comportamentais.

Considerando essas definições mencionadas acerca da categoria reprodução no processo de ensino-aprendizagem, mediado pela educação empreendedora, analisaremos então como se delineia tal relação na concepção das docentes do ensino fundamental, anos iniciais. Para isso, dividimos as docentes de acordo com as temáticas que desenvolveram com seus educandos em sala de aula. Portanto, a nossa abordagem compreende o período em que essas professoras e os alunos trabalharam os conteúdos de empreendedorismo no contexto da aprendizagem, seja como atividades interdisciplinares, seja como projetos extracurricular.

A primeira temática, O mundo das Ervas Aromáticas, segundo a professora, ela recebeu orientação e material didático para trabalhar a educação empreendedora no processo de ensino, e através desse apoio os alunos e as alunas adquiriram novas experiências que despertam algumas habilidades, relacionadas ao mundo dos negócios, ao planejamento individual diário, a organização e a qualidade de produtos, “a gente recebe as orientações, e também foi nos dados um material didático, nós tivemos um livro dedicado para cada série, para ser trabalhado durante o período do projeto, contendo aqueles conteúdos desenvolvidos que também nos ajudaram na prática” (DOCENTE I).

Neste relato, percebe-se que para o ensino de empreendedorismo ocorrer em sala de aula, são disponibilizados para os professores e para os alunos, tanto as orientações metodológicas da educação empreendedora, o passo a passo, como também os conteúdos de ensino disposto no livro didático dos docentes e posteriormente, os cedermos que são entregues aos alunos.

Na segunda temática, Temperos Naturais, e na quarta temática, Locadora de Produtos, observamos que esses conteúdos de ensino do empreendedorismo se complementam com os conteúdos pedagógicos da educação regular ao longo das aulas de modo interdisciplinar. Embora se diferenciem nos aspectos didáticos, que no caso do empreendedorismo estão voltados para a criação e modelos de negócios, enquanto que a dinâmica permanece com o mesmo objetivo, despertar o interesse dos alunos, bem como a persistência e a coragem.

Para mim não teve diferença no ensino, se complementaram porque tudo que traz enriquecimento ao aluno, a gente tenta ajudar para eles aprenderem na prática [...] Tem muita gente que vive em um lugar seco mais tem coragem de trabalhar, se quiser a pessoa consegue, tudo é força de vontade” (DOCENTE II).

O livro do JEPP dá vários exemplos, a gente pode trabalhar Matemática, Português, História [...] já direciona os alunos a onde pode ser investido numa fonte de renda, e eles sentem mais prazer, se sentem mais motivados, veem resultados mais rápidos, aprendem mais rápido” (DOCENTE IV).

Essa força de vontade, a persistência e o interesse caracterizado pelas docentes no processo de ensino, constituem os elementos chaves do empreendedorismo, os quais são denominados por Dolabella de “motivadores do gatilho que disparam a ação” para realização dos sonhos e das escolhas que os sujeitos fazem ao serem questionados em seu ambiente, na rua e nas escolas;

Na nossa sociedade, a criança não é estimulada a sonhar em nenhum ambiente: em casa, na escola ou na rua. Os motivadores são perguntas feitas com o objetivo de habituar a criança a conceber o futuro e buscar os meios para

transformá-lo em realidade. As respostas às perguntas conduzem à formulação de metas claras e à mobilização de energia para a sua realização, exercitando capacidades como autonomia, determinação, persistência, capacidade de fazer escolhas permanentemente (DOLABELLA, 2009, p. 60).

A terceira temática, Oficina de Brinquedos Ecológicos, a docente do 3º ano, ao tratar a relação entre a teoria e a prática no ensino de empreendedorismo, define que a aprendizagem dos alunos não ficava só na teoria, pois ganhava significado na prática quando eles desenvolviam os conteúdos, relacionando-os as suas experiências que tiveram com os preços dos brinquedos e o dinheiro que foi arrecadado com as vendas;

Tudo que tem na teoria a gente coloca no lado prático, se a gente está trabalhando o sistema monetário, então os alunos fazem a montagem de um mercadinho em sala de aula, trazem os rótulos, a lista de feira, os valores e de forma significativa eles aprendem os conteúdos na prática (DOCENTE III).

Na quinta temática, Sabores e Cores, também são reforçados esses aspectos da prática, ou seja, aprender a vender os produtos exercitando suas características, os valores de fabricação e de venda em um contexto sólido, real e com objetos de verdade que são vivenciados pelos alunos e pelos os professores no processo de ensino, cuja prática não necessariamente deve ocorrer apenas na sala de aula, mais se estender aos espaços doméstico e familiar da vida cotidiana, como sinaliza a professora;

A educação empreendedora foi importante no processo de ensino-aprendizagem porque me ensinaram a vender, ser empreendedora e desenvolver as atividades na prática junto com os alunos. Foi bom porque até eu mesmo nunca tinha vendido, sido empreendedora de verdade, aí aprendi mais um pouco na prática. Trabalhei o cotidiano dos alunos, eles mesmos vendiam, recebiam o troco, criaram autonomia (DOCENTE V).

Observa-se nestes relatos que essa aprendizagem pressupõe os conceitos destacados no quarto pilar para a educação no século XXI, o aprender a fazer, que está estreitamente ligado tanto à questão da formação profissional, como também as competências que compõem o ensino de empreendedorismo, adquiridas pelos alunos durante a escolarização e posta em prática em seguida, de forma que os conhecimentos são materializados em atividades concretas, determinadas e rotineiras;

Aprender a fazer. Além da aprendizagem de uma profissão, há que adquirir uma competência mais ampla, que prepare o indivíduo para enfrentar numerosas situações, muitas delas imprevisíveis, e que facilite o trabalho em equipe, dimensão atualmente muito negligenciada pelos métodos

pedagógicos. Estas competências e qualificações tornam-se, muitas vezes, mais acessíveis, se quem estuda tiver possibilidade de se pôr à prova e de se enriquecer, tomando parte em atividades profissionais e sociais, em paralelo com os estudos (DELORS, 2006, p. 20).

Os relatos acima demonstram que o ensino de empreendedorismo ocorre de modo inter-relacionado com os conteúdos da educação regular, sem aparentarem contradições, pois as dimensões teórico-práticas no desenrolar das atividades pedagógicas vão se ajustando. Os docentes assimilam os fundamentos do empreendedorismo e os exercitam na prática, reproduzem os conhecimentos que lhe são incumbidos, sem perceberem as divergências que constituem os condicionantes dessa temática, por exemplo, a ênfase no lucro, na arrecadação de valores oriundos dos produtos e objetos confeccionados, que apesar de serem reinvestidos em eventos na escola, instigam a resolução de determinadas atividades em função de recompensas financeiras, a individualidade, a seletividades dos conteúdos e apreensão de habilidades específicas a cada temática. O que leva a priori, a um processo de ensino descuidado com a formação integral e desarticulado historicamente com a prática social.

A esse respeito, ressaltamos a observação de Saviani (2008, p. 24-25) ao analisar a função da educação escolar, e consequentemente a prática docente. Define que no modo de produção capitalista “a escola reproduz as relações de produção, necessariamente reproduz a dominação e a exploração. Daí seu caráter segregador e marginalizador. Daí sua natureza seletiva [...] dividida em classes com interesses opostos”. Portanto, para esse autor, a impressão aparente que nos fica é o poder ilusório, de uma escola, cuja função impotente, sacrifica a história humana, e o processo de escolarização torna-se um instrumento da classe dominante, que não tem interesse em transformação, mas sim, está empenhada na preservação de seu domínio e adaptação.

Compreendemos ainda que a educação escolarizada, e neste caso o ensino de empreendedorismo na educação pública, quando se pauta na reprodução de conhecimentos dominantes, fortalece em circunstâncias históricas o papel do Estado a serviço do capital monopolista e das representações culturais elitistas, mas também, serve de ferramenta para instruir a massa popular, seguindo os parâmetros estabelecidos pelas relações capitalistas e em escala sempre crescente, na medida em que essa lógica reprodutivista, como defendem Marx e Engels, desenvolve os meios de produção, reproduz muito mais que uma determinada forma de atividade dos indivíduos, é “simultaneamente o que produzem e como produzem dependendo das suas condições materiais” (MARX; ENGELS, 1996, p. 27).

Por isso, a reprodução no modo de produção capitalista destina-se a acumulação de lucro, e não para atender as necessidades humanas. Constitui-se por meio da organização social, do processo de separação entre a teoria e a prática, entre a cultura e a política e o trabalho e a sua objetivação, uma vez que, reflete o desenvolvimento das estruturas e dos meios de produção, assim como legitima os antagonismos na sociedade como um processo consensual, e em face disso “a educação contribui para a reprodução dessas relações de produção enquanto tal, mas não só ela, forma a força de trabalho e pretende disseminar um modo de pensar consentâneo com as aspirações dominantes” (CURY, 1986, p. 59).

Com isso, sinalizamos baseado nos relatos das docentes e neste contraponto com os fundamentos da filosofia materialista que, o empreendedorismo se materializa no processo de ensino por meio da categoria reprodução, nos aspectos, ideológicos, teóricos e práticos, no entanto quando adentra o concreto, os conteúdos curriculares, as experiências e as aprendizagens desenvolvidas em sala de aula, foca-se nas habilidades do “aprender fazendo”, as quais se entrelaçam a funcionalidade da educação produtivista, assim como direciona uma formação de sujeitos para atender as necessidades imediatista, que podem ocorrer tanto pela atividade comercial, como também pela profissão que desempenhará ao final do processo de escolarização.

Em relação ao quarto pilar da educação, o aprender a fazer, retomamos o conceito de Duarte (2003, p. 5) o qual defende que esse conceito constitui as chamadas “pedagogias das competências”, na medida em que a formação escolar dos educandos e das educandas, passa de uma lógica de ensino para uma lógica de treinamento, em que as competências são adquiridas mediante os exercícios em situações complexas. Nessa concepção, a categoria reprodução que perpassa a sistematização das atividades, por exemplo, trabalha as dimensões da teoria e em seguida a prática relacionando-as ao cotidiano, as experiências e as técnicas de vendas vivenciadas no contexto dos alunos, pactuando dessa forma de um modelo de aprendizagem que faz referência as apropriações do “aprender fazendo” destacado no relatório da Unesco.

Portanto, a reprodução enquanto um conceito da educação empreendedora, pode beneficiar os alunos que apresentam tendência cognitivas e comportamentais para serem empreendedores, assim como promover, em certas medidas as habilidades operacionais para o trabalho. No entanto é exatamente nesse contexto que reside as determinações sociopolítica desses sujeitos no final do processo de formação educacional, uma vez que, os alunos que aprenderem os conceitos gerenciais e de liderança, serão empreendedores, e os que não se adequarem as competências proposta pelo empreendedorismo, restam-lhes ofertar sua força de trabalho em um mercado escasso, precarizado e desprovido de sensibilidade.

4.2.2 O empresariamento dos sujeitos em formação

O termo empresariamento na educação brasileira caracterizou-se na década de 2000, com a expansão das instituições particulares de ensino superior, e projetou-se a partir das ideias neoliberais e dos investimentos do capital estrangeiro. Essa relação se desenrolou concebendo a educação enquanto uma mercadoria chave que enquadra o trabalho docente em uma lógica produtivista, e aos alunos são assegurados o *status* de consumidores das instituições educacionais, regidas sob os conceitos da administração moderna e de forte influência do neoliberalismo.

Para compreendermos a definição do empresariamento na educação, precisamos recorrer a Sociologia, em especial a concepção do sociólogo britânico David Harvey, nascido em 1935, na cidade Gillingham na Inglaterra. Segundo esse autor, a recessão econômica na década de 1970, provocou mudanças gradativas nas formas de gestão do gerenciamento urbano democrático que passou para o empresariamento urbano, ou seja, diante os impactos econômicos e fiscais nas grandes cidades de capitalismo avançado, os governos foram pressionados mediante as forças externas a desenvolver projetos inovadores e mais empreendedores com foco na criação de novas empresas, fontes de empregos, incentivos fiscais e atrações culturais.

Para Harvey (1996, p. 52) o empresariamento tem como característica central, a noção de “parceria público-privada em que as tradicionais reivindicações locais, estão integradas com a utilização dos poderes públicos para tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego”. Por essas parcerias, o empresariamento promoveu mudanças macroeconômicas e uma reformulação na gestão pública, visando desenvolver a economia através das instalações industriais e comerciais de empresas, tanto local, como também com as instalações de multinacionais.

Considerando a interpretação de Harvey, no Brasil, a partir da década de 1990, a forma como o setor público e privado tem se inter-relacionado, sinaliza uma reestruturação do mercado de trabalho e o fortalecimento do neoliberalismo. Essas configurações à priori, produziram as bases para substituição da atividade trabalho, por um trabalhador autônomo, cuja ocupação constitui novas formas de subempregos temporários e inseguros, baseado em um sistema de rotatividade e contratos intermitentes.

Em dias atuais, seus reflexos podem ser observados na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que altera as Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e abre um precedente para

descentralização das negociações trabalhistas mediadas pelas instituições sindicais, centralizando-as na relação direta entre o empregador e o trabalhador, o que legitima dessa forma as terceirizações, a flexibilização do trabalho e o processo de desregulação do mercado.

As mudanças desencadeadas por essa lei, são ainda imensuráveis, no entanto, os impactos podem ser profundos para a realidade brasileira, especificamente nas relações entre trabalho e educação de sujeitos, primeiro porque o nível de escolaridade em uma concepção produtivista é associado às oportunidades de emprego e ao grau de flexibilização de diversos tipos de contrato de trabalho, e isso exige uma mão de obra sempre disponível, qualificada e a serviço do capital. E segundo, a autocensura imposta aos professores (as) e aos alunos (as), responsabilizando-os pelo seu protagonismo de sucesso durante a formação escolar. Além do mais, essas questões se relacionam com outros agravantes que estamos vivenciando, como é o caso do trabalho docente enquadrado em uma lógica de produção capitalista, e a aprendizagem escolar, um produto com valor agregado e a serviço do mercado.

Por isso, a discussão acerca da categoria empresariamento na educação, requer uma análise criteriosa pela sua generalização, visto que em algumas circunstâncias, é confundida com o processo de mercantilização da educação, como também, sendo utilizado para caracterizar as privatizações das instituições educacionais, com objetivo de transformá-las em empreendimentos rentáveis, comercial e mercadológico.

Dessa forma, queremos expressar a nossa liberdade enquanto pesquisadores, e definirmos que o conceito de empresariamento, assume na literatura interpretações relacionadas à criação de empreendimentos. No entanto, nos referimos a esse termo, para qualificar a formação de empreendedores, que em certos limites não deixa de ser a formação de competências para a gestão empresarial, assimiladas pelos educandos (as) durante o processo de ensino-aprendizagem, promovido pelos conteúdos de empreendedorismo e suas metodologias desenvolvidas pela educação empreendedora. Esses conteúdos têm ganhado dimensão na educação, ao defender o discurso da abertura e gestão de empresas, por exemplo, ser patrão de si mesmo, começar a empreender, criar seu próprio negócio, ser independente, enfim, criar uma atividade com retorno financeiro e tantas outras alcunhas que perpassam o contexto pedagógico implicitamente.

Dito isso, retomamos então ao campo da investigação, e ressaltamos que, o ensino de empreendedorismo foi inserido na estrutura curricular do município de Alcantil através da parceria público privada, entre o Sebrae Paraíba e a Secretaria de Educação. Por conseguinte, observamos que o empreendedorismo se destacou em três aspectos no contexto da educação, o primeiro por meio da reprodução de uma lógica capitalista, segundo, na formação de sujeitos

para serem empreendedores, e por último, o conceito de empresariamento perpassa tanto à organização do trabalho docente e os conteúdos de ensino, como também se sobrepõe à maioria das atividades pedagógicas desenvolvidas pelos alunos e alunas.

Utilizamos a expressão, empreendedores, no entanto, ressaltamos que essa nomenclatura é tratada na Lei Geral das micros e pequenas empresas, e corresponde a empresários de médio porte e de pequenos empreendimentos. Vale destacar que em algumas circunstâncias, estes comerciantes são os próprios trabalhadores que desempenham atividades na informalidade com baixas remunerações e precarizadas.

Nesse ponto, analisaremos a partir dos relatos das docentes, como o empreendedorismo se configurou por meio da categoria empresariamento no processo de ensino. Para isso, mantemos a subdivisão temática dos conteúdos de ensino e consideramos as atividades pedagógicas que foram desenvolvidas no âmbito escolar com os educandos, e que constituíram, a proposta da educação empreendedora direcionada para a prática da comercialização de produtos, a confecção e divulgação de objetos, a extensão de convites e a elaboração de cartazes ilustrados com propagandas.

Observa-se que, há um certo entusiasmo das docentes quando se referem ao ensino de empreendedorismo na prática docente, neste caso específico, essa prática é destacada como uma forma de incentivar o professor a compreender a importância do empreendedorismo, e para os alunos, é o caminho para desenvolver no futuro, um comércio, um capital financeiro;

A gente fez a divulgação do negócio através de propagandas na comunidade, elaboramos convites, cartazes, o nome da lojinha que teríamos para colocar os produtos, e também fizemos algumas essências, a partir das ervas usadas [...] foi uma forma de incentivar o próprio professor a ter uma visão mais ampla do empreendedorismo, buscar sempre algo que possa complementar o que a gente já tem, para os alunos é uma forma de incentivar, estimular eles futuramente a desenvolver um tipo de comércio, um capital financeiro (DOCENTE I).

Esse relato, sinaliza a realização de um trabalho didático e pedagógico desenvolvido com os alunos e as alunas, por meio de atividades interdisciplinares ao longo de 25 horas/aulas. Apesar de pressupor a simulação de um comércio em sala de aula e que posteriormente é estendido para a comunidade, essa ação retrata os mecanismos que caracterizam a funcionalidade de uma empresa, pois nesse caso, a docente inseriu em seu planejamento, os conteúdos de ensino acerca do empreendedorismo que lhes possibilitou, criar estratégias de aprendizagem com objetivo de estimular a participação dos alunos na criação de produtos derivados das ervas aromáticas, e em seguida, anunciar, vender e arrecadar os valores correspondentes.

Essas experiências embora desenvolvidas com uma turma do 1º ano, e as crianças não estarem alfabetizadas na leitura e na escrita, como também, não dominarem as operações matemáticas de nível básico, as professoras criaram expectativas em relação à aprendizagem dos alunos, pois a aquisição das habilidades e das competências para a prática comercial resultou como produto final, a ansiedade de conhecer o faturamento que seria apurado com a venda das mercadorias;

Os resultados foram bons para a gente, as crianças gostaram de participar do projeto, das experiências em sala de aula quando a gente ia produzir algum produto. Também a participação deles no produto final, eles gostaram muito, a gente foi lá na praça, todos participaram, uns ficavam responsáveis pelos chás, outros ficavam responsável por receber, aí fazia aquela troca, agora é você, agora é você, e eles gostaram de participar desse momento (DOCENTE I).

Em seguida, a docente do 2º ano que trabalhou com a temática, Temperos Naturais, endossa o relato e destaca que durante o ensino de empreendedorismo, a aprendizagem estava focada na plantação e negociação dos temperos que faziam parte da realidade dos alunos, e por isso, ajudou a sua turma a aprender a negociar e a resgatar a cultivo da plantação dos temperos.;

Eles aprenderam a negociar, a plantar, foi uma coisa que resgatou a plantação dos temperos, foi muito bom [...] a gente levou, os temperos, os meus alunos saíram em grupo e foram vender nas casas, e foi rápido que no instante eles venderam. A gente levou uma bacia de coentro, pimentão, batatinha, cenoura, tudo, a gente fez os moinhos e eles saíram vendendo (DOCENTE II).

As atividades foram desenvolvidas baseadas nos conteúdos de ensino do livro didático fornecido para os professores, com diversas atividades teóricas e exercícios em sala de aula, culminadas com práticas de cultivo na horta da escola. A última etapa ocorre com uma parte da colheita dessas hortaliças que vai para o cardápio da escola, e a outra parte é destinada para a venda na comunidade circunvizinha pelos alunos e alunas acompanhados pela professora.

Para Lopes (2017, p. 21) o empreendedorismo desenvolve além do potencial competitivo, é “a capacidade da pessoa partir de ideias e da percepção de oportunidades para a realização de ações que satisfazem necessidades, resolvem problemas e agregam valor, quer em produtos e serviços”. Essa compreensão corresponde a proposta desenvolvida pelas docentes juntos aos alunos, pois demonstra como o trabalho coletivo foi importante para realização de um projeto, apesar de que, a aprendizagem dos conceitos foi pautada em um retorno financeiro, oriundo da comercialização das hortaliças e das ervas aromáticas.

Percebe-se que as atividades de aprendizagem desenvolvidas estiveram atreladas aos rendimentos obtidos com a venda dos produtos, e os esforços intelectuais e materiais, incluindo

o *marketing* e a divulgação, foram necessários para mobilizar o reconhecimento dessa proposta. Esses aspectos caracterizam, o “jogo” de aquisição das habilidades e das competências comportamentais descrita pela educação empreendedora, como por exemplo, a liderança, o trabalho em equipe, a proatividade, a motivação, a perseverança etc. as quais estão vinculadas a lógica de produzir e atribuir valor a uma atividade, que em certos limites, torna-se econômica em razão de ser condicionada ao lucro enquanto resultado final.

A ideia de capacidade e de oportunidade destacadas por Lopes (2017) referem-se à noção de ganhar dinheiro, e esse conceito no processo de ensino, assume características de uma formação orientada para o mercado de negócios. Por exemplo a docente do 3º ano que trabalhou a temática, Oficina de Brinquedos, menciona que desenvolveu suas atividades com ênfase na questão do ganhar dinheiro, com a confecção e a reciclagem de petecas, pião, bolas de gude e rolos de papel. Relata ainda que o material didático da educação empreendedora fez toda a diferença na prática, principalmente com o roteiro de aulas e as informações do passo a passo para realização das atividades;

Trabalhava muito a questão do ganhar dinheiro, principalmente no 3º ano. A gente seguia os livros, com as instruções do passo a passo, como primeiro a ideia de criar um nome, a ideia dos brinquedos que a gente iria criar, preço, estimativa. Depois a gente fazia a simulação já na sala de como seria lá na feira. A gente pegou a temática meio ambiente, reciclagem, lixo e juntou com as sugestões do JEPP, e incorporou tudo para desenvolver em sala (DOCENTE III).

Nesse caso, observa-se que os conteúdos de ensino acerca do empreendedorismo, unificaram-se de modo interdisciplinar como o tema transversal o meio ambiente, geralmente trabalhado na educação regular para reforçar os aspectos da sustentabilidade ambiental. Essa comunicação das atividades, no entanto, é suscitada pelos objetivos e pelas estratégias de ensino do JEPP, de diversas maneiras. Podemos entendê-las tanto como possibilidade dos alunos trazerem os brinquedos reciclados para o ambiente escolar, dando uma nova aparência atrativa e que tenha qualidade vendável, como também, confeccionarem novos produtos através dos recursos didáticos disponibilizado pela escola. Nestes dois casos, exige-se ainda, qualidade e padronização do produto;

As vezes a gente confeccionava o primeiro brinquedo, aí dizia, não está legal, sempre confeccionava assim vários do mesmo tipo, por exemplo peteca, não ia ser só uma peteca, mas como ia para uma feira. Quando fazia o primeiro, aí ia melhorando até chegar ao produto final, porque também tinha a questão da qualidade, não era fazer de qualquer jeito, porque se fizesse tudo mal feito, quando chegasse lá ia vender o que? (DOCENTE III).

A qualidade e a padronização desses produtos reciclados e produzidos através das atividades pedagógicas, apesar de ocorrer no espaço escolar, simula um processo de produção que se realiza na indústria, conhecido como “controle de qualidade”, em que um determinado setor da empresa, com conhecimentos técnicos especializados, adota padrões tanto para a fabricação de seus produtos, como também, na gestão de seus recursos humanos.

Acerca desse procedimento no processo de ensino, podemos focá-los em dois fatores que são guiados pela prática docente da educação empreendedora. O primeiro, exige um grau de criatividade dos educandos para elaboração de um produto ou serviço que seja atrativo para venda, e o segundo, os alunos precisam assimilar os conceitos acerca da gestão comercial ou de pessoas para gerenciar a arrecadação e redistribuí-la em forma de recompensa financeira pelos esforços empenhados nas atividades.

De modo semelhante, a docente do 4º ano, que trabalhou a temática, Locadora de Produtos, menciona que o processo de ensino se fundamentou no desenvolvimento das competências da educação empreendedora, a exemplo, trabalho em equipe, a liderança, como enxergar longe, pensar alto etc. E essa aprendizagem em sala de aula ocorreria mediante a recuperação de produtos usados para venda como CDs, DVDs, aluguel de filmes, e bazar de roupas que faziam parte da vida cotidiana dos alunos, e que em algum momento eles iriam colocar essas experiências de conhecimento em suas vidas no futuro;

Eu achei muito pertinente trabalhar esse tema, porque desperta os alunos para isso, as vezes eles tem vontade de fazer, mas a vontade não é tão grande assim, eu acho que eles não tem a teoria, eles não sabem como fazer, e a partir desse projeto eles aprenderam como fazer, eles se sentiam felizes em aprender como fazer aquilo ali, como gerenciar, eles sentiam quais era as habilidades deles, em que eles poderiam investir mais, quando eles trocaram o CD, os filmes por roupas, eles viram o que era que iam conseguir vender mais (DOCENTE IV).

Incentivar as crianças a pensarem sobre os aspectos técnicos de funcionamento de um plano de negócio, questioná-las acerca do que querem ser quando crescer, no processo de escolarização, é um exercício interessante que demonstra uma noção acerca do trabalho no tempo presente e no futuro. Essa prática comum à educação empreendedora, enfatiza a cultura, os valores, as emoções e os comportamentos dos educandos, instigando a ser protagonista da sua própria história, ou melhor encontrar os caminhos que os levem a transformar seus sonhos em realidade.

A esse respeito Dolabela (2009, p. 174) descreve que “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade”. Portanto, a relação entre o sonho e a realidade mediado pela metodologia da educação empreendedora, precisa adquirir um saber

indispensável, pois somente sonhar não significa para esse autor quase nada. “Ao agir para transformar seu sonho em realidade, a pessoa libera o empreendedor que existe dentro de si”.

Na sua compreensão, a educação escolar deve estimular os alunos a formular seu sonho com foco e objetividade na realização pessoal e coletiva. Dessa maneira, os conhecimentos adquiridos constituem um projeto de vida que não é um emprego, mas um plano de negócio que leva as crianças a desenvolverem seus talentos e criatividade, pensar sobre o futuro e o que fazer ao longo desse caminho.

No 5º ano, a docente que desenvolveu a temática, Sabores e Cores, observa uma autonomia dos alunos em relação à leitura, à escrita e às operações matemáticas. E essa possibilidade favoreceu a interdisciplinaridade entre os conteúdos de ensino da educação regular e o ensino de empreendedorismo, sendo possível estabelecer um diálogo com os alunos acerca de suas experiências com preços, vendas e lucro em produtos alimentícios como bolo, brigadeiros, doces e salgados, “a participação dos alunos envolve os conteúdos da sala normal com o do SEBRAE [...] eles aprenderam a lidar com dinheiro, fazer receita simples pelo livro (DOCENTE V).

Os conteúdos relatados pela docente, estão contidos nos livros didáticos da educação empreendedora, disponibilizados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas com os alunos. Esse material sistematiza tanto as orientações metodológicas de aprendizagem que buscam a aquisição de competências, como também, as receitas dos alimentos, os preços sugeridos e a margem de lucros;

Passava a receita aos alunos, tinha no livro dele e no meu, fazia um bolo, um brigadeiro e dali a gente já ia vender. Eles mesmos vendiam, recebiam o troco e dali a gente via o lucro que a gente teve e o que gastou. Os professores junto com os alunos faziam essa estimativa, tinha um caderno de anotação, tudo era trabalhado junto com eles (DOCENTE V).

Diante esses relatos, é possível observar que o ensino de empreendedorismo delineado pela metodologia da educação empreendedora, caracteriza-se através da categoria empresariamento, perpassando a prática docente e as atividades pedagógicas de forma interdisciplinar e extracurricular. Essa relação exige dos alunos a aquisição de competências e de habilidades voltadas para a gestão de negócios. Percebe-se ainda que, os conteúdos de ensino são divididos por eixos temáticos, e giram em torno da construção de um plano de negócio com produtos e práticas comerciais concretas que se estendem da sala de aula para a comunidade.

No processo de aprendizagem, os alunos são estimulados a desenvolverem ao longo de um determinado tempo, a simulação de uma microempresa para ser apresentada na chamada

“feira do empreendedor”, uma espécie de culminância desse projeto que reúne a maioria dos professores e dos alunos da rede municipal e as pessoas da comunidade. Essa feira tem como objetivo a venda dos produtos e objetos produzidos durante as atividades pedagógicas para os convidados, geralmente familiares e os funcionários da escola.

A venda desses produtos são os resultados do empenho das docentes e dos alunos, que desenvolveram de acordos com as temáticas, uma suposta “empresa”, que fabricou seus produtos, estabeleceu relações com clientes, apreenderam as técnicas de funcionamento, os recursos materiais, os canais de atendimentos, os meios de divulgação, as parcerias, as fontes de lucros e as receitas obtidas.

A proposta revela a criação de um plano de negócio, cuja estratégia sistemática, constitui uma ideia baseada na realidade empresarial de um determinado setor ou ramo de atividade econômica, e nesses aspectos, os conhecimentos acerca da categoria empresariamento transformam uma problemática em solução mediante os recursos reaproveitados, ou seja, uma ideia é materializada em um meio comercial capaz de produzir retorno financeiro. Por exemplo, a problemática da poluição ambiental, descarte de brinquedos e resíduos de informática, ambas trabalhadas pelas docentes do 3º ano e do 4º ano, foi convertida em um plano de negócio com rentabilidade através da coleta e a venda dos produtos reciclados.

Essas atividades de ensino e de aprendizagem constituíram as ferramentas pedagógicas da educação empreendedora e são mencionadas pelas docentes, de certa forma com entusiasmo, pois suas concepções acerca do empreendedorismo apontaram que essa temática possibilitou aos alunos aprenderem a trabalhar com os conteúdos inter-relacionados, a desenvolver um projeto de vida no futuro e a buscar as estratégias que lhes tragam retorno financeiro.

Esses estímulos que fomentaram o processo de ensino e buscaram desenvolver os meios necessários para a formação de práticas comerciais foram incentivados com animosidade pelo Sebrae na Paraíba, em particular no município de Alcantil. Vale destacar que essas iniciativas não se limitam a determinadas regiões geográficas, pois sua abrangência atua tanto no contexto local, como também se estende para as redes estaduais de ensino mediante as parcerias estabelecidas com as secretarias de educação pública. Por meio desse acordo são disponibilizados o material didático, a formação para os professores e uma gama de referências bibliográficas para trabalhar a educação empreendedora em sala de aula.

A esse respeito, tomemos como amostra o livro, Estudos Teóricos Referenciais sobre Educação Empreendedora, publicado pelo Sebrae em 2016, reúne vários autores discutindo o empreendedorismo e a educação empreendedora. O conteúdo traça um panorama dos métodos e das estratégias acerca das competências de aprendizado, enfatizando as “oportunidades de

negócios obtidas pelo desenvolvimento das competências empreendedoras” e a possibilidade de uma adaptação dos sujeitos as novas situações para lidar com as incertezas no campo social (SEBRAE, 2016, p. 69).

A formação da gestão empresarial disposta nesse material didático e nas referências bibliográficas, constituem a lógica funcional do ensino de empreendedorismo na educação, a qual se desdobra tanto na capacitação docente, como também nas atividades pedagógicas, oficinas e aulas práticas. Os(as) alunos(as) são incentivados a buscar a “quebra do paradigma” do processo de aprendizagem da educação tradicional, ou seja, desenvolvem novas habilidades e comportamentos empreendedores para gerenciar a própria vida (pessoal, profissional e social), como menciona o manual do participante para trabalhar com a educação empreendedora, disponibilizados as docentes “o ambiente da aprendizagem deve propiciar que o aluno, através de atividades lúdicas, assuma riscos calculados, tome decisões e perceba, ao seu redor, oportunidades e inovações, mesmo em situações desafiadoras” (SEBRAE, 2012, p. 6).

Esse material didático juntamente com os recursos pedagógicos podem auxiliar os professores e as professoras na sua prática de ensino, no entanto, provoca uma reorientação no seu planejamento pedagógico com foco nas estratégias de aprendizagens voltadas para a criação de planos de negócios e as relações de comércio e serviço, pois pautam-se em atividades como elaboração de pesquisa de preços, princípios acerca do perfil dos clientes, dos fornecedores, dos concorrentes, dos *marketing* e do planejamento operacional. Portanto, é uma simulação real das funcionalidades de uma empresa dentro da sala de aula, que ao final do projeto culmina com a exposição e venda dos produtos.

Nesse sentido, percebe-se que o empresariamento de sujeitos durante a escolarização, é sistematizado para a prática docente por meio da educação empreendedora. E o trabalho pedagógico constitui o desenvolvimento dos atributos de um empreendedor, ou seja, a formação de um comerciante, mesmo em certos limites que apreende a criar estratégias comerciais ao passo que assimila os mecanismos funcionais de uma empresa.

Por se tratar de uma formação escolar para os sujeitos se tornarem empreendedores, cabe uma ressalva para distinguir a relação entre um empreendedor de um trabalhador, primeiro porque, para os ideólogos do empreendedorismo, a educação empreendedora forma empreendedores que vão atuar com a gestão de negócios. Segundo, os pequenos comerciantes em diversas circunstância no setor formal e informal caracterizam a função de um trabalhador, podendo até ser chamados de empresários, mas que não possuem os meios de produção. Por último, não exploram a força de trabalho de outros indivíduos, são a própria força de trabalho,

portanto são trabalhadores informais que criam suas próprias alternativas de subsistência a margem do modo de produção capitalista, como qualquer outro sujeito quando se encontra acuado e excluído das possibilidades de trabalho, são obrigados a se rearranjarem mesmo em condições difíceis suscitadas pelo desemprego, pelas crises econômicas e pela desestruturação de políticas públicas, e por isso, não são definitivamente empreendedores, e sim trabalhadores que desempenham atividades de baixas remunerações, temporárias e de serviços precários.

Essa realidade é uma consequência das relações capitalistas que provocam a desestruturação social e as pessoas são compelidas a se organizarem conforme as possibilidades. Essa reação se caracteriza como um fenômeno não típico ao capitalismo produtivo porque não acumula riqueza com a mesma eficiência da indústria formal moderna, mas em termos de acumulação do capital, funciona sob a lógica das corporações empresariais.

No que diz respeito aos sujeitos que possuem pequenos meios de subsistências, definidos equivocadamente como empreendedores, estes nascem das necessidades reais e concretas e se estabelecem nestas mesmas condições, por sua abrangência local, caracterizam-se pela compra e venda de produtos e serviços interlocal, concentram-se em praças, vilarejos, bairros ou em pequenas cidades com números não tão expressivos de sujeitos que compartilham dessas mesmas condições de existência. Independentemente de serem empreendedoras ou não, as pessoas são criativas e tem capacidades de viverem sem as amarras das relações entre trabalho e produtividade, e nesse sentido, os órgãos internacionais, citados anteriormente, defendem que o empreendedorismo tenha em vista, não só o aspecto da subsistência, mas também fazem apelos para formalidade personalidade jurídica que submete os indivíduos ao controle regulatório do capital. Na prática, é por meio da informalidade que ocorre uma melhor equidade na distribuição de renda, visto que atinge a massa da população mais pobre, em que as relações comerciais são intercomunitárias.

A categoria empresariamento na educação constitui a formação de empreendedores porque nessa relação, é viabilizado por meio das ferramentas conceituais necessárias para a abertura de empresas e gestão de serviços e produtos, assim como, estimula o mercado para o capital monopolista das corporações empresariais instaladas no território nacional, e das multinacionais que tem ganhado espaços cada vez mais com a globalização.

O empresariamento estimula além da qualificação empresarial, o consumo e a financeirização de bens e serviços estrangeiros. Isso sugere que o empreendedorismo não é uma concepção teórica para a educação, mas uma “filosofia” de base econômica, cujos interesses em jogo, são atrair investidores na economia e nos financiamentos em setores brasileiros, especialmente na educação para posteriormente encontrarem o caminho livre para a

comercialização de serviços e produtos, afinal de contas, a base ideológica já está se consolidando por meio da educação empreendedora.

Esses pressupostos nos fazem refletir a respeito da finalidade da educação empreendedora na educação pública, pois o que está sendo possibilitado no contexto de ensino, mediante às flexibilidades dos conteúdos pedagógicos, representa uma lógica empresarial na escolarização de sujeitos. O agravante é que essas atividades constituem uma extensão das relações entre trabalho e produção, e se apresentam abstratamente como um projeto inovador, criativo e diferenciado ao modelo atual de ensino. Cabem-nos questionar então, os condicionantes políticos e econômicos que mascaram essa realidade, as explorações da mão de obra, a precarização do trabalho e tantos outros aspectos que perpassam a prática docente de forma sutil.

A reprodução dessa lógica empresarial vincula-se diretamente à escola e à sociedade que a mantém, e neste aspecto constitui tanto o processo de formação sociocultural dos indivíduos, como também o produto resultante da educação. Logo a escola neste ponto de vista, está legitimando uma lógica de conhecimento excludente, sobre o qual devemos partir para compreendermos que a prática social dos sujeitos em formação, independentemente de estarem conscientes ou não desse processo, expressam a “forma de estar sendo dos seres humanos, como seres sociais, históricos, seres fazedores, transformadores, que não apenas sabem mas sabem que sabem”, (FREIRE, 2011, p. 75).

Assim, o empresariamento concebido no processo de escolarização de sujeitos mediado pela educação empreendedora acima, inicia-se nos primeiros anos de escolaridade e tende a caminhar para os demais níveis de ensino, com características denominadas de atitudes empreendedoras, estas constituem um conjunto de habilidades e de competências que instituem os critérios empresariais que objetivam reestruturar e avaliar a instituição educacional em uma dimensão neoliberal. Implica-se afirmar que a escola juntamente com os docentes, educandos, e as suas relações de trabalho e formação socioeducacional serão avaliados e estruturados de acordo com os parâmetros da produtividade e eficiência empresarial.

Para Kuenzer (2002, p. 59), este enfoque instiga além do aspecto empresarial, a relação entre trabalho e educação, na qual a escola assume a função de preparar os trabalhadores para o mercado de trabalho, e ação se coaduna, a princípio, com o capitalismo industrial em que a burguesia precisa de um tipo de ensino que estimule as múltiplas aptidões e as capacidades humanas, “são as relações sociais e técnicas de produção que educam o trabalhador e se, no modo de produção capitalista, estas relações se caracterizam pela divisão e heterogestão, encontra-se aí, [...] o fundamento da pedagogia do trabalho capitalista”.

A esse respeito Melo, (2010, p. 189) sinaliza que a escolarização de sujeitos, uma vez configurada em função dos conceitos de formação para a abertura de empresas e comercialização de produtos e serviços, bem como para o desempenho de determinadas funções no mercado de trabalho, “desloca para o indivíduo a responsabilidade pela construção de sua carreira dentro e fora das empresas, dependendo das iniciativas e condições individuais para fazer acontecer o sucesso e realização profissional”.

Portanto, a escola enquanto espaço de produção e difusão de conhecimento é alvo de uma correlação de força, que exige organização didática e pedagógica para mediar os interesses do capital. Todo o processo de escolarização de sujeitos não se deve ajustar ao modo de produção em que predomina a transmissão de conhecimentos articulando a prática social dos indivíduos ao encadeamento produtivo, mas sim possibilitar aos sujeitos através das ferramentas de aprendizagem multidisciplinar, compreender a lógica produtivista que articula a estrutura social e a sua própria formação.

Com essa análise não esgotamos a discussão acerca do conceito de empresariamento na educação, apesar de que observamos a dimensão das concepções docentes, e ressaltamos que essa categoria perpassa o processo de escolarização de sujeitos mediante as atividades pedagógicas e assume um caráter imediatista para atender as expectativas do capitalismo. Associado a esses aspectos, temos ainda o fenômeno da financeirização da educação articulada aos interesses de grupos empresariais, os quais têm se fortalecido nos parâmetros produtivistas, tanto com as parcerias e o controle do sistema de editoras e a produção de material didático para as esferas públicas e particulares em seus níveis e modalidades de ensino, como também, enquadram a educação em concepção monetária, com a venda de ações relacionadas à educação em bolsa de valores, ou seja, o capital financeiro determinando o rumo econômico e político da educação brasileira.

4.2.3 A empregabilidade para inserção no mercado de trabalho

A empregabilidade é uma expressão utilizada no mundo do trabalho e está associada à capacidade de uma pessoa obter um emprego e se manter nele. Na educação, especialmente no Ensino médio e na Educação Profissional, essa categoria assume características relacionadas tanto às competências técnicas vinculadas às profissões e ao profissionalismo, como também ao perfil comportamental requerido dos jovens para sua inserção no mercado de trabalho. Tal relação, exige simultaneamente, a capacidade e a flexibilidade dos educandos em se adaptar

às evoluções socioeconômicas, ou melhor, às relações de produção que reivindicam um grau de inteligência cada vez mais competitivo aos indivíduos.

Para Saviani (2013a, p. 20) a empregabilidade foi um “fator de desenvolvimento tanto pessoal como social, suscetível de agregar valor ao indivíduo”. Suas bases estão fundamentadas na teoria do capital humano, reforçada pelos princípios da educação tecnicista e reprodutivista nas décadas de 1970 e 1980, a qual instituía ao processo de ensino-aprendizagem, uma relação de valor econômico entre a formação escolar de sujeitos e o mercado de trabalho.

Essa interpretação, vem sendo correlacionada diretamente à questão da qualificação profissional e à capacidade produtiva de cada indivíduo. Constitui, portanto, um conjunto de atitudes vinculadas a versatilidade, a autonomia e a potencialidade dos sujeitos no âmbito do mercado de trabalho. Na educação básica pública, com destaque ao ensino fundamental, essa relação reproduz os meios de aprendizagem emprestados pela metodologia de ensino do empreendedorismo, a qual assume conotações que legitimam a formação educacional, defendendo o discurso de que, a escola promove os caminhos necessários para descoberta de uma vocação profissional coerente com o perfil de cada sujeito.

Apesar da empregabilidade aparecer com mais evidências no ensino médio, nos cursos técnicos, profissionalizantes e no ensino superior, observamos que essa categoria também reflete seus pressupostos por meio da educação empreendedora nos anos iniciais do ensino fundamental, manifestando características relacionadas as competências profissionais, como disciplina, autonomia, planejamento e proatividade. Esses aspectos no processo de ensino são articulados por meio de aulas expositivas, trabalho em grupo e amostra em oficinas pedagógicas que correspondem aos conteúdos de empreendedorismo ministrados pelas docentes. Em relação às habilidades, estas se pautam na comunicação e na interação entre os educandos, e são norteadas pelos pilares da educação destacado por Delors, em particular, o aprender a fazer, como analisaremos a seguir, nas concepções docentes acerca das atividades pedagógicas desenvolvidas com as turmas do 1º ano ao 5º ano.

A docente que trabalhou com os conteúdos de ensino na temática, Ervas Aromáticas, relata que a dinâmica de trabalho esteve voltada para a realidade do aluno, e essa percepção levava em consideração o mercado de trabalho e o que poderia ser despertado através das atividades de leituras, escritas, oficinas e aquisição do comportamento empreendedor, como organização da rotina e os exercícios propostos para estimular as habilidades em alguma área do conhecimento;

A gente faz uma ligação do que a gente está expondo, com o que ele está apresentando a partir de suas habilidades, o que eles repassam em sala de aula, aquele que é mais ativo, aquele que é mais esperto [...] é uma forma de incentivar a criança desde cedo a ter um bom desempenho profissional no futuro (DOCENTE I).

Trabalhar o próprio ambiente dos educandos parece uma característica inerente ao propósito da empregabilidade de sujeitos, embora percebemos que as atividades mediadas pela educação empreendedora, buscaram contextualizar algumas formas de trabalho e os seus aspectos socioculturais que se distanciaram das práticas laborais predominantes no município de Alcântil. Enquanto os conteúdos de ensino do empreendedorismo focaram-se em práticas comerciais relacionadas à culinária, à sustentabilidade ambiental e à tecnologia da informação e comunicação, os principais meios de subsistência dos alunos e de seus familiares estavam mais próximos da indústria têxtil, da criação de animais e do cultivo de plantações em períodos de inverno, como por exemplo os empregos autônomos de corte e costura que empregam um percentual significativos de trabalhadores e trabalhadores, tanto em Alcântil, como também nos vilarejos e zonas rurais circunvizinhas.

As atividades de ensino nesse contexto abordaram assuntos voltados para o trabalho no campo e na cidade, destacando de modo mais específico, as formas como são cultivados os temperos naturais, a exemplo do coentro, a alface, o pimentão, a cebola etc. Para a docente, a empregabilidade demonstra uma ligação entre os conteúdos temáticos propostos pelo empreendedorismo e a realidade fora da escola;

A gente trabalhava dentro da sala de aula, como também saía, ia para o supermercado, e fazia alguma atividade que era para eles pesquisarem lá fora, que estimulasse os alunos a ter mais força de vontade para procurar uma alternativa de trabalho em qualquer área, no caso dos temperos, fazer um plantio e sobreviver dele (DOCENTE II).

A esse respeito Fraiman (2013, p. 238) faz uma distinção entre o termo, empregabilidade, usado para definir “o valor que um profissional tinha no mercado de trabalho”, e menciona que atualmente é preferível que se utilize a expressão “trabalhabilidade” para referir-se à essa capacidade que uma pessoa dispõe para “conseguir oportunidade de trabalho, por meio de empregos formais, prestação de serviços, concursos, ou o seu próprio negócio exercendo o empreendedorismo”. Para esse autor, as mudanças que vêm ocorrendo no mercado de trabalho com surgimento de novas profissões, novas demandas e o desaparecimento de ocupações não existe a profissão do futuro, e sim um profissional com alta trabalhabilidade, ou seja, um indivíduo que possui capacidade de atrair visibilidade através de uma postura empreendedora adquirida durante a formação escolar.

Observa-se uma relação próxima entre essa interpretação de Fraiman e os conteúdos desenvolvidos pelas docentes no ensino fundamental, especialmente nos aspectos que englobam as competências voltadas para as profissões. A exemplo, a professora que trabalhou com a temática, Brinquedos Ecológicos, menciona que o material didático da educação empreendedora, “já vem com todo um roteiro de aula para você ir trabalhando nessa expectativa, de já preparar o aluno para o mercado mesmo, a partir dali, já são os primeiros passos dele aprender e saber como ganhar dinheiro” (DOCENTE III).

Essas características também foram relatadas pela docente que trabalhou a temática, Locadora de Produtos, pois ela descreve que durante as suas atividades pedagógicas com o material didático da educação empreendedora com os alunos, levou em consideração a dimensão do contexto dos trabalhos dos alunos e de seus familiares de acordo com a realidade local;

A educação empreendedora tem uma preocupação de observar mais a regionalidade, as fontes de renda, a cultura do povo, é mais localizada e mais próxima do aluno, envolve os moradores e os pais dos alunos [...] com certeza essa educação dará suporte sim, sem dúvida nenhuma para os alunos ingressarem no mercado de trabalho, mesmo sendo no Ensino Fundamental (DOCENTE V).

Dessa forma, o material didático da educação empreendedora, desperta não só as competências para a criação de negócios, mas também inter-relaciona essa proposta pedagógica como uma extensão alternativa que levem os alunos a ingressarem futuramente no mercado de trabalho. No entanto, sabemos que esses aprofundamentos são desenvolvidos nos anos finais da educação básica, mas a forma e os conceitos estão sendo inseridos na prática docente já nos anos iniciais do ensino fundamental, e estas professoras desenvolveram esses conteúdos de ensino do empreendedorismo em seus planejamentos, de modo interdisciplinar e extracurricular, sem perceberem que a finalidade do projeto se pauta em visão de formação escolar reprodutivista, com a intenção de consolidar a cultura empreendedora como prática de ensino, cujos princípios representam a imposição de uma classe dominante conservadora, que por meio da educação busca reproduzir as competências cognitivas e sócio interacionista exigidas pelas relações de trabalho, assim como a pregação de uma ideologia para salvaguardar as condições de exclusão e de dominação do sistema capitalista.

Observa-se então que a categoria empregabilidade no processo de ensino, é uma vinculação entre a educação e o setor produtivo, porém revestida por uma ideologia que delinea os parâmetros para a formação de sujeitos, bem como, expressa as estratégias das habilidades e das competências profissionalizantes requisitadas pela lógica de produção. Isso demonstra

que o mercado de trabalho está em constante mudanças, e esse foco no desempenho das habilidades requisitado nas atividades pedagógicas acompanha o paradigma das profissões em evidência, as quais exigem uma força de trabalho que atendam o perfil das qualificações técnicas solicitadas pelas corporações empresariais.

No entanto, esses pressupostos expressam na aparência, uma conotação “falseada” de sua estrutura funcional, tanto é que, mesmo sendo questionadas acerca das contradições no ensino de empreendedorismo, as docentes não apontaram essas divergências nos relatos, bem como os condicionantes políticos e pedagógicas que representam a lógica produtivista, mantiveram-se implícitos, ou seja, as docentes sabiam que existia uma instituição promovendo a metodologia da educação empreendedora no ensino fundamental, mas não sabiam quais os seus interesses e finalidades, seus fundamentos teóricos e práticos, e qual classe seria beneficiada nessa relação de formação educacional.

Na compreensão das docentes, o empreendedorismo se manifesta como alternativa escapatórias ao desemprego, e uma possibilidade dos alunos e das alunas assimilarem os conhecimentos necessários para criarem no futuro um plano de negócio, uma alternativa de subsistência, enfim, um projeto de vida diante das dificuldades locais e que virão ao longo de suas vidas. Porém, essa interpretação evidencia os mecanismos de controle e manutenção do social, como as competências de liderança, de autonomia e individualidade apresentadas na proposta metodológica da educação empreendedora.

Essas características representam a estrutura social constituída a partir da classe que detém os meios de produção, e as contradições em relação às formas de controle, tanto no caráter material, como ideológico, definidos pelo empreendedorismo, delineiam-se na prática social de modo articulado como o processo de reprodução do capitalismo. Podemos considerar que esses aspectos são apresentados na proposta didática da educação empreendedora, mas também constitui a lógica da empregabilidade, como atividades aligeiradas, pautada na flexibilidade das relações de trabalho, com foco no controle técnico e racional da mão de obra por meio das ferramentas tecnológicas, formação de sujeitos com domínio na área de atuação e relação colaborativa entre empregadores e empregados.

Como analisa Frigotto (1997, p. 45) a formação de sujeitos para o mercado de trabalho, mesmo sendo nos anos iniciais, retrata os elementos para a competitividade e reestruturação produtiva, e para tanto perpassa abstratamente a estrutura curricular da educação básica, sobrepondo-se ao processo de ensino-aprendizagem com objetivos direcionados para a empregabilidade, “dá-se mediante métodos que buscam otimizar tempo, espaço, energia,

material, trabalho vivo, aumentar a produtividade, a qualidade dos produtos e, consequentemente, o nível de competitividade e de lucro”.

5 AS CONCEPÇÕES DOCENTES ACERCA DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO EMPREENDEDORISMO

Neste capítulo, tentaremos sintetizar os elementos constitutivos do empreendedorismo e suas contradições delineadas no processo de ensino-aprendizagem. Viemos sinalizando ao longo desse trabalho que esses elementos podem ser definidos da seguinte forma:

- a) Primeiro: a educação burguesa, pelo fato de adaptar um modelo de gestão empresarial para ser desenvolvido no processo de escolarização de sujeitos;
- b) Segundo: a ideologia dominante, pelo fato de direcionar a aprendizagem em razão de conteúdos que foram produzidos por uma classe dominante e que está à frente dos meios de produção;
- c) Terceiro: os fundamentos neoliberais, pelo fato de foca-se no processo de construção de conhecimentos de modo consensual, naturalizando as relações contraditórias de exploração e de dominação do capitalismo, e responsabilizando os indivíduos durante a formação escolar pelo sucesso de sua carreira no futuro;
- d) Quarto: à educação empreendedora, pelo fato de sistematizar os fundamentos do empreendedorismo em uma metodologia de ensino com objetivos e finalidades para atender aos requisitos da reprodução do modo de produção capitalista, subdividindo-se em três termos chaves no processo de ensino, a reprodução, o empresariamento e a empregabilidade.

Observamos no capítulo anterior, que a educação empreendedora é uma extensão do quarto pilar, o aprender a fazer, para a educação no século XXI, destacado por Delors. Vem sendo divulgada pela ideologia burguesa, como uma prática de ensino inovadora que estimula as competências, as habilidades e o comportamento empreendedor dos indivíduos. Sua metodologia, está focada no desenvolvimento de competências de aprendizagem cognitivas e não cognitivas, sendo essa última, direcionada ao campo empírico dos educandos e das educandas, em que é abordado no processo de formação escolar, as relações com a auto percepção e as oportunidades de negócios nos meios comerciais, fato que exige um grau de inovação, proatividade e perseverança por parte dos sujeitos envolvidos.

5.1 Do aprender a fazer para a educação empreendedora

A aproximação das docentes com a educação empreendedora no município de Alcântil ocorreu através do Sebrae, especialmente no curso de formação promovido pelo JEPP. Na

compreensão das professoras, essa prática de ensino foi “inovadora, participativa e dinâmica”, pois possibilitou aos alunos um futuro esperançoso, trilhado por novos conteúdos, e envolveram relação de participantes nas aulas, de modo que os educandos aprenderam com facilidade a assumir responsabilidades pelo seu próprio sucesso no futuro e nas conquistas pelos esforços empenhados.

Para as docentes, essa prática promoveu, tanto a flexibilidade dos conteúdos que puderam ser desenvolvidos de modo interdisciplinar, juntos aos componentes curriculares da educação regular, como Português, Matemática, Ciências, Geografia e História, como também, o compartilhamento das experiências dos educandos com seus familiares, por meios dos produtos que foram criados e recuperados nas atividades pedagógicas, e em seguida postos à venda com preços fixos, tabelas, estimativa de lucro e uma previsão onde seria investido os recursos financeiros, portanto essas relações “possibilitaram criar estratégias de aprendizagem no processo de ensino e estimular as habilidades e competências individuais” (DOCENTE IV).

Esse sentimento de autossatisfação com a educação empreendedora, foi precipitável também no diálogo com os gestores e as gestoras das escolas visitadas, pois demonstraram, assim como as professoras, motivações que auxiliaram no desenvolvimento da metodologia de ensino e a sua incorporação no calendário escolar, definindo inclusive as datas e os dias na semana que iriam ser ministrados os conteúdos de empreendedorismo na rede de ensino.

Em relação, ao aprender a fazer, Saviani (2013a, p. 383), analisa que do ponto pedagógico, para a pedagogia tradicional a questão central estava no “aprender”, para a pedagogia nova, o foco direcionava-se para o “aprender a aprender” e para a pedagogia tecnicista, a atenção é dirigida no processo de ensino-aprendizagem para o “aprender a fazer”.

Esse autor também reforça no livro, *Pedagogia Histórico Crítica*, que essa discussão teve início na década de 1960, quando a escola nova apresentou sinais de crise, e abriu espaço para que a pedagogia tecnicista impusesse suas configurações. Primeiro, com a Lei nº 5.540 de 1968, que reestruturou o ensino superior. Segundo, com o parecer nº 252 de 1969, que reformulou os cursos de Pedagogia, lançando as bases de uma formação técnica e habilitações profissionais que se dividiam em formação básica e formação geral. Terceiro, com a Lei nº 5.692 de 1971, que legitimou a profissionalização do ensino de 2º grau. Portanto, esses aspectos na educação brasileira se fortaleceram inspirados na “assessoria americana, através dos acordos MEC-Usaid, centrada nas ideias de racionalidade, eficiência e produtividade, que são as características básicas da chamada pedagogia tecnicista” (SAVIANI, 2013b, p. 77).

Por essa razão, justificamos que educação empreendedora retoma os princípios do quarto pilar, o aprender a fazer, e alimenta os conceitos da pedagogia tecnicista, primeiro,

porque articula o processo de ensino ao campo produtivo, seja a criação de empreendimentos pequenos, de médio ou grande porte, seja a formação para inserção no mercado de trabalho, segundo, enfatiza que as atividades pedagógicas ocorram por meio da investigação na prática, ou seja, os educandos indo à campo e refletindo sobre seus próprios comportamentos.

Observamos que esses aspectos estiveram presente em especial, a partir do 3º ano do ensino fundamental, em que segundo a docente (DOCENTE III) há uma desenvoltura na forma de trabalhar as atividades com os(as) alunos(as), visto que estes “apresentam devido à idade, um maior entendimento acerca dos produtos, conhecem vários tipos de comidas, brinquedos, jogos e até preços”, e essa assimilação facilitou o desenrolar das propostas didáticas da educação empreendedora, sendo possível inclusive mais rapidez na apreensão dos conceitos, constituindo dessa forma uma relação interdisciplinar, pela qual a aprendizagem estimulou os alunos a saírem da teoria para a prática, a exercitarem as habilidades de vender, a lidar com dinheiro e a conhecerem os meios de comércio na comunidade.

Essa fluidez nas atividades destacada pela docente, é possível porque os conteúdos de ensino da educação empreendedora são contemplados no livro didático da educação regular, apesar de que, a diferença consiste na metodologia de ensino. Enquanto a educação empreendedora foca nas habilidades e nas competências dos educandos, destaca os aspectos empíricos da prática, e os conceitos são direcionados para uma formação do comportamento empreendedor, assim como a inserção sustentável no mercado de trabalho, a educação regular aponta para a continuidade do ensino, a formação continuada e uma diversidade de conteúdos com objetivos multiformativos, enfatizando, portanto, os aspectos ideológicos e os condicionantes que circundam o mundo do trabalho.

Em termos didáticos e pedagógicos, enquanto a educação empreendedora se foca nos gastos com a receita do bolo e no lucro após a venda do produto, a educação regular destaca a matéria prima, os nutrientes, os minerais e as vitaminas utilizadas para fazer um bolo. Enquanto a educação empreendedora se preocupa com o *marketing* pessoal, a articulação das palavras, a persuasão por meio da linguagem, a educação regular aborda a morfologia gramatical e a etimologia das palavras, buscando seus significados, o sentido cultural, o trabalho em cordel etc.

Em certos limites, podemos pontuar que a proposta didática da educação empreendedora para o processo de ensino-aprendizagem, gira em torno da categoria empresariamento, a qual em função de sua dinamicidade se sobrepõe na maioria das atividades pedagógicas, incentivando os alunos e as alunas a buscarem o autoconhecimento, o espírito de coletividade e uma tendência a encarar os desafios vinculados ao campo das profissões.

A este apontamento, cabe uma reflexão acerca do rumo da educação para as próximas décadas do século XXI, em relação tanto a função social da escola como instituição socializadora dos conhecimentos produzidos historicamente, como também, ao processo de formação de sujeitos suscitado pelo ensino de empreendedorismo, considerando as relações entre a educação e o trabalho que se delinearão a partir dessa nova prática pedagógica, tendo em vista que, os avanços das tecnologias físicas, digitais e biológicas que permeiam o contexto educacional exigem um perfil de educando condizente com o ritmo de desenvolvimento do capital.

Embora essa reflexão tenha algumas limitações em virtude das possibilidades materiais e do tempo previsto para aprofundarmos a investigação, essa não é uma razão para admitirmos uma ruptura de paradigmas no modelo de ensino atual. No entanto, observamos ao longo dessa análise, mudanças bruscas na forma como está sendo concebida a formação escolar dos sujeitos, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental, atrelada ao cenário econômico capitalista e caracterizado por atividades pedagógicas aligeiradas, imediatistas, com abrangências a uma fração maior de indivíduos, e essa tendência vem ganhando dimensões não mensuráveis na educação básica, e se fortalecendo nos demais níveis e modalidade de ensino.

Essa indicação nos preocupa porque o setor público de ensino, está aderindo a essa lógica neoliberal sem compreender as circunstâncias políticas e pedagógicas em que tais propostas estão embasadas. Formando os sujeitos para uma realidade que do ponto de vista econômico, serão inseridos nas relações de trabalho e de produção para continuarem reproduzindo a competitividade, a exclusão social e um processo de marginalização baseado em aspectos meritocráticos.

O empreendedorismo vem se inserindo no currículo escolar da educação pública através da educação empreendedora como uma alternativa para estimular o desenvolvimento de competências e despertar a competitividade entre os educandos. E essa relação ocorre de acordo com as habilidades e as aptidões vocacionais demonstrada pelos alunos durante o processo de aprendizagem, o que implica dizer que essas vocações partiram de uma lógica sistematizada no modo de produção capitalista, e não das necessidades constituídas em cada indivíduo ao longo da formação educacional.

A respeito dessa lógica produtivista, é importante mencionarmos também que a ideologia que alimenta o empreendedorismo na educação pública, tem seus fundamentos teóricos na sociologia clássica weberiana e na economia clássica de Cantillon e Schumpeter, e ancora-se nos princípios do neoliberalismo definidos nas políticas públicas promovidas pelas Nações Unidas para a educação brasileira. No entanto, esses pressupostos se correlacionam

abstratamente na prática social e, de um lado, expressam as decisões políticas e ideológicas da classe dominante e, de outro lado, impõem a submissão da força de trabalho composta por uma massa de sujeitos, diante um cenário de negação, exclusão, dominação e exploração. Portanto, por trás da ideia do empreendedorismo enquanto uma alternativa de subsistência, prevalece um processo de controle do mercado de trabalho, cujo paradigma tem ganhado dimensão sendo legitimado pelo neoliberalismo.

No caso do município de Alcântil, observa-se nos relatos das docentes que essa temática se vincula a esses fundamentos, e é reforçada pelas concepções defendidas por Dolabela, Fraiman e Lopes. Estes autores defendem a inserção do empreendedorismo na educação, seja na rede pública, seja na rede particular, como estratégias de formação de sujeitos para articular os conhecimentos acerca da gestão de negócios e a vida cotidiana dos alunos.

Essa observação aponta ainda que a educação empreendedora se divide em três categorias no processo de ensino-aprendizagem, a reprodução, o empresariamento e a empregabilidade. E a articulação dessas categorias delineiam-se em dois enfoques, o primeiro ressalta os conhecimentos acerca da gestão empresarial para abertura e funcionamento de uma empresa, o qual tem se sobreposto à prática docente e aos conteúdos curriculares, e o segundo, que a educação empreendedora está sendo concebida pelas docentes como um método de ensino inovador, atrativo e com resultados imediatos.

Em relação aos elementos constitutivos do empreendedorismo no processo de ensino, mencionados anteriormente, observamos que há uma supervalorização dos conteúdos pedagógicos pelas docentes em função de sua eficiência, imediatismo e resultados aparentes, posto que a metodologia explora o desenvolvimento de um conceito e a partir dessa definição estende-se para a prática que permeia a realidade dos(as) educandos(as), com destaque para a percepção do ganhar dinheiro, da criatividade nos negócios e do *status* profissional, e dessa forma, o foco da aprendizagem concentra-se incisivamente na aquisição de habilidades e competências que são atributos elementares do comportamento empreendedor.

Isso sugere que o ensino de empreendedorismo caminha de forma naturalizada no trabalho docente, mediante a reprodução de uma prática que utiliza os espaços da educação pública para justificar que a escolarização de sujeitos, está baseada na aquisição de habilidades e de competências para fortalecer o projeto de vida dos alunos, e isso os torna dependente do empresariamento e da ideia de decidir sobre o próprio destino, uma vez que as atividades de aprendizagem se configuram de forma articulada a questão empresarial e a formação profissional para inserção no mercado de trabalho.

No tocante às ferramentas pedagógicas, observamos que os conteúdos de aprendizagem da educação empreendedora são pautados em dinâmicas expositivas e interativas que exploram a autonomia dos educandos, a participação, a coletividade, e visando situações problemas relacionadas tanto com a prática do comércio e venda de produtos, como também ao contexto das atividades relacionadas ao mercado de trabalho.

Percebe-se que os conteúdos didáticos são atrativos com ilustrações, objetivos e estratégias bem definidas, são desenvolvidos de modo transversal com as demais disciplinas e direcionam os conceitos acerca do funcionamento de um empreendimento, bem como objetivam construir mediante a escolarização, as habilidades individuais para administrar negócios, convencer pessoas à prática comercial etc. Nesta lógica, a aprendizagem é reforçada por meios das atividades de campo, em que a motivação dos alunos ocorrem através de resultados rápidos e interdisciplinares, tanto entre os conteúdos, como também na interação dos sujeitos, ao juntar diversas turmas em um único espaço para a culminância do projeto, em que são apresentados os produtos a serem vendidos.

Em relação a avaliação da aprendizagem no ensino de empreendedorismo, as docentes relatam que se pautou nos relatórios predefinidos, em que são preenchidas as habilidades adquiridas pelos alunos e pelas alunas ao longo do projeto. Baseia-se na observação do desempenho de cada temática, expondo os aspectos da autonomia e a desenvoltura em relação as atividades apresentadas, o domínio de conteúdo, as habilidades com o tema etc.

A partir dessa síntese, acreditamos que já seja possível afirmar que, o ensino de empreendedorismo é uma prática com requisitos imediatistas. É um lapso de ensino recheado de esperança que deixa em segundo plano o processo multiformativo dos educandos. No entanto, torna-se necessário, daqui a alguns anos, uma investigação acerca da materialidade dessa proposta, uma vez que o produto resultante dessa relação, é a própria formação socioeducacional dos sujeitos que foram estimulados para a prática comercial, e por isso, as configurações que nortearam essas experiências, se desdobrarão nas relações de trabalho destes educandos.

5.2 As contradições acerca do ensino de empreendedorismo no trabalho docente

Tentaremos sintetizar neste subcapítulo como os elementos constitutivos do empreendedorismo perpassam o trabalho docente sem demonstrar suas contradições. Para isso, recorreremos a definição elaborada por Saviani (2013b, p. 13) ao analisar que a natureza do trabalho humano, não é dada ao homem, e sim produzida historicamente por meios de suas

relações sociais, e nesse contexto, “o trabalho educativo é o ato de produzir direto e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelos conjuntos dos homens”.

A esse respeito, consideramos pertinente fazermos uma distinção entre trabalho produtivo e não produtivo, visto que no modo de produção capitalista, a educação é concebida como uma relação de produção não material, ou seja, trata-se da produção de ideias, conceitos, valores, hábitos, símbolos, atitudes, cultura etc. No entanto, nessa modalidade, o trabalho educativo, sendo um produto constituinte da educação, localiza-se no caso em que o produto não se separa do ato de produção, pois “situa-se na categoria de trabalho não material” (ibid., p. 10).

O trabalho docente diz respeito ao objeto da educação, e tem como principal função social, compartilhar os conhecimentos constituídos historicamente em saberes sistematizado que são estruturados em conteúdos pedagógicos de ensino. Os conhecimentos que compõem a prática educativa compreendem um conjunto de atividades nucleares desenvolvidas na escola e assimilados pelos indivíduos em suas mais diversas formas. Entretanto, ao passo que possibilitam a aprendizagem e a apropriação das ferramentas de luta e reivindicação pela emancipação social, mediante a escolarização, esses saberes também naturalizam seus próprios condicionantes políticos, como a luta de classes e as formas de controle, a exclusão social, a produtividade e a submissão imposta pelas relações de produção.

Esses questionamentos, tencionam a função social, política e pedagógica do trabalho educativo e da educação pública, visto que esta continua reproduzindo silenciosamente as ideias e as relações de dominação no âmbito do trabalho docente e da aprendizagem. Por isso, preservar a função social da educação tem sido uma caminhada árdua, frente às configurações delineadas com essas novas metodologias de ensino implementadas na prática docente, assim como, os desafios suscitados nos meios de aprendizagem, inclusive com as tecnologias digitais e de comunicação.

Observamos que o trabalho docente articulado por essas práticas de ensino, em particular, os critérios estabelecidos pela educação empreendedora, reproduzem o empresariamento e a empregabilidade de sujeitos. Entretanto, essas ações não surgem da necessidade de transformar a realidade em função de sua existência, mas da capacidade compelida à classe dominante de manter o controle social sobre a classe dominada, da qual o professor, enquanto trabalhador, faz parte.

Em relação às contradições acerca do ensino de empreendedorismo, observa-se um consenso na maioria dos relatos das docentes, primeiro, porque o definem como uma ação

inovadora, transformadora e capaz de promover a aprendizagem de conceitos e execução imediata na prática. Segundo, as docentes apresentaram dificuldades para expor a origem histórica do empreendedorismo, ou seja, seus fundamentos teóricos, ideologia e finalidade. Predominou no entanto, uma coerência entre o plano teórico e o plano prático desenvolvido pela metodologia da educação empreendedora, pois reproduziram as atividades pedagógicas proposta pelo material didático, seguindo o passo a passo, sem perceberem seus condicionantes, históricos, políticos e econômicos.

Utilizamos o termo consenso da maioria, embora não mencionaremos todos os relatos para justificar essa afirmativa. Elencamos um recorte na fala de uma docente que sinaliza esse ponto em comum nas demais interpretações. Essa professora ao ser indagada sobre o ensino de empreendedorismo no trabalho docente, sinaliza que essa prática pedagógica possibilita aos sujeitos em formação, apreenderem os conceitos e as estratégias que lhe darão no futuro “chances de superar as fragilidades e as dificuldades sociais, ao ponto de conseguirem montar um meio de sobrevivência”, seja a criação de um pequeno empreendimento comercial, seja a inserção no mercado de trabalho em razão da qualificação ofertada pela aquisição das competências e das habilidades trabalhadas no processo de ensino (DOCENTE III).

Essa justificativa é possível porque tanto a formação docente, quanto o material didático disponibilizado aos (as) professores (as) apresentam uma interpretação unidirecional, ou seja, um direcionamento dos conceitos que partem da teoria para a prática, seguindo as orientações estabelecidas pela educação empreendedora. Seguem os trâmites para uma reprodução direta dos conteúdos de ensino.

No entanto, apenas a docente do quarto ano, reconhece o perigo imbuído na sua fala quando trabalhou com a educação empreendedora no processo de ensino, apesar de que, foi o momento ela se depara com poucas alternativas e preocupadas com seus alunos, a professora ressalta que a educação empreendedora pode ser uma solução de imediato, mas a longo prazo o professor tem um peso imperceptível na formação dos alunos;

O trabalho docente é muito importante, muito sério porque você sabe que a sua fala está formando pessoas, você sabe que a sua fala, ela é enfática no sentido de levar os alunos a compreender o mundo. Você tem que ter isso claro na sua mente, aproveitar as oportunidades que surgem naquele momento e que estão ali em sala de aula. Mas a partir do momento que um aluno lhe questiona algo na comunidade ou no conteúdo, a gente tem que ter aquela responsabilidade e aquele discernimento para falar, para ajudá-lo a interagir e entender da na melhor maneira possível (DOCENTE IV).

A preocupação manifestada pela docente sobre a responsabilidade do seu trabalho na formação socioeducacional dos sujeitos, nos alerta em primeiro lugar, a refletirmos acerca da educação empreendedora no setor público, uma vez que é uma temática pouco discutida. Em segundo lugar, essa temática precisa ser tensionada, visto que nessas condições as contradições se revelam apenas nas aparências, no entanto, estão vinculadas a uma prática educacional inserida em uma realidade concreta contornada pelo processo de ensino e de aprendizagem.

Para isso recorremos a Saviani e a Duarte (2012), os quais nos esclarecem que o trabalho educativo na escola “consiste na socialização do conhecimento em suas formas mais desenvolvidas, e o fato de que o conhecimento é parte constitutiva dos meios de produção, esse não pode ser socializado na sua plenitude”. Logo, essa afirmação impõe um desafio na relação entre o trabalho docente e o conhecimento constituinte dos conteúdos pedagógicos, posto que as atividades, neste caso, mediadas pela educação empreendedora, carregam a bandeira da reestruturação produtiva, e essa ressoa a desregulamentação do trabalho em um contexto econômico, social e político que é marcado pela globalização do capital monopolista e pela difusão do neoliberalismo.

Desse modo, compreendemos que a prática docente intervém na realidade social por meio de uma ação concreta e objetiva da educação, e essa ação constituída no processo de ensino, deve considerar a identidade da classe trabalhadora, deve possibilitar as ferramentas de luta e de reivindicação, visando a superação das contradições e a construção de um projeto social que aponte para outros caminhos que não sejam o da classe detentora das ideias e dos meios de produção, e que os benefícios sejam direcionados à coletividade.

Portanto, queremos expressar nos baseando na análise de Peruzzo (2016, p. 73) acerca das relações públicas no modo de produção capitalista, que o ensino de empreendedorismo na educação pública articulado pelo trabalho docente, é um produto das relações sociais e produtivas, entre trabalho e educação. No entanto, o agravante consiste na forma como estão sendo estabelecidas tais relações, visto que as relações públicas nesse sentido, “manifestam a ideologia burguesa ao se proporem promover a “compreensão mútua” entre desiguais como se os interesses em jogo fossem idênticos, como se estivessem a serviço do interesse comum”.

O que implica dizer, em outros termos que o ensino de empreendedorismo foi subjugado por uma classe dominante, e por isso, as suas contradições são diluídas nas relações de trabalho, políticas e econômicas. Entretanto, são estes aspectos que parecem estar naturalizado que devemos buscar suas abstrações, nos apropriar e redirecioná-los para a realidade que circunda o trabalho docente, ou melhor, compreendermos que essa história não tem apenas uma face, e nem também é um objeto diacrônico, mas existe uma face oculta que permeia a educação

empreendedora e que pode ser aprendida partir da dinâmica social em que se configuram as mudanças sociais, as necessidades de subsistências, a emancipação dos sujeitos e o processo de formação escolar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa investigação o ensino de empreendedorismo apresentou-se como um modelo de gestão empresarial que foi adaptado para a educação em forma de conteúdos pedagógicos articulado ao mercado de trabalho e a comercialização de produtos e serviços. Decorre da dinâmica do modo de produção capitalista e das relações entre as forças produtivas e os meios de produção, e se configura como uma tendência ao processo de desregulamentação trabalhista, no sentido de criar novas estratégias de subemprego intermitente que não acarretem vínculos a um determinado empregador, ou seja, defende a ideia de um indivíduo autônomo, exercendo um papel produtivo ao capital. Tais conotações, já podem ser observadas nas prestações de serviços terceirizados em diversas instituições em que as atividades de trabalho são intermediadas por uma empresa prestadora de serviços, cuja venda da mão de obra pode ser tanto física, como também ocorrer em espaços distintos da sua localização, bastando que seus funcionários tenham acesso à internet e às tecnologias da informação e comunicação para desempenhar determinada função. Entretanto, o que se mantém nessa relação, com mais eficiência, são as formas de controle e fragmentação do processo de trabalho.

Acerca da materialidade histórica e os conceitos inerentes ao empreendedorismo, percebe-se que estes são delineados no processo de ensino na educação pública, em seus níveis e modalidades, perpassando desde os anos iniciais ao ensino superior. Em relação aos conceitos e fundamentos, recorreremos à Economia e a Sociologia clássica dos séculos XVII e XVIII para compreendermos que essa temática, apresenta perspectivas distintas em suas finalidades, pois depende da área e da abordagem como a enxergamos. No entanto, sua estrutura se baseia em dois eixos teóricos nas ciências sociais e humanas, o primeiro, de cunho econômico empresarial têm suas bases na economia clássica, e o segundo, ramifica-se a partir dos pressupostos teóricos e práticos da sociologia clássica, cuja orientação direciona-se tanto para a criação e a gestão empresarial de negócios, em qualquer domínio comercial, como também, para o processo de formação e escolarização de sujeitos para inserção no mercado de trabalho.

Esses aspectos apontam ainda que, o empreendedorismo nasceu junto ao capitalismo, mais especificamente na transição do feudalismo ao capitalismo industrial na Europa, no século XVII e XVIII. Tanto é que suas bases teóricas rastejaram das ciências que a deram suporte, e do processo de mercantilização e instituição das relações entre trabalho e produção, como observado nas definições apresentadas por Cantilon, Schumpeter e Weber, autores que desenvolveram seus pressupostos teóricos, nas áreas de conhecimento que legitimaram o empreendedorismo na prática social e econômica. Neste caso, no âmbito dos Cursos de

Administração, Economia e das Ciências Contábeis. Portanto, há empreendedorismo, onde há um processo de competitividade, individualidade, produtividade, seletividade, eficiência, recursos tecnológicos, inovação e ferramentas de controle do processo de trabalho.

Por conseguinte, o empreendedorismo nessa perspectiva, não é uma concepção pedagógica de ensino, assim como não é uma prática de escolarização de educandos e educandas. Podemos defini-lo como uma estratégia mercadológica para garantir a lógica de reprodução do capital em suas múltiplas formas de acumulação, cujos objetivos se pautam em lucro financeiro, material e intelectual, independente da área de atuação. E nesse contexto, mantém o controle da força de trabalho que inclusive nas últimas décadas, tem sido o alvo da precarização, desvalorização e racionalização técnica.

No contexto da Paraíba, o empreendedorismo vem sendo impulsionado a partir dos anos 2000, no âmbito empresarial e educacional, este último, perpassa a estrutura curricular da educação básica em forma de atividades interdisciplinares e extracurricular. Já no Ensino Técnico e nos Cursos Superiores, cujas áreas constituem as Ciências Sociais e Humanas, em forma de conteúdos pedagógicos ministrados em disciplinas acadêmicas específicas. Na educação pública, particularmente no Ensino Fundamental, estas atividades são promovidas pelas parcerias entre o setor público e o setor privado. No caso do município de Alcantil, essa forma de colaboração foi estabelecida no ano de 2016, entre a Secretaria Municipal e o Sebrae Paraíba. Mediante esse acordo, o ensino de empreendedorismo foi implementado na estrutura curricular de forma interdisciplinar, subdividida em cinco temáticas; Ervas Aromáticas, Temperos Naturais, Brinquedos, Produtos Eletrônicos e Culinárias de doces e salgados. Em termos gerais, esses conteúdos simularam uma prática de conhecimentos voltados para a criação e a funcionalidade de uma empresa, e foram inter-relacionados à sustentabilidade ambiental, às tecnologias dos produtos eletrônicos e ao mercado de trabalho.

Em relação à educação empreendedora, observamos que esta constitui a metodologia de ensino que põe em prática os conteúdos de empreendedorismo. Estimula os conhecimentos acerca da gestão de negócios e a aquisição de competências e habilidades pelos educandos durante o processo de aprendizagem, baseia-se nos conceitos do quarto pilar, o aprender a fazer, para a educação no século XXI, desenvolvido por Delors, pressupõem a aprendizagem dos conteúdos de ensino orientada pelos critérios meritocráticos, em que são recompensados pelas atividades os educandos com predisposição às capacidades cognitivas e comportamentais, reproduz a ideologia neoliberal pelo fato dos sujeitos em formação, serem responsabilizados pelo sucesso e pelo fracasso, diferencia-se da educação regular, uma vez que se vincula com tenacidade ao progresso econômico, legitimando a competitividade e a posição dos indivíduos

na sociedade, e divide-se em três eixos que deram sustentação ao empreendedorismo, a reprodução do processo de ensino mediado pela prática docente, o empresariamento de sujeitos e a empregabilidade para inserção no mercado de trabalho.

Dessa forma, a prática de ensino da educação empreendedora é constituída pelas ferramentas didáticas e pedagógicas que representam os objetivos da classe dominante nos aspectos ideológicos e materiais, por isso se agrupa no catálogo da pedagogia empresarial que vem ganhando notoriedade na educação pública, especialmente com as parcerias público-privado e com os pressupostos dos ideólogos, Dolabela, Fraiman e Lopes. Vem se firmando como uma modalidade de ensino que sucede as tendências liberais, especialmente a pedagogia tecnicista que estruturou de um lado, a competitividade e a produtividade e, de outro lado, a responsabilidade social para o individual, impondo-lhe a profissionalização técnica instrumental como alternativa de subsistência.

No que diz respeito às concepções das docentes acerca do ensino de empreendedorismo, observamos que o compreendem como uma prática flexível que possibilita desenvolver as atividades pedagógicas de modo interdisciplinar com os demais componentes curriculares da educação regular, além de promover a aprendizagem dos alunos e das alunas de uma maneira dinâmica, com facilidade na assimilação dos conceitos, conciliando a teoria com a prática e as relações interfamiliares. No entanto, essa definição implica na naturalização do processo de ensino e do trabalho educativo, visto que as professoras não apontaram as contradições e os interesses produtivistas camuflados na proposta, reproduziram um modelo de aprendizagem que foi incorporado às atividades pedagógicas, sem perceberem o seu caráter mercantilista e financeiro subjugado por uma classe dominante.

Portanto o ensino de empreendedorismo desenvolvido pela metodologia da educação empreendedora, caracteriza uma alternativa pedagógica aligeirada, de cunho imediatista, um lapso de aprendizagem articulado ao cenário econômico capitalista, por meio de atividades voltadas para a aquisição de competências e habilidades de liderança, flexibilidade e criação de um plano de negócio, o qual traça os parâmetros de formação para os sujeitos de acordo com o perfil das qualificações técnicas, exigidas pelas corporações empresariais, uma vez que, as aulas exploram a participação em prática de comércio, com os objetivos e as estratégias definidos em função de uma recompensa financeira. Essas implicações no trabalho docente, reproduzem uma realidade social pela qual, os professores e as professoras a constituem enquanto trabalhadores e trabalhadoras, em um contexto econômico e político marcado pelo capital monopolista e pela consolidação do neoliberalismo. E nesta lógica, ao passo que, o trabalho docente possibilita o processo de escolarização, a apropriação dos conhecimentos produzidos

historicamente, também naturaliza as relações de classes e as formas de controle e submissão imposta à prática educacional.

Essa análise sugere que as concepções docentes acerca do ensino de empreendedorismo, denunciaram as ramificações do paradigma neoliberal na educação pública, pois a sistematização dos conteúdos de ensino e a metodologia, obedeceram aos critérios estabelecidos por uma classe dominante, a qual impôs uma base de informação demandada pelo modo de produção capitalista, e por isso, torna-se urgente compreendermos a finalidade do ensino de empreendedorismo na educação pública, através de um diálogo em âmbito nacional e educacional, que aponte suas facetas e intencionalidades, e que desvele o processo de reprodução das relações de exploração, a produtividade e individualidade subjugado aos sujeitos, sustentada pela discussão sobre a articulação entre a educação e o trabalho, de forma a construir novas estratégias de ensino que se contraponham às políticas neoliberais para a educação.

Essa discussão nos instiga ainda a afirmar que, o avanço do empreendedorismo na educação pública brasileira em seus níveis e modalidades de ensino, segue além de uma tendência pedagógica que poderemos nominá-la de pedagogia empreendedora, a qual atende aos objetivos do neoliberalismo e das agências multinacionais. Isso implica dizer que o sistema de educação no Brasil está cedendo espaços para se readequar a um parâmetro de formação escolar, no qual substitui a construção de conhecimentos pela aquisição de competências técnicas e operacionais para formar uma força de trabalho, e com isso, a educação se submete ao capital estrangeiro e as determinações do neoliberalismo. Portanto, consideramos que a educação escolar pública, pode até conceder o ensino de práticas empresariais, mas não pode reproduzir os parâmetros de um modelo de gestão empresarial, porque a sua essência não é o mercado econômico e financeiro, mas a formação sociocultural e política de sujeitos, fundada em uma prática social, pela qual se revela a verdade e os meios de subsistências de uma classe que historicamente luta por acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da educação - MEC. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1-9.

_____. Câmara dos deputados. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Seção 1 - 14/7/2017, Página 1.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Populacional 2010**.

_____. Projeto de Lei nº 772, de 2015, que altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir o **tema do empreendedorismo no currículo da educação básica**. Senado Federal. Brasília. 2015. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124353>> Acesso em: 15 maio. 2017.

_____. Ministério da educação - MEC. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. p. 1 Edição Extra.

_____. Ministério da educação - MEC. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 de jul. 2010, Seção 1, p. 824.

_____. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2006. Seção 1, p. 1.

_____. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC; Ministério da Fazenda - MF. Lei Complementar nº 128, de 22 de dezembro de 2008. Cria a categoria de Microempreendedor Individual - MEI e modifica a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 2008. Seção 1, p. 1.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. Flip Your Students' Learning. **Educational Leadership**, Alexandria, Virgínia, v. 70, n. 6, p.16-20, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.ascd.org/publications/educational-leadership/mar13/vol70/num06/Flip-Your-Students'-Learning.aspx>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

CANTILLON, Richard. **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral**. Curitiba: Editora Segesta, 2002. Tradução de Fani Goldfarb Figueira.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 2. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

DELORS, Jacques et al (Org.). **Educação um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006. Tradução de José Carlos Eufrázio.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. 30. ed. rev. e atual. São Paulo. Editora de Cultura, 2006.

_____. **Quero Construir a Minha História**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2009.

_____. TORQUATO, Cid. **Empreendedorismo sem fronteiras**: um excelente caminho para pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2015.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2003. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 4.978, de 7 de fevereiro de 2017. Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Jovem Empreendedor a ser desenvolvido em escolas públicas e privadas no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, 09 fev. 2017. nº. 9.347, p. 1.

ESTADO DE SÃO PAULO, Lei nº 15.693, de 3 de mar. 2015. Institui o Plano Estadual de Educação Empreendedora na educação básica. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Volume 125, nº 41. p. 1. São Paulo. 2017.

FRAIMAN, Leo. **O Jovem**: Como Orientá-lo para construir seu projeto de vida. Metodologia OPEE. 1. ed. São Paulo: Editora Esfera, 2009. Coleção metodologia OPEE, Orientação Profissional, Empregabilidade e Empreendedorismo.

_____. **Como ensinar bem as crianças e adolescentes de hoje**: teoria e prática. São Paulo: Editora Esfera, 2013.

_____. **Empreendedor Júnior**: Metodologia OPEE. 6º ano, Ensino Fundamental. 2. ed. São Paulo: Editora Esfera. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo Antonio Amadeo; SILVA, Tomaz Tadeu da

(Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. Cap. 2. p. 31-92.

_____. **A produtividade da escola improdutiva: um (ré) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

_____. (org.) **Educação e Crise do Trabalho**. 12 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes. 2013. (coleção Estudos Culturais em Educação).

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debate**, São Paulo, n. 39, p. 48-65, 1996.

GAMBOA, Silvio Sanchez. **Fundamentos para la investigación educativa: presupuestos epistemológicos que orientan al investigado**. Santa Fe de Bogotá: Editora Cooperativa Editorial Magisterio, 1998. 144 p. (Colección Mesa Redonda; nº 66).

_____. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chepecó, Santa Catarina: Editora Argos - Unochapecó, 2012.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARD, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, HISTEDBR, 2005. p. 44-59. (Coleção educação contemporânea).

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da História**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

_____. **Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. 2 v. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão eletrônica monusuário, 3.0. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2009.

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP. Lei ordinária nº 13.163, 22 de janeiro de 2016. Dispõe sobre a implantação de um ciclo de palestras permanentes de empreendedorismo aos alunos matriculados nas escolas da rede pública municipal de João Pessoa. **Semanário Oficial**. João Pessoa, PB, 17 a 23 de 2016. nº 1512, p.1.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos; 23).

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

_____. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, HISTEDBR, 2005. p. 77-95. (Coleção educação contemporânea).

LEITE, Elaine da Silveira; MELO, Natália Maximo e. Uma nova noção de empresário: a naturalização do "empreendedor". **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 16, n. 31, p.35-47, nov. 2008.

LERENA, Carlos. Trabalho e Formação em Marx. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Trabalho, Educação e Prática Social**: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1991. p. 119-133.

LESSA, Sérgio; e TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx**. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

LOPES, Rose Mary Almeida et al (Org.) **Educação empreendedora**: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.

_____. et al (Org.) **O ensino de empreendedorismo no Brasil**: panorama, tendências e melhores práticas. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo. Editora HUCITEC. 1996.

_____. **Miséria da Filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo, Editora Global. 1985.

_____. **Manuscritos Econômico Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo. Editora Boitempo. 2004.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Tradução Newton Ramos de Oliveira. 2 ed. Campinas, SP. Editora Alínea, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2011. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa.

_____. **Marx: A teoria da alienação**. Tradução: Waltensir Dutra. Supervisão da edição brasileira: Leandro Konder. Editora: ZAHAR. Rio de Janeiro. 1981.

MELO, Alessandro de. **O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000**. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. HUCITEC-ABRASCO. São Paulo-Rio de Janeiro, 1996.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. Editora Brasiliense. São Paulo, 2006. (Coleção primeiros passos).

PARAÍBA, Governo do Estado. Secretaria de Estado da educação - SEE. **Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das escolas da Rede Estadual de Ensino**. 2017. Disponível em: < http://paraiba.pb.gov.br/downloads/Diretrizes_Operacionais_2017.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. Projeto de Lei nº 1229/2017. **Institui a Política Estadual de Fomento ao empreendedorismo de Negros e Negras, no Estado da Paraíba**. Estado da Paraíba. Assembleia Legislativa- Gabinete do Deputado Jutay Meneses. 2017.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Relações públicas no modo de produção capitalista**. 5. ed. São Paulo: Editora Summus, 2016.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1998.

SANTA CATARINA. Lei nº 3.273/2017. Institui o tema “Empreendedorismo” na rede Municipal de Ensino do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina. **Diário Municipal de Santa Catarina**, n 1426516, 2017. Disponível em: <http://edicao.dom.sc.gov.br/1510676694_edicao_2384__assinado.pdf#page=188>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Edição comemorativa, Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 2013a.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Editoras Autores Associados, 2013b.

_____. LOMBARDI, José C. e SANFELICE, José L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (Coleção educação contemporânea).

_____. DUARTE, Newton (orgs.) **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Editora Autores Associados, Campinas, SP. 2012. (Coleção polêmicas do nosso tempo)

SAY, Jean Baptiste. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983. Prefácio de Georges Tapinos; tradução de Balthazar Barbosa Filho.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Unidade de Capacitação Empresarial-UCE. **Fundamentação metodológica**: manual do participante. Brasília- DF. 2012.

_____. **Guia do Prefeito Empreendedor** – Gestão Municipal 2013-2016: 10 passos e 100 ações – Agenda de Compromissos com os Pequenos Negócios para a Geração de Emprego e Renda. Brasília/DF. 2013. Disponível em:
<<http://www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br/livros/pdf-livro/quia-prefeito.pdf> > Acesso em: 23 maio 2017.

_____. (Minas Gerais) (Org.). Carlos Arruda, Ana Burchart e Michele Dutra. **Estudos Teóricos Referenciais sobre Educação Empreendedora**: relatório da pesquisa bibliográfica sobre empreendedorismo e educação empreendedora. Minas Gerais: Editora Eletrônica, 2016.

_____. Programa Nacional da Educação Empreendedora - PNEE, 2017. Disponível em:
<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/programa-nacional-da-educacao-empreendedor-pnee,2c7cd24a8321c510VgnVCM1000004c00210aRCRD>> Acesso em: 15 jan. 2018).

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo Antonio Amadeo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. Cap. 1. p. 9-29.

SILVA, Géssika Cecília Carvalho da. **Eu quero, eu posso?:** implementação e efetividade de políticas públicas: um estudo do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em Pernambuco. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, Fernanda Góes da; CÁRIA, Neide Pena. A inserção do empreendedorismo na educação básica. In: **EDUCERE: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 12. 2015, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. Curitiba Paraná: PUCPR, 2015. p. 4567 - 4580. Disponível em:
<<http://educere.pucpr.br/p1/anais.html>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução De Ruy Jungmann. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1961.

_____. **História da Análise Econômica**. Tradução de Alfredo M. Reis, José L. S. Miranda e Renato Rocha. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1964.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo económico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo. Editora Abril Cultural, 1982.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil:** livro verde. Brasília - DF: Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, Ministério da Educação - MEC, 2000.

TEIXEIRA, Francisco José Soares; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva:** as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez Fortaleza, 1998.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

UNESCO. **Programa da UNESCO no Brasil 2013.** Brasília - DF. 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002242/224265por.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2017.

_____. **Nações Unidas no Brasil.** Brasília-DF. 2015. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/onubrasil_livreto.pdf>. Acesso em: 08 maio 2017.

_____. **Educação 2030:** declaração de Incheon e Marco de Ação; rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília-DF: Unesco, 2016. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002432/243278POR.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. PRELAC: Uma trajetória para a educação para todos. **Revista PRELAC.** Santiago, Chile: Editora Andros. Ano 1, nº 0, ago. 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001372/137293por.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. PRELAC: Os sentidos da educação. **Revista PRELAC.** Santiago, Chile: Editora AMF Imprensa, v. 2, fev. 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001455/145502por.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** 2 ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra: 1977. Tradução de Luiz Fernando Cardoso.

WEBER, Max. **Ciência e Política:** duas vocações. 4. ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1983. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota.

_____. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1999. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa.

_____. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo.

WOLF, Luciani. **A pedagogia vai ao porão:** a pedagogia empresarial e empreendedora e o processo de naturalização do social. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2014.

APÊNDICE A – Entrevista não estruturada

De acordo com as resoluções nº 466/12 e nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde- CONEP/MS, toda pesquisa que envolve seres humanos, existem riscos imprevisíveis, no entanto tomaremos os cuidados necessários, baseando-nos nas orientações destes documentos, em relação a privacidade, ao anonimato e a confidência dos dados obtidos, os quais serão analisados por meio de uma postura ética e profissional para garantir que em momento algum, seja ocasionado constrangimentos e/ou quaisquer situação desconfortável que venha acarretar intimidação e/ou incômodos.

Nome: _____ idade _____ sexo _____

Naturalidade: _____ cidade _____ estado _____

Formação Acadêmica: Magistério, Licenciatura Plena, _____
_____.

Ano de conclusão: _____ Instituição: _____
_____.

Experiência como docente no Ensino Fundamental e demais níveis ou modalidade da educação básica:

_____.

Há quanto tempo ministra aula na educação básica pública? _____

Já ministrou aula em instituições de ensino privada? _____, caso positivo mencione o período e experiência: _____
_____.

PERGUNTA GERADORA

Como os (as) docentes compreendem o empreendedorismo no processo de ensino nos anos iniciais da educação básica pública?

O Ensino de Empreendedorismo

Como você compreende o ensino de empreendedorismo na educação?

Fale sobre os primeiros contatos com o empreendedorismo, suas relações com os conteúdos e o contexto local dos alunos e alunas;

Como você compreende a relação entre a educação pública e o ensino de empreendedorismo;

Aponte possíveis contradições entre a educação regular e o ensino de empreendedorismo.

A Educação Empreendedora

Qual a relação entre educação empreendedora, o mercado de trabalho, a empregabilidade e a criação de planos de negócios?

Como você analisa o material didático da educação empreendedora?

Defina como são desenvolvidas as atividades de ensino na educação empreendedora;

Quais os métodos de ensino na educação empreendedora?

Aponte as diferenças entre a educação regular e a educação empreendedora em sala de aula;

Como se dá a relação entre teoria e prática na educação empreendedora?

Como você compreende a escolarização e a formação dos educandos através da educação empreendedora?

A Prática de ensino

Como você compreende a educação empreendedora na prática docente?

Como ocorre a formação dos (as) educandos (as)?

Fale um pouco sobre as competências e as habilidades desenvolvidas através da metodologia de ensino da educação empreendedora;

Como você compreende a relação entre a educação e o mercado de trabalho?

Formação de sujeitos

Cite os pontos que você considera positivos e negativos para trabalhar com a educação empreendedora em sala de aula;

Mencione como são alcançados os resultados por meio da educação empreendedora;

Descreva como é feita a avaliação tendo como base a educação empreendedora;

Como você percebe a educação empreendedora no espaço escolar?

Como você percebe a relação entre a teoria e a prática no processo de ensino?

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O EMPREENDEDORISMO EDUCACIONAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO:
Saberes e olhares para a prática docente no século XXI.

Pesquisador: Genilson José da Silva

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 66723517.9.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.190.193

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um Projeto de Pesquisa que tem como título “O EMPREENDEDORISMO EDUCACIONAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO: SABERES E OLHARES PARA A PRÁTICA DOCENTE NO SÉCULO XXI” egresso do Programa de pós-graduação em educação da UFPB, nível mestrado acadêmico do aluno Genilson José da Silva sob a orientação da prof^a Dra. Maria das Graças de Almeida Baptista.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as concepções docentes acerca do empreendedorismo educacional no Ensino Fundamental I, na rede pública de ensino no Município de Alcantil - Paraíba.

Objetivos Secundários:

- Investigar as finalidades do empreendedorismo educacional para a escolarização, empregabilidade e profissionalização de sujeitos;
- Investigar os atributos do empreendedorismo empresarial no material didático-pedagógico utilizado pelos (as) docentes;

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Continuação do Parecer: 2.190.193

- Destacar as implicações da educação empreendedora no processo de ensino;
- Identificar as contradições teóricas e práticas do empreendedorismo educacional no âmbito escolar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa será desenvolvida com professores e professoras do ensino fundamental I, norteadas por um roteiro de entrevista com perguntas acerca da prática docente, e, portanto tomaremos os cuidados necessários em relação aos sujeitos envolvidos, baseando-nos na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Comitê Ética vinculado a Universidade Federal da Paraíba, e nas orientações concernente à privacidade, ao anonimato e a confidência dos dados obtidos, bem como manteremos uma postura ética e profissional para garantir que em momento algum os participantes sejam expostos a constrangimentos e/ou quaisquer situação desconfortável que venha acarretar intimidação, incômodos e etc.

Benefícios:

Consideramos a importância fundamental deste trabalho para o processo de ensino-aprendizagem na educação básica, sobretudo ao desvelar os fundamentos teórico-práticos e didático metodológico que o empreendedorismo educacional tem expressado nos trâmites escolares, cujos espaços tem sido preenchidos por uma política educacional pautada numa visão empresarial capitalista, alicerçada em um modelo de ensino técnico científico, produtivista e qualificativo que exprime como finalidades produzir alunos com desempenho e aptidões individuais, assim como, despreza e renuncia à formação sócio educacional e cultural do indivíduo, o que conduz, por sua vez, à desvalorização do processo de construção de conhecimento.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa que apresenta relevância científica, contudo, necessário se faz a correção de alguns problemas que poderão dificultar a sua operacionalização, como por exemplo, a definição do número de participantes envolvidos.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.190.193

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA, A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PESQUISA NA ÍNTEGRA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À INSTITUIÇÃO ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, TODOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista o cumprimento das pendências elencadas nos pareceres anteriores, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO, DA FORMA COMO SE APRESENTA.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_885669.pdf	29/06/2017 12:17:40		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.doc	29/06/2017 12:15:47	Genilson José da Silva	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA E ORÇAMENTO.doc	29/06/2017 12:11:11	Genilson José da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	29/06/2017 12:07:45	Genilson José da Silva	Aceito
Outros	DECLARACAOPPGE.pdf	11/05/2017 14:15:43	Genilson José da Silva	Aceito

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.190.193

Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	05/04/2017 22:40:03	Genilson José da Silva	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAOPESQUISADOR.pdf	04/04/2017 14:53:18	Genilson José da Silva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAOESCOLAS.pdf	04/04/2017 14:28:22	Genilson José da Silva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CARTAANUENCIA.pdf	04/04/2017 14:26:51	Genilson José da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 27 de Julho de 2017

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)**

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com